

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MARIA RITA PAULA DA SILVA

**O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO E NO
DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIAS NA CASA DA HOSPITALIDADE NO MUNICÍPIO DE
SANTANA/AP**

São Leopoldo

2019

MARIA RITA PAULA DA SILVA

**O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO E NO
DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIAS NA CASA DA HOSPITALIDADE NO MUNICÍPIO DE
SANTANA/AP**

Tese de Doutorado
Para a obtenção do grau de
Doutora em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação

Orientador: Dr. Iuri Andréas Reblin

São Leopoldo

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586L Silva, Maria Rita Paula da
O lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento humano integral de crianças com deficiências na casa da hospitalidade no município de Santana/AP / Maria Rita Paula da Silva ; orientador Iuri Andréas Reblin. – São Leopoldo : EST/PPG, 2019.
202 p. : il. ; 31 cm

Tese (doutorado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo, 2019.

1. Espiritualidade. 2. Crianças com deficiência – Cuidados e tratamento. 3. Crianças – Assistência em instituições. 4. Integração social. 5. Associação Casa da Hospitalidade. I. Reblin, Iuri Andréas, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MARIA RITA PAULA DA SILVA

**O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO E NO
DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIAS NA CASA DA HOSPITALIDADE NO MUNICÍPIO DE
SANTANA/AP**

Tese de Doutorado
Para a obtenção do grau de
Doutora em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação

Data de Aprovação:

Iuri Andréas Reblin – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Renato Ferreira Machado – Doutor em Teologia – Unilasalle

Elivaldo Serrão Custódio – Doutor em Teologia – UNIFAP

À minha adorável mãe, que sempre me aguardava das cansativas e longas viagens, a quem devo toda minha educação e humildade. Que através de seus ensinamentos e força me fizeram crescer, semeando valores que contribuíram para que eu pudesse me tornar, antes de uma pesquisadora, uma pessoa melhor, na maneira de ver e entender o mundo em suas diversas manifestações.

AGRADECIMENTOS

Elevo meu agradecimento ao Mestre dos Mestres: Deus, autor da sabedoria humana, a quem devo tudo que tenho, por nunca ter me permitido perder a fé, que me deu força e coragem para enfrentar os desafios quando pensei em desistir dos meus propósitos, e sempre me guiou para superar limites, dias de angústias, de cansaço, de desânimo, me iluminando para seguir em frente com os meus objetivos.

À minha humilde família, minha fortaleza, pelo encorajamento em continuar a caminhada, mesmo diante dos contratempos ao longo do percurso, e pela compreensão nos momentos mais árduos em que estive ausente na busca de um sonho: tornar-me Doutora.

Às minhas filhas, Andressa Paula e Andria Paula, que são a razão da minha vida, para elas eu dedico todo o meu esforço de lutar por uma vida melhor.

Ao meu querido e compreensivo esposo, Ayrton Góes Magalhães, com o qual compartilho os mesmos sonhos, que sempre esteve ao meu lado me apoiando em tudo, por suas orações em todos os momentos de nossas vidas.

Ao meu orientador, Professor Dr. Iuri Andréas Reblin, que orientou esta pesquisa com toda a paciência, empenho e sentido prático. Muito obrigada por ter me corrigido, quando necessário, sem nunca me desmotivar.

Aos professores e as professoras do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdades EST que, com toda serenidade e obstinação, contribuíram com a minha formação e aprendizagem para a realização deste trabalho.

Ao Professor Dr. Júlio César, bem como ao Walmor Kanitz, da Secretaria Acadêmica e de Projetos, e ao pessoal da Secretaria do PPG, na pessoa de Carla Gafski, que me receberam com total atenção nas orientações quanto às questões administrativas e às diretrizes do PPG.

À minha grande amiga, Terezinha de Jesus Martins de Sena, que embarcou comigo no sonho da pós-graduação, que nos momentos mais difíceis da minha vida, me

estendeu a mão e me amparou. Dividimos a casa, os sonhos e as dificuldades juntas. Ter você por perto foi essencial para que eu conseguisse seguir em frente.

Muito obrigada por tudo, minha amada amiga!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual seria impossível realizar o sonho de cursar um doutorado acadêmico.

Em especial às professoras, Dra. Gisela Isolde Waechte Streck e Dra. Laude Erandi Brandenburg, pelas quais tenho um enorme carinho e gratidão, por terem acompanhado toda a minha trajetória na Faculdades Est, desde o Mestrado, e por terem participado da Banca de Qualificação, contribuindo para o aperfeiçoamento e enriquecimento de todo este estudo.

Ao meu nobre colega e professor Dr. Elivaldo Serrão Custódio, pela força e ajuda ao longo dessa jornada, e por ter aceitado o convite em participar da minha banca de Doutorado, juntamente como o professor e Dr. Renato Ferreira Machado, deste momento impar em minha vida.

Aos funcionários e as funcionárias da biblioteca da Faculdades EST, que foram sempre prestativos e amáveis durante a minha pesquisa.

À profissional Sabrina De David, que me inspira como exemplo de pessoa, que, apesar de suas limitações, não perde jamais o brilho, como excelente profissional que é, por ter me amparado com responsabilidade na formatação deste trabalho.

À minha querida colega, professora Dra. Zélia do Socorro Pinto Trindade, pelo paciente trabalho realizado durante a revisão dos textos.

Por último, quero agradecer a Faculdades EST e a todos os funcionários e a todas as funcionárias, por ter sido tratada com respeito e carinho e pelo brilhante trabalho que executam com base no respeito às diferenças.

“Em nossos escritórios e nos nossos gabinetes de trabalho podemos ser cínicos, podemos acreditar ou desacreditar de qualquer coisa. Mas não podemos desprezar a aurora que vem, não podemos desfazer do olhar inocente de uma criança, não podemos contemplar com indiferença a profundidade do céu estrelado sem cair no silêncio e na profunda reverência, nos perguntando o que se esconde atrás das estrelas, qual é o caminho da minha vida, o que posso esperar depois dela. São perguntas que o ser humano sempre se coloca e, ao colocá-las, revela-se como ser espiritual. Quando nos abrimos para acolher essas mensagens, para orientar nossa vida num sentido que produza leveza, irradiação, humanidade, aí deixamos aflorar a nossa dimensão espiritual”.¹

¹ BOFF, Leonardo. **Espiritualidade:** um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante. 2001. p. 21.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo investigar o lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento de crianças deficientes e em situação de vulnerabilidade social. O contexto da pesquisa é um abrigo denominado Associação Casa da Hospitalidade (ACH), localizado no Município de Santana, Estado do Amapá, que atende cerca de 80 crianças com deficiências diversas, procedentes da exclusão familiar e social. A pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: *“Qual o lugar da espiritualidade no cuidado, no desenvolvimento e no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência?”* A partir desse questionamento, formulou-se o objetivo geral deste estudo: Compreender como é desenvolvida a espiritualidade, no que tange ao cuidado e ao desenvolvimento, no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência da Casa da Hospitalidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com o suporte de fontes bibliográficas e documentais. A coleta de dados foi realizada por meio de observações *in loco*, sobre toda a estrutura e o funcionamento da ACH, relatadas em um diário de bordo. Também foram feitas entrevistas semiestruturadas com dez profissionais que trabalham na ACH. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas à luz do método hermenêutico. Os resultados apontam a falta de clareza sobre o real sentido da espiritualidade na dimensão do cuidado, por parte dos entrevistados, e evidenciam que a espiritualidade não é praticada de forma condizente com as necessidades das crianças. Este estudo permitiu perceber ainda a necessidade de ações específicas e frequentes, na rotina da ACH, que envolvam a espiritualidade como forma de amenizar os comportamentos conflitantes que as crianças apresentam. Outra dificuldade é a falta de formação dos profissionais, que compromete o desenvolvimento integral das crianças. Por fim, a ACH precisa do apoio dos órgãos governamentais, no sentido de trazer profissionais capacitados para o atendimento educacional especializado, a fim de atender às diferentes demandas.

Palavras-chave: Espiritualidade. Crianças. Deficiência. Inclusão. Cuidado. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to investigate the place of spirituality in the care and development of children with disabilities and in situations of social vulnerability. The research context is a shelter called Associação Casa da Hospitalidade (ACH), located in the municipality of Santana, State of Amapá, which serves about 80 children with various disabilities, coming from family and social exclusion. The research seeks to answer the following question: “*What is the place of spirituality in the care, development and social and school inclusion process of children with disabilities?*” From this question, the general objective of this study was formulated: To understand how spirituality is developed, with regard to care and development, in the process of social and school inclusion of children with disabilities at Casa da Hospitalidade. It is a qualitative research, with the support of bibliographic and documentary sources. Data collection was carried out by means of *in loco* observations about the entire structure and functioning of the ACH, reported in a logbook. Semi-structured interviews were also conducted with ten professionals who work at ACH. The interviews were recorded, transcribed and analyzed in the light of the hermeneutic method. The results point to the lack of clarity about the real sense of spirituality in the dimension of care, on the part of the interviewees, and show that spirituality is not practiced in a way consistent with the needs of children. This study also made it possible to perceive the need for specific and frequent actions, in the routine of the ACH, that involve spirituality as a way of easing the conflicting behaviors that the children present. Another difficulty is the lack of training of professionals, which compromises the integral development of children. Finally, ACH needs the support of government agencies, in order to bring trained professionals to specialized educational assistance, in order to meet the different demands.

Keywords: Spirituality. Children. Disabilities. Inclusion. Care. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACH	Associação Casa da Hospitalidade
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPSI	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRDT	Centro de Referência em Doenças Tropicais
CRTN	Centro de Referência e Tratamento Natural
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PIA	Plano Individualizado de Atendimento
PIME	Pontifício Instituto das Missões Exteriores
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAS	Sistema de Assistência Social
SEMASC	Secretaria Municipal de Assistência Social
TL	Teologia da Libertação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	UMA INCURSÃO PELA CASA DA HOSPITALIDADE.....	31
2.1	O ANFITRIÃO: O PADRE A SERVIÇO DOS POBRES.....	35
2.2	OS E AS PROTAGONISTAS: OS ACOLHIDOS E AS ACOLHIDAS.....	39
2.3	UM CENÁRIO DE ACOLHIMENTO	40
2.4	OUTRAS PERSONAGENS: OS FUNCIONÁRIOS E AS FUNCIONÁRIAS ..	46
2.5	O ESPAÇO: OS CASARÕES	47
2.6	O ENREDO: SITUAÇÕES VIVIDAS PELOS ACOLHIDOS E PELAS ACOLHIDAS	51
2.6.1	<i>O passo a passo do acolhimento.....</i>	<i>52</i>
2.6.2	<i>Rotina diária dos acolhidos e das acolhidas.....</i>	<i>56</i>
2.6.3	<i>O papel dos e das personagens no enredo.....</i>	<i>57</i>
2.7	CAMINHANDO PARA O DESFECHO: OS DIREITOS DOS ACOLHIDOS E DAS ACOLHIDAS	68
2.7.1	<i>Escolarização</i>	<i>68</i>
2.7.2	<i>Saúde</i>	<i>69</i>
2.7.3	<i>Cultura, esporte e lazer.....</i>	<i>70</i>
2.8	PARCERIAS.....	71
2.9	O DESFECHO: DESLIGAMENTO DOS ACOLHIDOS E DAS ACOLHIDAS	73
3	O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE ENQUANTO DIMENSÃO HUMANA	75
3.1	CONCEITO DE ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO	75
3.1.1	<i>Espiritualidade e sua relação com a fé.....</i>	<i>80</i>
3.1.2	<i>Espiritualidade e sua relação com os Direitos Humanos.....</i>	<i>82</i>
3.1.3	<i>Vida social e espiritual do indivíduo.....</i>	<i>84</i>
3.2	A ESPIRITUALIDADE COMO CARACTERÍSTICA DO SER HUMANO	87
3.2.1	<i>Espiritualidade e Religiosidade.....</i>	<i>89</i>
3.2.2	<i>O fortalecimento da espiritualidade através do espírito humano</i>	<i>92</i>
3.2.3	<i>Moralidade e dimensão humana.....</i>	<i>95</i>

3.2.4	<i>Importância da espiritualidade no cuidado humano</i>	96
3.2.4.1	<i>Cuidado humano</i>	98
3.2.4.2	<i>O pobre e o grito dos oprimidos e das oprimidas</i>	102
3.3	A RELAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NA BUSCA DA TRANSCENDÊNCIA	103
3.4	A ESPIRITUALIDADE COMO UM SENTIDO PARA RENOVAÇÃO DA VIDA	106
3.5	PERSPECTIVAS DE VENCER O PRECONCEITO E A EXCLUSÃO A PARTIR DA ESPIRITUALIDADE	111
3.5.1	<i>O preconceito e a exclusão nas Sagradas Escrituras</i>	114
3.5.2	<i>O valor da espiritualidade no cuidado das pessoas com deficiências</i>	115
4	DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA	121
4.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INCLUSÃO	121
4.2	ASPECTOS GERAIS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS ...	128
4.3	A ÉTICA NO CUIDADO DOS E DAS PROFISSIONAIS QUE CUIDAM DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS	138
4.4	O DESAFIO DA INCLUSÃO NO MEIO ESCOLAR E SOCIAL	146
4.5	DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	153
5	CONCLUSÃO	167
	REFERÊNCIAS	173
	APÊNDICE A: TERMO DE CONCORDÂNCIA DA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA	187
	APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	189
	APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA	191

**APÊNDICE D: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO
DE IMAGENS E DEPOIMENTOS 193**

APÊNDICE E: FOTOS DA CASA DA HOSPITALIDADE 195

1 INTRODUÇÃO

No contexto da diversidade, observa-se que são inegáveis as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, dentre outras. No bojo deste contexto, encontram-se as pessoas com deficiência, muitas vezes discriminadas das mais diversas formas. A condição de deficiente tem gerado debates e mobilizações em torno de projetos sociais, programas assistenciais, políticas públicas e propostas com vistas à igualdade de oportunidades para todos e todas.

Em meio a esse contexto, a presente pesquisa traz como proposta de estudo, “O lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento humano integral de crianças com deficiências na Casa da Hospitalidade no município de Santana/AP”, um tema que surgiu a partir de discussões suscitadas durante as aulas da disciplina “Religião e Educação”, do curso de Doutorado em Teologia, da Faculdades EST, e de minha experiência com as crianças com deficiência no contexto escolar em que atuo, uma escola da Rede Pública Estadual, localizada no município de Santana, Estado do Amapá. No caso da referida disciplina, foram inúmeros debates e reflexões até a delimitação do tema da pesquisa.

Desse modo, a ideia de realizar esta pesquisa nasceu em conjunto com o orientador deste estudo, Prof. Dr. Iuri Andréas Reblin, que sugeriu uma pesquisa de campo com crianças com deficiência. A proposta era trabalhar um tema que pudesse contribuir na busca da superação da rejeição e dos traumas psicológicos adquiridos pelas crianças a partir do sofrimento e do abandono. Diante disso, veio à opção pela Casa da Hospitalidade, uma instituição de acolhimento sem fins lucrativos que atende pessoas com deficiências múltiplas, transtornos mentais, e menores sob medida protetiva, encaminhados pela Vara da Infância e Juventude e pelo Conselho Tutelar, registrada como Associação Casa da Hospitalidade (ACH), localizada no Município de Santana, Estado do Amapá.

Dessa forma, o presente trabalho se tornou um desafio, a partir do momento em que se optou por realizá-lo em uma instituição que acolhe crianças com deficiências diversas. Sendo assim, teve início um longo processo investigativo, por meio de inúmeras visitas à instituição, entrevistas com pessoas que lá trabalham, levantamento de documentação, dentre outros, que possibilitaram entender o funcionamento da ACH, as práticas desenvolvidas por seus funcionários, bem como

a rotina das crianças, dos adolescentes acolhidos e das adolescentes acolhidas. Vale ressaltar que a participação de todos os envolvidos e todas as envolvidas na pesquisa foi aprovada e registrada na Plataforma Brasil, em 27 de outubro de 2017.

Diante disso, após a autorização da ACH para a realização da pesquisa (APÊNDICE A), foi feita a observação *in loco*, no período de dois meses, para que a pesquisadora pudesse administrar e explorar as informações e, conseqüentemente, sistematizá-las. Vale ressaltar que a coleta de dados se deu através de entrevistas gravadas que, posteriormente, foram transcritas para um diário de campo. Nesse sentido, todas as pessoas entrevistadas foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (APÊNDICE B), em consonância com os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº 466/2012, item IV, do Conselho Nacional de Saúde.

Nesse âmbito, esta pesquisa parte da premissa de que a espiritualidade é parte indelével da vida humana, como expresso por teóricos como Hélio Penna Guimarães e Álvaro Avezum², William Breitbart³, Carlos Roberto Jamil Cury⁴, dentre outros. Viver a espiritualidade não está necessariamente associado às práticas devocionais, mas à reflexão sobre uma dimensão capaz de criar possibilidades, sonhar, brincar e imaginar, assim como trazer certa liberdade para conhecer e transcender, buscando uma força interior e individual. De acordo com Leonardo Boff, “o ser humano não possui apenas *exterioridade* que é sua expressão corporal. Nem só *interioridade* que é seu universo psíquico interior. Ele vem dotado também de *profundidade* que é sua dimensão espiritual”.⁵

Diante dessa concepção, o espírito não é uma parte do corpo, mas algo que predomina por inteiro no ser humano, que se pode sentir, olhar, escutar com profundidade as coisas que não são apenas “coisas”, tendo a capacidade de entender o outro e a outra e olhá-lo com amor.

² GUIMARÃES, Hélio Penna; AVEZUM, Álvaro. O impacto da espiritualidade na saúde física. **Revista de psiquiatria clínica**, v. 34, supl. 1, p. 88-94. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a12v34s1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

³ BREITBART, William. Espiritualidade e sentido nos cuidados paliativos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 41-57, 2003.

⁴ CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à diferença: um reconhecimento legal. **Educação em revista**, Belo Horizonte, n. 15, 1999. p. 13.

⁵ BOFF, Leonardo. **Princípio de compaixão e cuidado**. 3 Ed. Petrópolis Vozes, 2001. p. 18.

Portanto, a prática da espiritualidade no cuidado ajuda o ser humano a superar suas dificuldades, bem como o preconceito, a exclusão, trazendo-lhe otimismo, esperança para melhor enfrentar traumas e dificuldades durante a sua vivência. Boff reforça que “a espiritualidade vem sendo descoberta como dimensão profunda do humano, como elemento necessário para desabrochar pleno de nossa individuação e como espaço de paz no meio dos conflitos e desolações sociais e existenciais”.⁶

Dessa forma, foi possível articular essa temática envolvendo as crianças com deficiência da ACH. São crianças acolhidas em situação de vulnerabilidade social, deixadas pelas famílias à porta deste abrigo por terem alguma deficiência, por não terem condições de mantê-las, abandonadas por maus-tratos. Dentre as condições adversas, ressaltam-se a fragilidade, o preconceito e a baixa autoestima, que geram dificuldades de socialização para essas crianças, no meio social e no contexto escolar. Ao reconhecer essas dificuldades, evidenciamos a necessidade de amenizar esses sofrimentos através da espiritualidade.

Entre outros aspectos, faz-se necessário estimular a autonomia e fortalecer os vínculos interpessoais pela espiritualidade no cuidado, pois ela se torna uma condição para que a pessoa humana possa estabelecer confiança no relacionamento consigo mesmo e com o outro. De acordo com Boff⁷, a espiritualidade tem muito a ver com a experiência, não com doutrina, não com dogmas, não com ritos, não com celebrações, que são apenas caminhos institucionais capazes de nos ajudar a alcançá-la, mas que são posteriores a ela, a espiritualidade “quebra a relação de posse das coisas para estabelecer a comunhão com as mesmas, e com o universo”.⁸ Na percepção deste autor, vivenciar a espiritualidade é poder ter algo pessoal e humanizado, que ajudará a interpretar a vida e os problemas que vivemos.

A dimensão espiritual, de certa forma, traz harmonia quando o indivíduo procura forças e respostas para enfrentar o estresse emocional, assim como, justificar a sua existência. Este é o propósito deste estudo, compreender a espiritualidade na dimensão do cuidado, na busca de uma direção que vai além de

⁶ BOFF, 2001, p. 18.

⁷ BOFF, 2001. p. 18.

⁸ BOFF, Leonardo. **Espiritualidade, dimensão esquecida e necessária**. Disponível em: <<http://leonardoboff.eco.br/site/vista/outros/espiritualidade.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

dogmas e religiões. Nesse sentido, é necessário ao ser humano conhecer-se como pessoa. Assim, esta pesquisa direcionou o olhar para algo que fortalecesse a alma das crianças, na superação de seus traumas e medos decorrentes da deficiência e do abandono, por isso, o objeto de estudo é a espiritualidade. Entre outros aspectos, o tema é relevante porque ressalta a autonomia, o cuidado e o fortalecimento dos vínculos interpessoais. A finalidade é compreender como é realizado o trabalho voltado à espiritualidade com as crianças deficientes da ACH.

Com o intuito de contextualizar o discurso relacionado às questões da deficiência, foi realizada uma análise sobre o processo de inclusão para verificar seus avanços e retrocessos, com o objetivo de visualizar os prejuízos da exclusão às crianças com deficiência. A cultura da exclusão imposta às pessoas que não se enquadram num padrão ideal de normalidade consolidou-se histórica e socialmente, uma vez que a organização social não contemplava as limitações advindas das deficiências; assim, as pessoas não tinham acesso aos espaços sociais, representando uma enorme negação de direitos.

Nesse viés, a proposta de inclusão visa a, além de corrigir essa dívida social histórica, assegurar que as pessoas não tenham seus direitos cerceados, apesar das limitações advindas de suas deficiências. Dessa forma, a inclusão se desdobra em várias vertentes, das quais a social e a educacional.

A inclusão social, que se sobrepõe a outras modalidades da inclusão, tem como principal objetivo promover uma reorganização da sociedade, de modo que todos e todas se sintam acolhidos e acolhidas, exerçam o direito de ir e vir, através de condições adequadas de locomoção nas vias públicas e acessibilidade aos prédios e às calçadas, dentre outros logradouros públicos e/ou privados.

Acrescente-se a isso a inclusão educacional envolvida no conjunto de medidas elaboradas pelo poder público para assegurar que o desenvolvimento escolar e a aprendizagem aconteçam. Por isso a definição de uma política educacional inclusiva; as escolas precisam organizar-se estruturalmente, removendo barreiras que limitam o acesso e a locomoção dos alunos e das alunas com deficiência; a valorização e a capacitação do e da profissional da educação devem fazer parte de um projeto educacional do sistema escolar e das unidades escolares, dentre tantas outras mudanças que vão desde as concepções até as ações. Diante dessas considerações, soma-se a justificativa para a realização deste trabalho.

Para tanto, os seguintes questionamentos nortearão as investigações:

- Como a espiritualidade está presente no cotidiano das crianças com deficiência?
- A espiritualidade pode ser um construto no cuidado para o desenvolvimento das crianças com deficiência? Se sim, quais suas implicações?
- A ACH promove ações para o desenvolvimento integral e social das crianças com deficiência?
- A ACH disponibiliza formação pedagógica e espiritual para os e as profissionais que trabalham com as crianças com deficiência?
- De que forma a espiritualidade, no cuidado e no desenvolvimento integral humano, pode influenciar e/ou transformar a vida social das crianças com deficiência da ACH?

Dentro desse contexto, surge a problemática central desta pesquisa: **Qual o lugar da espiritualidade no cuidado, no desenvolvimento e no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência, a partir das práticas desenvolvidas na Casa da Hospitalidade?**

A partir daí, foram delimitados os objetivos, sendo que o geral é: Compreender qual é o lugar da espiritualidade no cuidado, no desenvolvimento e no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência, a partir das práticas desenvolvidas na ACH.

E os objetivos específicos são:

- Identificar ações na ACH voltadas para a espiritualidade e a relação destas com o desenvolvimento moral, emocional, intelectual e físico das crianças com deficiência;
- Verificar como os funcionários e as funcionárias da ACH trabalham a espiritualidade no processo ensino-aprendizagem das crianças com deficiência;
- Entender como ocorre o processo de inclusão das crianças com deficiência, no meio social e escolar, atendidas pela ACH;

- Analisar a inclusão e as políticas educacionais que orientam sobre os direitos das pessoas com deficiência.

A hipótese que norteia a pesquisa é a de que a espiritualidade, no cuidado, contribui de forma integral para que as crianças com deficiência possam vencer o preconceito e a exclusão no que tange aos aspectos psíquico e social, e que isso é trabalhado pelos profissionais da ACH, de forma adequada, de acordo com as demandas existentes.

Em relação aos aspectos metodológicos, esta pesquisa é de cunho qualitativo, que, segundo Antônio Carlos Gil⁹, é uma pesquisa de natureza básica. Nesse sentido, a abordagem qualitativa facilitou à pesquisadora conhecer e compreender o contexto de seus pesquisados, principalmente quanto ao comportamento e às atitudes. A abordagem qualitativa é adequada para este estudo, uma vez que é um campo interdisciplinar preocupado com a compreensão do comportamento humano a partir do quadro de referência do próprio sujeito da pesquisa, com base em dados reais, assim como pelo caráter exploratório, quanto aos procedimentos, à investigação bibliográfica e à etnografia.¹⁰

O aspecto bibliográfico reside na constituição do aporte teórico que subsidiará a pesquisa, tais como livros, artigos, teses, leis, resoluções, pareceres, dentre outros materiais relacionados ao tema.

O caráter etnográfico visa a compreender a dinâmica das relações, dos processos e o dia a dia dos e das participantes na ACH. A natureza etnográfica revela “as relações e interações ocorridas no interior das escolas, assim como de outras instituições, bem como parte dessas estruturas sociais de forma que estas se abram e evidenciem os processos por elas engendrados e de difícil visibilidade para os sujeitos que dela fazem parte”.¹¹

A abordagem etnográfica lança mão ainda de uma observação participante, pelo registro de observação que, para Gil¹² consiste em “assumir diferentes níveis de estruturação e, em algumas pesquisas, é bastante aberto, conferindo ao

⁹ GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 44.

¹⁰ OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. Ed. Scipione, 2 ed., 2002. p. 117.

¹¹ MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. **Etnografia e educação: conceitos e usos**. 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fcfr>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

¹² GIL, 2007, p. 130.

pesquisador ampla liberdade para proceder durante as anotações”. O registro de observação foi repassado para o diário de bordo (as notas de campo, como define Gil¹³), além de entrevistas semiestruturadas com as coordenadoras e as funcionárias da ACH.

O grupo de participantes da pesquisa é formado por uma gestora (freira), uma coordenadora, uma cuidadora, quatro técnicas da equipe multidisciplinar (psicóloga, enfermeira, assistente social, fisioterapeuta), uma professora de Ensino religioso, uma professora de reforço escolar e uma freira que acompanha o processo de acolhimento. Cabe destacar que as participantes entrevistadas foram dez pessoas do sexo feminino, tendo em vista que a ACH contrata somente mulheres para trabalhar com as crianças.

Quanto aos procedimentos adotados para a realização das entrevistas semiestruturadas, seguiram o seguinte roteiro:

- a) O papel da espiritualidade no desenvolvimento das crianças deficientes;
- b) As ações voltadas à espiritualidade desenvolvidas pela ACH;
- c) A espiritualidade no cuidado como forma de ajudar as crianças nos aspectos moral, social e escolar;
- d) Realização de reuniões e/ou encontros com as funcionárias para discutir e melhorar os conflitos e a aprendizagem das crianças;
- e) A liberdade das crianças em relação a qual religião seguir, já que se trata de um abrigo de religião católica.

As entrevistas e sua posterior análise foram feitas à luz do método hermenêutico. Segundo Gadamer, “atualmente a hermenêutica é a teoria metodológica da investigação das ciências do espírito”.¹⁴ O que há de verdadeiramente comum e consensual a todas as formas de hermenêutica¹⁵ é que

¹³ GIL, 2007, p. 130.

¹⁴ GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método** I. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2005. p. 407.

¹⁵ SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1942-1954, out./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/9270/6932>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

“o sentido que se deve compreender somente se concretiza e se completa na interpretação”.¹⁶

[...] quando tentamos considerar o fenômeno hermenêutico guiados pelo modelo da conversação que se dá entre duas pessoas, o caráter comum que serve de orientação entre essas duas situações aparentemente tão diversas, entre a compreensão do texto e o acordo numa conversação, consiste, sobretudo no fato de que toda compreensão e todo acordo têm em mira alguma coisa com a qual estamos confrontados. Da mesma forma que nos pomos de acordo com o nosso interlocutor sobre algum assunto, também o intérprete compreende a coisa que lhe diz o texto. Essa compreensão da coisa ocorre necessariamente na formulação da linguagem, mas não no sentido de que uma compreensão se dá justamente nesse vir-à-fala da própria coisa em pauta. Assim, seguimos imediatamente a estrutura da verdadeira conversação, para assim destacar a peculiaridade daquela outra conversação representada pela compreensão de textos. Enquanto acima, seguindo a essência do diálogo, destacamos o significado constitutivo da pergunta para o fenômeno hermenêutico, será de utilidade demonstrar agora o caráter de linguagem presente no diálogo como um momento hermenêutico e que esse caráter de linguagem forma a base de todo perguntar.¹⁷

Nesse sentido, a escolha pelo método hermenêutico, para a interpretação das entrevistas, se justifica pelo fato de este possibilitar expor de modo profundo a realidade e o conhecimento, desvelando fatos que serviram de suporte para aprofundar e fundamentar a análise, bem como todas as informações acerca dos problemas levantados.

Partindo destes pressupostos, não se pode, no processo de investigação, deixar de valorizar a imersão do pesquisador no contexto, em interação com os participantes, procurando apreender o significado por eles atribuído aos fenômenos estudados. É também compreensível que o foco do estudo vá sendo progressivamente ajustado durante a investigação e que os dados dela resultantes sejam predominantemente descritivos e expressos através de palavras.¹⁸

Com base no exposto, além desta Introdução, que é o primeiro capítulo este estudo foi sistematizado em três capítulos de desenvolvimento.

O segundo capítulo faz uma incursão pela ACH, apresentando o contexto da pesquisa, de forma detalhada, bem como as participantes deste estudo, o processo de acolhimento das crianças, sua rotina na instituição, o papel de cada funcionário e funcionária na casa, bem como traz uma discussão sobre os direitos das crianças dentro da ACH, também discorre sobre as parcerias que a instituição mantém para

¹⁶ GADAMER, 2005, p. 436.

¹⁷ GADAMER, 2005, p. 493.

¹⁸ ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 77, p. 53-61, 1991.

assegurar seu funcionamento e, por último, como se dá o processo de desligamento das crianças.

O terceiro capítulo discute o lugar da espiritualidade enquanto dimensão humana, destacando os conceitos de espiritualidade e religião, a relação destas com a fé, com os direitos humanos e a vida social, moral e espiritual do indivíduo. Também discorre sobre a espiritualidade como característica do ser humano, espiritualidade e religiosidade, o fortalecimento da espiritualidade, a moralidade e a dimensão humana, a importância da espiritualidade no cuidado humano, a espiritualidade e a transcendência, a espiritualidade como sentido para a vida e como ferramenta na luta contra o preconceito e a exclusão, à luz das Sagradas Escrituras.

O quarto capítulo é dedicado ao processo de inclusão social e escolar, tema pertinente aos propósitos desta pesquisa, uma vez que envolve crianças com deficiência. São apresentados alguns aspectos das políticas educacionais inclusivas, discute-se a ética dos profissionais que cuidam das crianças com deficiência, bem como os desafios da inclusão.

Por fim, na conclusão, são apresentados os resultados da pesquisa e suas implicações, bem como algumas sugestões para futuras ações da ACH, no sentido de ajudar no desenvolvimento sociocultural das crianças com deficiência.

2 UMA INCURSÃO PELA CASA DA HOSPITALIDADE

Neste capítulo, apresento a história da Casa da Hospitalidade destacando elementos e características que historicizam sua trajetória e evolução, bem como sua finalidade.

A Casa da Hospitalidade é um abrigo pertencente a uma instituição filantrópica católica, denominada Associação Casa da Hospitalidade (doravante ACH), situada na zona urbana do Município de Santana, Estado do Amapá, considerada referência no Estado por se tratar da única instituição a acolher crianças e/ou adolescentes em condições de vulnerabilidade social, com deficiências múltiplas, vítimas de exclusão familiar e maus-tratos.

Em minha primeira visita à ACH, deparei-me com um portão grande de ferro trancado. Ao apertar a campainha, veio ao meu encontro uma funcionária que me recebeu e me encaminhou à sala de recepção. Ao entrar na sala daquele casarão antigo, senti, inicialmente, uma tristeza e uma sensação de que estava num lugar deserto, pois não se ouvia nenhum barulho ou murmúrio de crianças nem de adultos. Para minha surpresa, havia apenas uma criança sentada em uma das cadeiras do salão, com um olhar direcionado ao portão que dá acesso à entrada e saída de pessoas e à rua principal. Minha primeira impressão sobre aquela criança foi de que ela estava esperando a visita de alguém de sua família, pois seus olhos permaneciam fixos ao portão, e nem a minha presença chamou-lhe a atenção. Foi então que perguntei a ela o que estava fazendo sozinha, quieta naquela cadeira e a resposta foi que estava esperando a visita de sua mãe.

Assim que adentrei a casa, notei que o prédio estava com pintura nova, e chamou-me a atenção um desenho na parede da beata Madre Michel com a frase: *“A verdadeira nobreza consiste em servir”*; avistei ainda outra parede pintada à mão com a imagem de Jesus Cristo com quatro crianças ao seu redor com a frase: *“Deixai vir a mim as crianças”*, além de outra imagem na parede do lado esquerdo com a figura do Dr. Marcello Cândia, empresário italiano e leigo consagrado, que muito contribuiu com a fundação da instituição.

No salão principal, avistei algumas cadeiras novas e móveis em madeira, muito antigos, mas bem conservados. Na ocasião, fui informada pela recepcionista

de que a coordenadora geral estava a minha espera. Fui conduzida à direção da instituição para obter as primeiras informações e apresentar o documento para a autorização da pesquisa. Assim, tive a oportunidade de apresentar todo o projeto de pesquisa e todos os formulários necessários para a coleta de dados na instituição.

De posse da autorização, dei início à pesquisa, oportunidade em que fui conduzida pela coordenadora para conhecer todo o espaço e seu funcionamento. No primeiro momento, o que me chamou a atenção foi o tamanho da área da instituição que fica localizada próximo ao centro do município. A ACH é constituída de vários casarões, com as mesmas características e, nos arredores, jardins bem cuidados e uma grande área arborizada.

Observando o casarão mais antigo, percebi as paredes pintadas de cor de rosa e grandes janelas estilo venezianas, com varandas que dão acesso a outras dependências. Em frente ao casarão principal, há uma capela construída em madeira, em forma de maloca, com um jardim ao redor com flores variadas, que embelezam e perfumam o ambiente. Caminhando mais adiante, deparei-me com a casa das freiras que são responsáveis pelo abrigo. Andando um pouco mais, avistei uma sala de espera, ao ar livre, onde as crianças ficam sentadas à espera das freiras, quando são chamadas por elas ou quando alguém precisa conversar. Do outro lado, há um barracão em madeira, uma espécie de granja, no qual as freiras criam galinhas para ajudar no sustento da casa, além da horta, onde predominam certos tipos de vegetais. Na parte mais alta do terreno, há um gramado e um parquinho de diversões, onde as crianças costumam brincar. Todas as dependências da instituição estão distribuídas em uma área de 33.000 m² (trinta e três mil metros quadrados), divididas em quatro setores: **setor Geral**, **setor Madre Michel**, **setor Marcello Cândia** e **setor Lassat**. Na figura 1, vê-se a entrada principal da casa:

Figura 1: Portão principal da ACH.



Fonte: da autora

Em meio aos documentos cedidos pela coordenadora, tive acesso ao Regimento Interno da ACH, documento oficial. Neste documento consta que a Associação Casa da Hospitalidade é uma entidade beneficente, sem fins lucrativos, localizada na Av. José de Anchieta, 360 - Bairro Hospitalidade - Santana/AP, fundada em 25 de setembro de 2010, de caráter filantrópico, declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 921/2011/PMS, de 05 de maio de 2011 e Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 0016/2011-AL, de 20 de março de 2011.

A instituição é dirigida pelas freiras da Congregação **Pequenas Irmãs da Divina Providência**, com sede em Minas Gerais. Desenvolve atividade socioassistencial com atendimento de assistência básica e especial (média e alta complexidade). Nesse contexto, a casa atende crianças e/ou adolescentes, de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, bem como pessoas com deficiência, em regime de acolhimento provisório e/ou de longa permanência.

A ACH abrange, sobretudo, os bairros Área Comercial, Área Portuária e Hospitalidade, nos quais a maioria das famílias vive em situação de risco e vulnerabilidade social. Há muitas crianças, adolescentes e jovens envolvidos com drogas, violência, álcool, trabalho e exploração infanto-juvenil, dentre outros.¹⁹

¹⁹ Projeto político pedagógico – Associação Casa da Hospitalidade.

É importante considerar que as condições de vida na área onde a instituição está localizada são precárias, não há saneamento básico, por exemplo. Em consequência disso, é alto o índice de doenças transmitidas por parasitas, assim como, doenças tropicais. Em decorrência dessas doenças e da carência de vitaminas, muitas crianças desenvolvem anemia, dificultando, assim, seu aprendizado.

Com base nos relatos da coordenadora, a ACH trabalha essa problemática dentro do contexto geral do Município de Santana. Nesse sentido, a instituição desenvolve políticas públicas voltadas para o serviço de acolhimento institucional, em consonância com a Constituição Federal (1988), em seu Artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.²⁰

E em seu Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.²¹

Vê-se, portanto, que o acesso ao direito social está colocado como uma dimensão da cidadania, o que norteou profundas alterações na Lei, criando-se políticas públicas voltadas, principalmente, à infância e à adolescência. Nessa direção, inaugurando uma nova realidade social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069/90, registra um marco de fundamental importância para uma nova concepção referente às questões que envolvem crianças e adolescentes.

Além disso, a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, também assinala para esse novo entendimento e aponta a prioridade de organização dos serviços sociais para criança e/ou

²⁰ BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1998.

²¹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 19 jul. 2018.

adolescente, em risco social, referindo-se, de modo especial, ao atendimento em regime de acolhimento.

O acolhimento institucional e familiar são medidas provisórias e utilizáveis como forma de transição para a reintegração familiar, ou não sendo esta possível, para a colocação em família substituta, não aplicando em privação da liberdade.

Art. 23. Entende-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O regulamento instituirá os serviços socioassistenciais.

§ 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:

I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).²²

Com base nessas leis, pode-se compreender que a família é o alicerce de crianças e adolescentes, e, quando este vínculo é afastado por pobreza, exclusão, ou originado por motivos diversos, contribui para a fragilização emocional e social desses indivíduos. Dessa forma, faz-se necessária a criação de políticas públicas que garantam direitos à adoção ou o retorno às famílias naturais, pois, nas instituições de acolhimento, há a perda da convivência familiar, principalmente quando os indivíduos são menores de idade. Nesse contexto, a escolha da ACH como cenário desta pesquisa se deu pelo fato de ela estar localizada em Santana, município onde resido, e por ser a única instituição do Estado a atender a um público com as características já mencionadas (em condições de vulnerabilidade social, com deficiências múltiplas, vítimas de exclusão familiar e maus-tratos). Outro aspecto é que esta pesquisa - *“O lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento humano e integral de crianças com deficiências”* - está alinhada aos objetivos da instituição em questão.

2.1 O ANFITRIÃO: O PADRE A SERVIÇO DOS POBRES

Nesta seção, apresento a entrevista que fiz com o Pe. Luiz Brusadelli, fundador da Casa da Hospitalidade. Ao dar início à entrevista, uma frase dita pelo padre me chamou a atenção: *“Eu optei pelos pobres”*. Percebi, contudo, que, à

²² BRASIL. **Nova Lei da Adoção**. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009.

época, ele sentia-se incomodado por não conseguir fazer algo por eles, por isso passou a refletir como poderia ajudar os mais necessitados. Nesse ínterim, Pe. Luiz foi instigado a dar início ao seu projeto. O ponto de partida foi à figura de um rapaz, chamado Luiz (“um pobre aleijado”), que passava próximo à igreja Nossa Senhora da Conceição, da qual Pe. Luiz era o pároco, após a missa, no bairro Área Comercial.

Sensibilizado com que acabara de ver, o padre ofereceu-lhe abrigo e comida; a partir de então, ele decidiu que queria mesmo realizar o seu sonho, ajudar os mais necessitados, pois ele não se sentia satisfeito em somente celebrar as missas, mas queria transformar seu lar em um abrigo acolhedor. Após ajudar o rapaz chamado Luiz, o padre deixou sua comunidade religiosa para se dedicar às causas sociais da comunidade; com isso, passou a morar em uma pequena casa de madeira, sem perceber que ali abrigaria outros pobres, surgindo, assim, a necessidade de construir outras casas para melhor acomodá-los.

Certo dia chegou ao conhecimento do Dr. Marcello Cândia, a necessidade de se construir uma casa com maior estrutura para acolher as pessoas necessitadas. Marcello Cândia era filho de família nobre, nascido na Itália, formado em Química e Ciências Biológicas, tinha como exemplo seu pai e sua mãe, por terem ensinado a ele valores, como fazer caridade, e seguir a vida religiosa. Ele assumiu a direção da indústria da família, após a morte de seu pai e sua mãe.

Dr. Marcello tinha a ajuda do capuchinho Frei Genésio, conhecido diretor espiritual de Milão, que o guiou para a oração, a mortificação e a caridade. Marcello era um líder, um grande realizador, com ideias claras, mas também humilde, que sabia voltar atrás quando errava, sempre com entusiasmo.

Dentre suas obras assistenciais, as missões eram a sua grande vocação, queria dedicar-se pessoalmente a elas, não somente enviando recursos e ajudas financeiras. Inspirado no exemplo dos amigos, o capuchinho *Frei Alberto Beretta*²³, e o missionário do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME), *Dom Aristides*

²³ O médico e sacerdote capuchinho *Frei Alberto Beretta* construiu o hospital de Grajaú, no Maranhão, em meio a imensas dificuldades e totalmente voltado ao atendimento dos desassistidos. Ele é o irmão de *Santa Gianna Beretta Molla*, médica italiana que desejava ser missionária leiga nesse mesmo hospital, mas que teve que abandonar a ideia por causa da saúde. O milagre válido para a beatificação de Santa Gianna ocorreu nesse hospital (sobre Santa Gianna e os milagres da beatificação e canonização).

*Pirovano*²⁴, bispo prelado de Macapá/AP, decidiu partir para esta cidade para fundar um hospital dedicado aos pobres da região.

Com a destruição da fábrica de seus pais, em 1955, por uma explosão, Dr. Marcello perdeu grande parte de sua riqueza e teve de adiar seus planos de partir para a Amazônia. Após a reconstrução e a venda da empresa, chegou a Macapá, em 1965. Nessa mesma época, para tristeza de Marcello, *Dom Aristides* foi nomeado superior geral do PIME, em Roma, tendo que deixar a prelazia. Com o lucro da venda da indústria, construiu para os pobres o Hospital São Camilo e São Luiz, em Macapá.

Conforme mencionado anteriormente, chega ao conhecimento do Dr. Marcello Cândia um assunto relacionado ao trabalho desenvolvido por um padre no Município de Santana/AP. Então, durante uma visita, ele teve a chance de conhecer o referido trabalho e, sensibilizado com a realidade da obra (crianças, doentes e pobres), garantiu ajudar no que fosse preciso. Com a exigência da higiene e do conforto, foram construídas casas de alvenaria, com corredores e espaços amplos, para atender aos novos necessitados que a Providência Divina enviasse a cada dia. Para minimizar a miséria, deu-se início a oficinas, tais como: serigrafia, trabalhos com corda, artesanato, entre outros, visando, assim, capacitar tanto os que já moravam na ACH, como também a comunidade carente, com a finalidade de inseri-los no mercado de trabalho em busca do seu próprio sustento.

O tempo foi passando, e a ACH foi crescendo e se organizando com a construção de setores, possibilitando a divisão dos acolhidos e das acolhidas. Seguindo as orientações do Dr. Marcello Cândia, seus conselheiros continuaram a prestar ajuda a casa, mesmo depois de sua morte. Com o auxílio das freiras, perceberam-se casos de crianças com múltiplas deficiências, as quais mereciam ser separadas das demais, para um tratamento específico, e também para não causarem danos entre si, buscando o aprimoramento da instituição e a qualidade de vida, visto que, entre os acolhidos e as acolhidas, havia pessoas com transtornos mentais.

No dia 25 de setembro de 2010, durante a celebração de uma missa, a instituição passou a ser uma Associação, com a denominação de Associação Casa

²⁴ Trabalharam na cidade de Macapá os Padres da Sagrada Família, inclusive *Pe. Júlio Maria de Lombaerde*, que ali fundaria uma congregação feminina, transferida depois para Pinheiro/PA.

da Hospitalidade da Congregação das Pequenas Irmãs da Divina Providência, com sede em Belo Horizonte/MG, com o CNPJ nº 12.704.750/0001-23. Neste ano, a Associação era composta por 70 funcionários e funcionárias. Entre eles, 07 técnicos cedidos pelo Governo do Estado do Amapá; 10 pela Prefeitura Municipal de Santana, e os demais, 53 funcionários e funcionárias, eram de instituição, regidos pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Atualmente, a casa conta com 71 funcionários e funcionárias, sendo 25 contratados e contratadas pela Prefeitura Municipal de Santana, 46 contratados e contratadas pela Associação Casa da Hospitalidade e apenas um cedido pelo Governo do Estado do Amapá.

Além de acolher crianças com seus direitos violados, que apresentam desenvolvimento normal, atende também pessoas com múltiplas deficiências e transtornos mentais. A instituição preocupa-se ainda com as problemáticas socioeconômicas do município, adotando formas de ajudar a comunidade, como, por exemplo, criando um espaço com oito salas para oferecer cursos profissionalizantes, proporcionando, assim, oportunidade para os e as jovens adquirirem uma profissão e capacitação para o ingresso no mercado de trabalho. Os cursos atendem em média 70 pessoas, quando se consegue captação de recursos em órgãos públicos e privados. A ACH conta com um Ponto de Cultura, que, por meio de projeto social CULTURARTE, desenvolve atividades de teatro, dança, música e pintura, com o objetivo de integrar, resgatar e trabalhar a autoestima dos acolhidos e das acolhidas, além das pessoas da comunidade, através da arte.

Para que os ambientes sejam organizados adequadamente, os espaços físicos de acomodação dos acolhidos e das acolhidas estão divididos em três setores:

- ✓ **Marcello Cândia** - crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade pessoal e social, consideradas com desenvolvimento normal;
- ✓ **Madre Michel** - crianças e adolescentes de ambos os sexos com diagnósticos médicos relacionados a patologias neurológicas diversas, cadeirantes, crianças pequenas sãs e deficientes;

- ✓ **Lassat** - adultos com diagnóstico médico relacionado a patologias psiquiátricas diversas (Retardo e Transtorno Mental). Neste setor há um subsetor, conhecido com “Lassatinho”, pois acomoda crianças e adolescentes na mesma condição.

Ao longo desses 40 anos de existência, a ACH tem como objetivo garantir ações sociopedagógicas que priorizem e garantam o direito dos acolhidos e das acolhidas de conviver em um ambiente que ofereça as condições adequadas ao seu desenvolvimento integral. Partindo dessa concepção, a instituição busca atender às necessidades básicas dos acolhidos e das acolhidas, assegurando recursos para a realização e manutenção das atividades educacionais programadas. Assim, o trabalho se consolida na promoção de eventos e projetos que favoreçam a integração dos acolhidos e das acolhidas junto a outros projetos voltados para a educação, como atividades em regime de coeducação, visando ao desenvolvimento integral desse público.²⁵

2.2 OS E AS PROTAGONISTAS: OS ACOLHIDOS E AS ACOLHIDAS

A ACH acolhe provisoriamente crianças sãs, em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal, na faixa etária de 0 a 12 anos, por negligência da família, abandono, maus-tratos, violência, abuso, exploração sexual e comercial. Proporciona acompanhamento, orientação técnica, psicossocial, educacional e de saúde, assegurando medidas de proteção e apoio em casos de violação de seus direitos.

Acolhe também crianças com desenvolvimento normal na faixa etária de 0 a 12 anos de idade (incompletos), de ambos os sexos, que estejam em situação de vulnerabilidade social e pessoal, além de crianças, adolescentes e adultos que apresentam múltiplas deficiências e/ou transtornos mentais. Esse acolhimento se dá dentro das possibilidades estruturais da instituição. As crianças são encaminhadas pelos órgãos responsáveis.

A chegada de crianças e/ou adolescentes à ACH ocorre devido à violação de seus direitos e se dá apenas por decisão do Conselho Tutelar e por determinação judicial, com os seguintes perfis:

²⁵ Partes do texto retirado do Projeto político pedagógico – Associação Casa da Hospitalidade.

- ✓ Pessoas com redução significativa do funcionamento intelectual (inteligência) de caráter permanente ou deficiência sensorial incapacitante, que apresentem dificuldades em sua interação com o meio social e ausência de condição de proteção em âmbito familiar;
- ✓ Crianças e adolescentes que sofreram violência ou abuso sexual (na família ou fora dela) nas suas diversas modalidades: estupro, atentado violento ao pudor e exploração sexual para fins comerciais;
- ✓ Crianças e adolescentes que, por descuido ou displicência familiar, não tiveram suas necessidades básicas atendidas;
- ✓ Crianças e adolescentes que sofreram agressões físicas na família;
- ✓ Crianças e adolescentes em estado de orfandade pela perda das figuras parentais ou em estado de abandono pela ausência parcial ou total dos pais ou do/da responsável;
- ✓ Crianças e adolescentes com pais ou responsáveis afastados temporariamente em virtude de problemas, tais como: prisão, hospitalização, independentemente do período;
- ✓ Crianças e adolescentes cujos responsáveis apresentam condições desfavoráveis para o cuidado, ou seja, quando o pai, a mãe ou responsável deixa de exercer as funções de proteção parental por apresentar ou vivenciar problemas específicos que impedem ou dificultam o exercício do cuidado e da educação dos filhos e das filhas. Isso pode ocorrer em virtude de problemas específicos, como alcoolismo, problemas psiquiátricos, relações conflituosas ou violentas, pessoas com deficiência ou com HIV, entre outros.

2.3 UM CENÁRIO DE ACOLHIMENTO

Hodiernamente, a ACH atende 80 indivíduos, são crianças e adolescentes, com ou sem deficiência, em situação de risco pessoal, social e com vínculos familiares fragilizados. A maioria das crianças e/ou dos adolescentes acolhidos e acolhidas é encaminhada pelo Conselho Tutelar de Santana e pela Vara da Infância

e da Juventude das Comarcas de Santana e Macapá. Há ainda crianças que vêm de outras Comarcas, como: Amapá, Mazagão, Ferreira Gomes e Oiapoque.

Essa demanda, de acordo com a direção da ACH, revela a falta de comprometimento por parte da família em não cuidar de forma integral de seu filho ou sua filha, implicando sobre a guarda da criança e/ou do adolescente, com esgotamento de todas as possibilidades de mantê-los sobre sua tutela. Dessa maneira, o afastamento da criança e/ou do adolescente de seu convívio se torna inevitável. Nesse sentido, faz-se o processo de acolhimento, como medida de proteção, seguindo os parâmetros do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que possui medidas cautelares e preventivas, objetivando socorrer a criança e/ou o adolescente que esteja em risco, mesmo que no seu ambiente familiar. Com base nesses critérios, cabe à justiça resguardar e garantir os direitos com medidas protetivas previstas em Lei.

É interessante notar que trabalhos publicados por órgãos como IPEA²⁶, SAS²⁷ e UNICEF²⁸, e por autores como Irene Rizzini & Irma Rizzini²⁹, consideram que o acolhimento funciona como instrumento de política social, quando oferece assistência à criança que se encontra sem os meios necessários à sobrevivência (moradia, alimentação, atenção à saúde e educação), ou mesmo diante da incapacidade dos pais, das mães e/ou dos responsáveis para cumprir com as obrigações de guarda e sustento dos filhos ou das filhas, por um tempo determinado ou de maneira definitiva.

Nessa perspectiva, Rizzini & Rizzini³⁰ consideram que o acolhimento representa uma medida de proteção à criança que experimenta situações cotidianas de grave risco à sua integridade física, psicológica e sexual. Nesse contexto, as autoras entendem que o atendimento em serviço de acolhimento precisa ser

²⁶ IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481>. Acesso em: 12 ago. 2017.

²⁷ MINISTÉRIO da Saúde, Sistema de Assistência Social. **Portaria SAS/MS nº 587**, de 07 de outubro de 2004, que determina a organização e a implantação de Redes Estaduais de Atenção à Saúde Auditiva. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2004/prt0589_08_10_2004_rep.html>. Acesso em: 12 ago. 2017.

²⁸ UNICEF, 2005. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>. Acesso em: 09 jun. 2018.

²⁹ RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 51-60.

³⁰ RIZZINI & RIZZINI, 2004, p. 54.

reconhecido efetivamente como uma medida de proteção especial à infância vulnerável ao abandono e à violência, ou seja, em situações nas quais há ameaça ou violação a qualquer um de seus direitos fundamentais.

Referindo-se ao Brasil, assim como em outros países, a colocação de crianças em instituições de acolhimento tem sido considerada uma medida de proteção social legítima, prevista pelo ECA, mas que deve ficar restrita a situações excepcionais, quando, por razões diversas, as condições postas para a convivência familiar forem inadequadas ou mesmo inexistentes.

Em outras palavras, a permanência da criança em instituição de acolhimento, ainda que de modo provisório, é recomendada somente em situações reconhecidas como de abandono material (precárias condições de moradia, alimentação, higiene e saúde da criança) e/ou abandono moral (processos de socialização sem qualquer forma de orientação e apoio responsivo dos pais e das mães e outros familiares). Diante desse contexto, faz-se necessário conhecer como está o atendimento de crianças e adolescentes em regime de acolhimento, ou seja, aqueles que estão em situação de risco pessoal e social.

A proposta legal para esse atendimento está focada no respeito ao direito à convivência familiar, como direito indisponível. Portanto, a hipótese de não garantia desse direito é tratada como algo excepcional, provisório e transitório, que se deve cuidar para garantir o atendimento de forma mais familiar possível.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.³¹

Essa mudança provocou a desconstrução de velhas práticas, e o irromper de paradigmas se estabeleceu como única condição possível para se imperar a nova política. Grandes instituições, com a utilização de espaços exclusivos de atendimento, foram flagradas como lugares segregados e inibidores do convívio social e comunitário, portanto, prejudiciais ao desenvolvimento humano.

Vale destacar, que a direção da ACH se importa em manter o espaço, na medida do possível, obedecendo às regras estabelecidas pelas leis que amparam as crianças e/ou os adolescentes constituídas no ECA. Partindo dessa justificativa, é

³¹ BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, Art.19, de 13 de julho de 1990.

importante fazer uma leitura desse Estatuto que propõe um repensar sobre as questões acerca da infância e da juventude em situação de risco social e pessoal, definindo uma política voltada para a individualização do sujeito, visando a assegurar a sua formação física e mental.

No âmbito legal, os atendimentos em regime de acolhimento são pensados como uma medida de proteção excepcional, provisória, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando em privação de liberdade:

- ✓ Excepcional porque não se pode aplicá-la em qualquer situação;
- ✓ Provisória porque deve-se trabalhar numa perspectiva de atender em menos tempo possível;
- ✓ Transitória, porque o trabalho deve focar para a devolução à família ou a colocação em família substituta.³²

De acordo com a direção da ACH, a casa é visitada constantemente por membros do Conselho Tutelar e da Promotoria de Justiça para avaliação de todo o serviço oferecido aos ou as acolhidos/as. Segundo a direção, por se tratar da única casa que atende crianças e adolescentes, a instituição é bastante vigiada pelas autoridades. Todo o trabalho oferecido, não apenas pela ACH, mas por todas as “instituições” de acolhimento, deve ser pautado nos princípios estabelecidos pelo artigo 92 do ECA, que assim define:

- Preservação dos vínculos familiares;
- Integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- Não desmembramento de grupos de irmãos;
- Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes acolhidos;
- Participação na vida da comunidade local;
- Preparação gradativa para o desligamento;
- Participação de pessoas da comunidade no processo educativo.³³

Essas diretrizes propõem o reordenamento das instituições, de forma que possam garantir um acolhimento residencial, que seja o mais semelhante possível com a rotina familiar.

³² BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, Art. 101, Parágrafo Único, de 13 de julho de 1990.

³³ BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

O atendimento deverá ser caracterizado pelo apoio à criança e/ou ao adolescente, 24 horas, ininterruptamente, personalizado, tendo como premissas básicas a transitoriedade e a excepcionalidade, oferecendo proteção em moradia dentro de clima residencial, em pequenos grupos, participação da vida da comunidade e utilização de seus recursos.

No que tange às regras de convivência, a ACH possui crianças com diferentes idades e comportamentos e crianças e/ou adolescentes com deficiência. Dentre as informações coletadas, as crianças chegam com baixa autoestima na instituição. De acordo com a psicóloga: *“É inevitável, mas a gente tenta deixá-los bem”*. Além de marcas profundas provocadas por agressão física e psicológica, outros sinais podem indicar casos de maus-tratos, como: o fato de a criança não brincar, ficar isolada dos amigos e das amigas, não sorrir, perder o cuidado com a própria aparência (não penteia o cabelo e se veste de qualquer jeito), passar a ser agressiva, sentir sono na escola, por não se sentir segura em casa para dormir, dentre outros.

Em função disso, a equipe responsável por esses casos, ao se deparar com essa realidade, deve buscar meios para tentar solucionar os problemas que interferem na mudança de comportamento das crianças. De acordo com a direção da ACH, como medidas para tentar resgatar a autoestima das crianças, a instituição desenvolve projetos que procuram atender as necessidades daqueles que vivem em situação de risco e têm seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e espiritual comprometido, oferecendo-lhes um lar, onde terão um tratamento individualizado, conforme preconiza o ECA, em seus artigos:³⁴

Art. 15 - A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16 - O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários ressalvados as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

³⁴ BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17 - O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança, do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18 - É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Em atendimento à Resolução Conjunta nº 01/09 CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), a ACH entende que a excepcionalidade do afastamento familiar não os exclui deste convívio, portanto procura garantir a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, sempre respeitando a autonomia da criança e/ou do adolescente.

Nessa direção, a ACH construiu seu Projeto Político Pedagógico (PPP) com o objetivo de nortear a prática sociopedagógica dos e das agentes que desenvolvem suas atividades profissionais na instituição, assim como, propiciar referenciais teóricos que embasem os procedimentos técnicos e o atendimento à criança e/ou ao adolescente e aos seus familiares. De acordo com a direção da instituição, com a criação do PPP, dentro das normas da legislação vigente, foi possível sistematizar e organizar o trabalho pedagógico. A criação do PPP também facilitou muito a superação de conflitos entre funcionários e funcionárias e nas decisões tomadas com base no projeto são flexíveis de acordo com as mudanças.

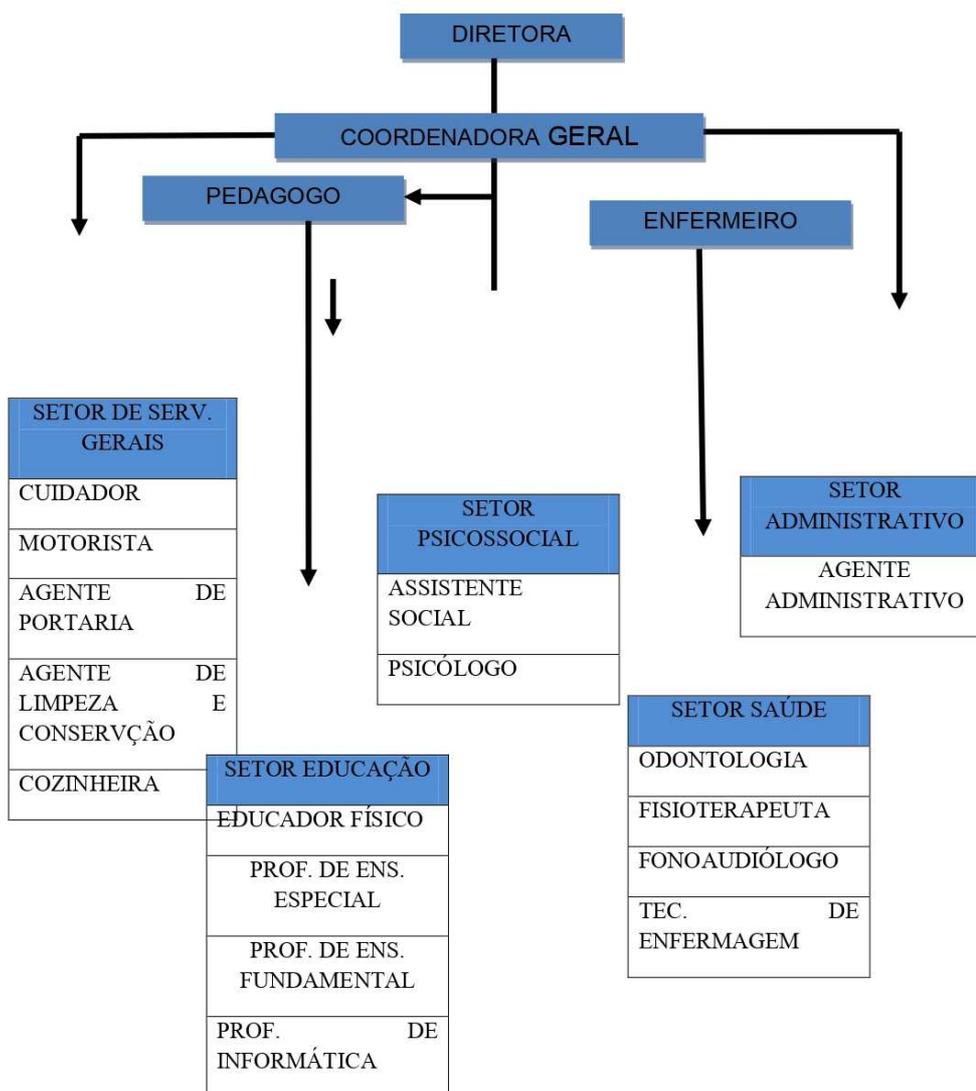
Cabe aqui reforçar que, para a coordenadora da instituição, “a ação planejada no PPP foi de suma importância para a construção dos relatórios dos acolhidos e para a elaboração do Plano Individualizado de Atendimento (PIA), destinado aos educadores”. Tal projeto viabilizou a discussão em torno de alternativas institucionais, seguindo-se roteiros estabelecidos, que subsidiaram para que os acolhido e as acolhidas tivessem sua rotina mais elaborada, e os processos que se destinam ao retorno à sua família de origem ou à família substituta fossem agilizados.

Diante desse contexto, com base no PPP, é possível planejar a execução das ações. Para isso, faz-se necessário, contudo, conhecer a estrutura da equipe de atendimento da ACH, conforme será apresentado na próxima seção.

2.4 OUTRAS PERSONAGENS: OS FUNCIONÁRIOS E AS FUNCIONÁRIAS

O organograma abaixo mostra a formação da equipe multidisciplinar que atua na ACH.

Figura 2: Sistema de organização da ACH.



Fonte: Projeto político pedagógico-ACH

É importante compreender que a gestão precisava dessa estrutura para direcionar e proceder às ações do setor de pessoal. Para tanto, foi necessária essa organização a fim de garantir o bom funcionamento da ACH, tendo em vista que a organização é aquela que oferece os meios mais seguros e eficazes para atender aos objetivos e às funções da instituição.

Dentre esses objetivos, de acordo com a gestora, essa estrutura tem como finalidade criar papéis de responsabilidade, a cada segmento, com suas respectivas coordenadoras de setor, pois, quando essas funções internas não eram definidas, era bastante complicado gerenciar toda a demanda que ACH possui. De acordo com José Carlos Libâneo, o organograma mostra as inter-relações entre os vários setores e as funções de uma organização ou serviço. Diante desse pressuposto, é importante frisar, que o organograma representa uma efetiva proposta de trabalho de autonomia, fortalecendo a administração e toda a equipe com participação transparente, considerando e estimulando sempre o trabalho em sua coletividade.³⁵

Para explicitar melhor a estrutura e a funcionalidade dos setores, de acordo como observações *in loco*, uma moradora da ACH, pessoa de confiança da gestora, acompanhou-me durante a visita, pois conhece bem a instituição, já que mora há 19 anos na casa. Uma moça que, apesar da deficiência intelectual, explicou-me detalhadamente a função de cada setor, com o maior orgulho de fazer parte dessa família. Dessa forma, na seção a seguir, descrevo cada um deles.

2.5 O ESPAÇO: OS CASARÕES

A ACH possui, conforme já mencionado, uma área de 33.000 m² (trinta e três mil metros quadrados), distribuída em quatro casarões, denominados de setores, a saber: o **setor Geral**, com uma sala de recepção, onde se recebem os visitantes e as doações que chegam da sociedade em geral, e onde estão localizadas as salas da assistente social e da coordenadora administrativa. Ao lado da sala de recepção, encontra-se o salão onde são feitas as aulas de balé e apresentações de danças e eventos promovidos pela instituição. Há também a sala de informática, a sala destinada ao salão de beleza e salas para a execução de cursos para a comunidade interna e externa.

Outro setor é o **Madre Michel** que acolhe 36 pessoas, entre elas, crianças de dois anos de idade e adultos até 41 anos. Suas patologias, conforme laudos médicos são: três cadeirantes/neurológico (tetraplégico), um com distrofia muscular, um cadeirante/paraplégico, 17 cadeirantes neurológicos (paraplégicos), um

³⁵ LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Alternativa, 2004. p. 7.

cadeirante/neurológico deficiente visual, três com mobilidade reduzida, cinco com desenvolvimento normal, um com transtorno mental, três com paralisia cerebral, um com deficiências múltiplas.

Neste setor há uma enfermaria, uma sala de fisioterapia, uma cozinha, um refeitório, uma copa, um banheiro para funcionários e funcionárias, um consultório psicológico, um consultório odontológico, um consultório médico, um escritório, uma sala de televisão, uma sala para rouparia, banheiros masculinos e femininos, área de lazer, piscina e parquinho de diversões.

Um terceiro setor é denominado **Marcello Cândia** e fica localizado bem próximo à entrada da instituição; comporta 10 crianças na faixa etária de cinco a onze anos de idade, das quais nove possuem desenvolvimento normal e uma possui transtorno mental moderado. Foram acolhidas por causa de negligência familiar, situação de vulnerabilidade social, dentre outros fatores que, segundo o ECA, estão fora da proteção regida pela lei que ampara a criança e/ou o adolescente em situação de risco social.

Este setor possui sala de televisão, sala de recreação e jogos, sala de depósito de brinquedos, dormitórios masculinos e femininos subdivididos em dois andares, banheiros, sala de administração, escritório, sala de aula, refeitório, cozinha, área de visita, sala de depósito de roupas, vestuário, parquinho de diversões, um campo para jogos, uma piscina. Observou-se ainda que, neste setor, as crianças contam com o auxílio de cuidadoras, professora de reforço, auxiliares de serviços gerais, cozinheira e uma freira responsável pela administração.

Outro setor é denominado **Lassat**. Chamou-me bastante a atenção por ser uma área coberta por plantas e por ter um espaço amplo com um gramado verde nas proximidades, com uma área reservada à criação de galinhas e uma horta. Lá estão acomodadas 34 pessoas, entre crianças, adolescentes e adultos, na faixa etária de 02 até 69 anos. Suas patologias são: 21 com transtorno mental, três com autismo, três com transtorno mental/deficiente visual, quatro com transtorno mental moderado, um com retardo mental, um com hiperatividade associada com irritabilidade, um com comportamento comprometido.

Observei neste setor que, alguns dos acolhidos e algumas das acolhidas, por medida de segurança, encontram-se em ambientes com segurança reforçada,

com portões de ferro, mas, com certo conforto, não colocando em risco sua integridade física. Eles não podem sair para andar nos arredores, por serem agressivos, mesmo tomando medicação. Mas, segundo as funcionárias, quando estão calmos e medicados, são levados para passear com a ajuda de outros funcionários, e, na medida do possível, participam das atividades recreativas. Percebi também que outros acolhidos e as outras acolhidas conseguem conviver normalmente em grupo e caminham livremente pela casa, assim como participam de todos os eventos e passeios proporcionados pela instituição.

Vale ressaltar que este setor se divide em área masculina e feminina, adultos e crianças, com quartos individuais e banheiros adaptados para todos. Verifiquei também que há uma sala de enfermagem com medicação, e técnicas de enfermagem acompanhando os horários das medicações, uma cozinha conjugada a um refeitório amplo, lavanderia, uma sala de televisão, uma piscina grande, rouparia, escritório, parquinho e campo para brincadeiras. Este setor conta com profissionais que cuidam dos/as acolhidos/as, assim como da limpeza de todo o setor, entre os quais: técnica de enfermagem, cuidadoras, auxiliares de serviços gerais, enfermeiros e cozinheira; toda essa logística está sob a coordenação de uma freira designada pela coordenação geral para administrar este ambiente.

O quarto setor, recém-construído, é o **Lassatinho**, que fica ao lado do Lassat, utilizado para melhor atender às crianças menores de 12 anos. Observei também que a ACH dispõem de uma casa que serve como moradia para as freiras que são responsáveis pela instituição, assim como, há outro casarão equipado com cozinha, banheiros, dormitórios, sala de televisão, sala de visitas, destinado à hospedagem de pessoas que visitam a instituição, oriundas, principalmente, da Fundação Marcello Cândia, localizada na Itália, de outros estados e países.

Por último, vale mencionar a Capela Santa Teresa Michel, localizada dentro da ACH, construída em forma de maloca, toda em madeira, com móveis rústicos. Há uma imagem grande de Santa Teresa Michel na entrada da capela, doada pela Congregação das Irmãs da Divina Providência. Nesta capela acontecem missas todo final de mês, celebradas pelo bispo da Diocese de Macapá, Dom José Conti, ou por algum padre vindo de outro Estado. A capela serve também para velar o corpo de acolhidos e acolhidas que morrem durante a sua vivência na instituição. A seguir, apresento, mais detalhadamente, as dependências da ACH.

Ao adentrar a ACH, avista-se logo um salão de recepção, bastante confortável, com dois jogos de cadeiras na cor azul, mais adiante fica a sala da coordenação, onde são atendidas as pessoas que vêm fazer visitas às crianças e a comunidade em geral; logo adiante, avista-se outra sala bem ampla que é chamada de sala de ponto e de recebimento de materiais de doações, com armários em aço que guardam utensílios dos funcionários e das funcionárias um banheiro social. Há também a sala da assistente social onde são feitas as entrevistas e o atendimento às crianças e aos órgãos públicos, como Conselho Tutelar, dentre outros. A casa possui uma garagem para guardar os ônibus que transportam as crianças para a escola, um carro modelo perua, que as levam aos passeios e a outros locais que os funcionários ou as funcionárias precisam ir para resolver os problemas da instituição, e, ao lado da garagem, há uma oficina de conserto de equipamentos e de carros.

A ACH possui uma cozinha com despensa e câmara frigorífica para armazenamento dos alimentos, um refeitório, com mesa grande, e cadeiras que acomodam todas as crianças daquele setor, um depósito, e a sala de rouparia onde se encontram as máquinas de lavar, secadoras e armários para guardar as roupas; interessante que todas as portas dos armários são etiquetadas com o nome das crianças para evitar que as roupas se misturem.

A freira responsável mostrou-me uma sala de almoxarifado que serve para guardar materiais e equipamentos para a manutenção da casa. Próximo ao casarão principal há uma casa grande vazia, que, de acordo com a freira, é destinada aos hóspedes que vêm da Itália e de outros Estados fazer visitas à ACH. A casa possui quartos, cozinha, mobílias e salas, e quando não recebe visitas, fica fechada.

Em cada setor da casa há uma farmácia bem equipada, e há duas enfermeiras responsáveis pela medicação das crianças que tomam remédios diariamente; ao lado da farmácia está a sala de esterilização. Há também uma sala grande, que funciona como salão de dança onde as crianças têm aula de balé e danças variadas, com uma professora voluntária da própria comunidade. Visitei também um salão, tipo auditório, onde acontecem os eventos realizados na ACH, e que, durante dois dias da semana, é ocupado pelas crianças para estudar música com um professor voluntário.

Vale ressaltar que um local muito frequentado pelas crianças é a quadra poliesportiva, pois elas amam praticar esportes. Conversei com o professor de jogos

e recreação, e ele me contou que as crianças ficam eufóricas quando ele chega para as aulas. A ACH conta também com um laboratório bem equipado com computadores para cursos de informática, sala de bazar, onde são vendidos roupas e materiais doados, com a finalidade de comprar remédios e fraldas para as crianças, um consultório odontológico com um dentista voluntário que, duas vezes ao mês, oferece serviço de limpeza, aplicação de flúor e restauração. Outra sala que é bastante procurada é a de fisioterapia, com duas fisioterapeutas que atendem a toda a demanda; mais um local bastante visitado é a sala de psicologia, sempre ocupada, com horários agendados, pois só há uma psicóloga para atendimento, tanto das crianças como dos familiares e funcionários ou funcionárias quando precisam.

Em meio a tantas salas, observei a casa das freiras responsáveis pela ACH, toda mobiliada, com salas, quartos, cozinha e banheiros; ao lado fica o escritório e a secretaria, com dois funcionários intercalando os horários de atendimento, responsáveis pela parte administrativa, como pontos de funcionários e funcionárias, folha de pagamento, planilha de custos e compra de materiais para a manutenção da casa.

2.6 O ENREDO: SITUAÇÕES VIVIDAS PELOS ACOLHIDOS E PELAS ACOLHIDAS

Percebe-se que a maior parte das crianças e/ou dos adolescentes sofreu violação de seus direitos, como: abandono, negligência, violência e, por determinação judicial, foi retirada de seus vínculos afetivos. Nesse contexto, é de suma importância que ACH ofereça aos acolhidos e às acolhidas, programas que visem à preservação do bem-estar e do fortalecimento de seus vínculos familiares, baseados em medidas protetivas.

Nessa direção, o programa de atendimento deve obedecer às leis que amparam a criança e o adolescente e precisa de uma equipe com profissionais habilitados para atuar junto à reintegração familiar ou à guarda da família substituta. Sobre isso, concordo com o enfoque de Irene Rizzini para a qual:

[...] família acolhedora é aquela que voluntariamente tem a função de acolher em seu espaço pelo tempo que for necessário a criança e o

adolescente vítima de violência doméstica que, para ser protegido foi retirado de sua família natural, respeitando sua identidade e sua história.³⁶

Esses serviços precisarão oferecer ao ou a acolhido/a um atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária.

2.6.1 O passo a passo do acolhimento

O processo de acolhimento das crianças tem início, quase sempre, via Conselho Tutelar, que apresenta uma ficha de inscrição com o registro de como aquela criança foi abordada; em geral, o Conselho é acionado por meio de denúncia sobre negligência da família. Nesse contexto, a responsabilidade da instituição em receber o acolhido e a acolhida torna-se de fundamental importância. Assim, o servidor responsável pela portaria é orientado pela coordenação que, ao atender o acolhido e a acolhida, deverá recebê-lo e recebê-la com atitude de compreensão, respeito e atenção, providenciando os cuidados iniciais de higiene e alimentação. Em seguida, o acolhido e a acolhida recebem as orientações necessárias relativas aos espaços físicos, às normas e regras da instituição.

Após o acolhimento, deve ser realizado novo atendimento com um ou mais membros da equipe técnica interdisciplinar, a fim de orientar a criança e/ou o adolescente sobre seus direitos e deveres, ressaltando-se a necessidade da boa convivência em grupo, bem como para esclarecimento dos motivos do acolhimento, história de vida, perfil familiar e anamnese psicológica. Vale ressaltar que nem todo acolhido e toda acolhida conseguem entender as regras estabelecidas, mas, no decorrer de sua estadia, os cuidadores são encarregados e as cuidadoras são encarregadas de mediar essa tarefa, conforme os requisitos da instituição.

Com base nos fatos observados, a história de vida de cada acolhido e acolhida e a situação por ele ou ela enfrentada é o que determina o tempo de acolhimento. É importante a realização de um atendimento personalizado para cada caso, com o objetivo de uma intervenção psicossocial pedagógica.

Para tanto, é necessário que seja elaborado um plano individual de atendimento de cada acolhido ou acolhida, o chamado PIA, composto pelos

³⁶ RIZZINI, Irene (Coord.). **Acolhendo Crianças e Adolescentes**. 2 Ed. São Paulo: Cortez; Brasília DF; UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro RJ: PUC-RIO, 2007. p. 31.

seguintes documentos: ficha de acompanhamento social, certidão de nascimento, carteira de vacina, histórico escolar, fotografia 3x4, estudo social, parecer psicológico, avaliações de outras áreas médicas, exames laboratoriais e prescrição médica, endereço de familiares, tanto nucleares quanto extensiva a amigos (criação de vínculo), além dos demais documentos, se for o caso.

A ação socioeducativa deve respeitar as fases de desenvolvimento integral do adolescente levando em consideração suas potencialidades, sua subjetividade, suas capacidades e suas limitações, garantindo a articulação no seu acompanhamento. Portanto, o Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento pedagógico fundamental para garantir a equidade no processo socioeducativo.³⁷

O PIA permite um olhar mais individualizado, ao definir prioridades, por meio de estudo mais aprofundado. Consiste ainda em levantar informações da rede intersetorial em busca de assegurar um estudo social e pessoal, obtendo um diagnóstico básico capaz de orientar as ações prioritárias de atendimento, condizentes com a singularidade de cada caso.

O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças, adolescentes afastados dos cuidados parentais e sob proteção de serviços de acolhimento. É uma estratégia de planejamento que, a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e sua família durante o período de acolhimento.³⁸

Com base nas questões pontuadas sobre o PIA, ressalta-se a grande contribuição na rotina individual e coletiva das crianças e/ou dos adolescentes, pelo simples fato de reunir estratégias que possibilitam ações e atividades desenvolvidas de forma a superar a vulnerabilidade e proporcionar a vida fora do serviço de acolhimento.³⁹

É importante ressaltar também que, além deste planejamento, a direção vai em busca de informações atualizadas junto ao Ministério Público, Conselho Tutelar e Juizado da Infância e da Juventude. Em se tratando de atendimento familiar, além do resgate do vínculo afetivo, busca-se sensibilizar e conscientizar os familiares

³⁷ BRASIL, Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente. **SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília, 2006. p. 20.

³⁸ BRASIL. **Orientações para elaboração do plano individual de atendimento de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento**, Brasília, abril de 2017. p. 18.

³⁹ BRASIL, 2017. p. 21.

sobre a necessidade do apoio destes, junto à criança, na superação das dificuldades e conflitos vivenciados.

O trabalho de apoio e orientação à família se torna imprescindível, uma vez que a reaproximação da criança e/ou do adolescente necessita contar com a articulação de diversos órgãos e com os serviços e programas de orientação sociofamiliar existentes na rede de atendimento.

Esses vínculos são fundamentais nessa etapa do desenvolvimento para oferecer-lhes condições para um desenvolvimento saudável que favoreça a formação de sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. Nesse sentido, é importante que esse fortalecimento ocorra nas ações cotidianas dos serviços de acolhimento – visitas e encontros com as famílias e com as pessoas de referência da comunidade das crianças e do adolescente, por exemplo.⁴⁰

Essas relações são de extrema importância para o resgate da dignidade dos envolvidos e das envolvidas. A instituição acolhedora, por meio de seus funcionários e suas funcionárias, precisa ter um olhar humanizado, construindo um elo de respeito, valorizando e cuidando, transmitindo autoconfiança aos acolhidos ou as acolhidas e às famílias que tanto precisam de apoio também.

Dentro desse contexto, é preciso reconhecer a grande contribuição de todos os funcionários e todas as funcionárias da ACH, que possuem um papel fundamental na efetivação das propostas que são desenvolvidas, com a finalidade de orientar e defender os mais necessitados, diante de dificuldades encontradas e dos desafios colocados a cada dia.

Baseado nessa concepção, o envolvimento de todos os funcionários e todas as funcionárias, no intuito de alcançar experiências produtivas, depende, exclusivamente, do trabalho coletivo, da divisão de tarefas e responsabilidades na condução do bem estar de todos os/as acolhidos/as. De acordo com Anne Donnellon⁴¹, “Agindo em conjunto, como um grupo, as pessoas conseguem realizar coisas que nenhum indivíduo sozinho jamais poderia realizar”.

Diante desses desafios, é relevante para os funcionários ou as funcionárias trabalhar em equipe, pois, independentemente de sua formação, eles acabam

⁴⁰ CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações Técnicas:** Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. 2 ed. Brasília: CNAS & CONANDA, 2009. p. 25.

⁴¹ DONNELLON, Anne. **Liderança de Equipes:** Soluções Práticas para os Desafios do Trabalho. 3 ed. São Paulo: Campos/Elsevier, 2006. p. 4. (Pocket Mentor).

executando tarefas diferenciadas de suas práticas, e, muitas vezes, são incluídos no papel de educadores ou educadoras, pais, mães, agentes terapêuticos, tornando-se corresponsáveis pelo planejamento, execução e avaliação da prática pedagógica.

O trabalho de monitoramento das crianças na ACH, segundo a direção, em relação ao projeto de desenvolvimento pessoal e social de crianças e/ou de adolescentes é verificar como a ação está acontecendo, compreender seu funcionamento e analisar a necessidade ou não do replanejamento. O acompanhamento é feito pelos facilitadores ou pelas facilitadoras do grupo e, havendo possibilidade, por alguém de fora do trabalho, o que amplia o olhar sobre o processo, inclusive observando-se a ação dos facilitadores ou das facilitadoras e no sentido de apoiá-los na análise e aprimoramento de sua prática.

Por meio dessa análise feita pela direção, o monitoramento fornece elementos para a avaliação. Esta avaliação é um momento mais específico e pontual do que o monitoramento e necessita da definição de indicadores que possam mostrar o resultado e o alcance do trabalho desenvolvido, permitindo que os resultados sejam comparados. A direção afirma que os indicadores devem ser variados e vão informar se você está se aproximando ou se já chegou aonde pretendia. Esses indicadores só podem ser definidos a partir dos objetivos estabelecidos para o trabalho nos diversos níveis - do projeto, das temáticas, dos encontros e das atividades.

A direção ressalta ainda que, para medir estes indicadores, é preciso que se utilizem instrumentos adequados. À sua disposição, encontram-se vários tipos de instrumentos, os mais comuns são: entrevistas, observação, questionários, relatórios e produção grupal. É importante que se compreenda a avaliação e o monitoramento como um meio de fortalecer e aprimorar a prática dos/as educadores/as, não se tratando de julgamento ou fiscalização. O processo deve ser contínuo para aferir sua viabilidade, pois avaliar e monitorar a medida de proteção de acolhimento é uma questão de caráter político-estratégico, que possibilita alterações, potencialidades, problemas e limitações não previstas no processo de planejamento, no sentido de se redefinirem ações quanto à execução da medida.

Dentre as experiências observadas na ACH, ficou claro que o conjunto de ações trabalhadas coletivamente ajuda a resolver conflitos e tensões de acordo com as demandas do dia a dia.

2.6.2 Rotina diária dos acolhidos e das acolhidas

Após alguns dias vivenciando a rotina da ACH, observei que todas as atividades ocorrem em horários bem definidos, conforme normas da instituição.

Em relação à alimentação, às 06 horas da manhã, os bebês se alimentam de leite ou mingau, às 07 horas é servido o café da manhã para todos os demais acolhidos e todas as demais acolhidas, às 09 horas é o horário do lanche. O almoço começa a ser servido às 11 horas; em seguida, todos e todas se dirigem aos dormitórios para descanso ou ficam no pátio assistindo à televisão. Por volta das 14 horas, os acolhidos e as acolhidas seguem para as atividades diárias; em seguida, às 15 horas, retornam para o refeitório para o lanche da tarde. Às 19 horas é servido o jantar, e, antes de se recolherem aos seus dormitórios, aqueles e aquelas que sentirem necessidade de mais um complemento tomam um mingau ou um lanche leve.

O reforço escolar ou escolaridade é uma das atividades de que as crianças participam, em horário agendado pela professora, nos turnos manhã e tarde, por meio de trabalhos de pintura, leitura e escrita. De acordo com a professora: *“Temos que seguir às orientações da casa, e das atividades que vem da escola então eu tento fazer atividades manuscritas, tento convencer a coordenação da importância de se utilizar jogos lúdicos e de raciocínio lógico”*.

Verifiquei que a sala da professora possui vários materiais, como jogos (doados pela comunidade), livrinhos, gibis, mas a professora estava colando atividades no caderno das crianças, a todo o momento as crianças batiam na porta da sala e pediam jogos para brincar. Mas, de acordo com a professora, *“as crianças manuseiam muito pouco os materiais, pois eu preciso ensinar as lições da escola, e a ler e escrever como reforço, mas sem dúvida eu entendo que as atividades lúdicas, favorecem a aprendizagem de forma diferenciada e interdisciplinar”*.

As terças e quintas-feiras, as crianças e/ou os adolescentes têm aula de balé e de dança, ministrada por uma professora voluntária, que sensibilizada, oferece seus serviços sem custo para a instituição, assim como o professor de violão e voz, uma vez por semana.

A ACH conta com o apoio de Faculdades do Estado, que enviam seus acadêmicos como estagiários nas áreas de recreação e jogos, natação, teatro,

dança, odontologia, enfermagem, dentre outras. As aulas de informática acontecem duas vezes na semana, assim como as de educação física. Vale ressaltar que crianças e/ou adolescentes que necessitam de fisioterapia, apoio psicológico, odontológico, são atendidos, conforme agendamento. Em relação a consultas médicas e laboratoriais, são encaminhados aos hospitais públicos da cidade, sendo que, esporadicamente, algum médico clínico-geral vai à instituição fazer consultas gratuitas.

Dentre as atividades de lazer, a direção organiza passeios para visitação aos pontos turísticos da cidade, ao cinema, Shopping Center, e quando são convidados por empresas ou instituições governamentais. Quanto à questão religiosa, a direção convida as crianças a participarem das missas, voluntariamente, aos sábados e aos domingos. De acordo com a freira: *“Ainda não temos professora de ensino religioso, somos nós que, quando estamos com um tempo sobrando, cada uma reúne com as crianças e conversa sobre assuntos ligados à bíblia sagrada”*.

Às quartas-feiras e aos domingos, a ACH abre suas portas, a partir das 14 horas, para visitas destinadas às famílias das crianças, assim como, para a sociedade em geral. É importante ressaltar que todas as atividades de rotina da casa são organizadas pela direção, mediante o agendamento e autorização, obedecendo a normas e regras de monitoramento implantadas pela instituição.

2.6.3 O papel dos e das personagens no enredo

A ACH, ao longo de sua trajetória, tem sido administrada por uma freira eleita pela administração da Divina Providência, com o cargo de diretora presidente, tendo sido substituída por outra freira, por motivo de saúde na família, através de procuração. As atribuições desenvolvidas pela diretora presidente partem da premissa de zelar pelo bem estar dos funcionários, das funcionárias, dos acolhidos e das acolhidas na instituição; além dessa responsabilidade, ela administra as finanças, todas as doações, pagamento de pessoal, assim como execução dos convênios e prestação de contas. Sendo assim, contribui na elaboração de projetos, como também efetua compras de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, dentre outros.

Em virtude de tantas funções, a diretora geral necessitou de um apoio maior na parte pedagógica e administrativa, por isso designou uma coordenadora para gerenciar a equipe geral de trabalho da instituição, que trata de assuntos referentes ao planejamento e ao fluxo de atividades desenvolvidas. Esta, por sua vez, está encarregada de realizar reuniões com a equipe para o acompanhamento das tarefas e garantia do alcance de metas.

Do ponto de vista operacional, a administradora é recomendada pela diretora presidente a atuar dentro dos princípios gerenciais, executando e coordenando as rotinas administrativas na elaboração de planejamentos estratégicos que visam a ações coletivas para o bom funcionamento da instituição. Tendo isso em mente, no entanto, é necessário à coordenadora elevar a qualidade do diálogo durante suas ações, promovendo a integração entre os e as profissionais, informando sobre os acontecimentos e as ocorrências, buscando, junto ao grupo de trabalho, procedimentos para resolvê-los da melhor maneira possível.

Uma das ações imediatas que a coordenadora relatou foi à organização do quantitativo de funcionários e funcionárias que trabalham como agentes na instituição, aproximadamente 71 profissionais, assim distribuídos: 28 cuidadoras, 14 auxiliares de serviços gerais, 06 técnicos de enfermagem, 02 fisioterapeutas, 02 recepcionistas, 02 motoristas, 02 cozinheiras, 02 vigilantes, 01 fonoaudiólogo, 01 psicóloga, 01 professora, 01 enfermeira, 01 assistente social, 01 coordenadora, 01 educador físico, 01 assistente administrativo, 01 auxiliar administrativo, 01 costureira, 01 auxiliar de costureira, 01 pedreiro, 01 auxiliar de manutenção.

Com base nesses dados, a coordenadora relatou que “um dos grandes desafios da instituição, em manter o cuidado integral às crianças e/ou aos adolescentes, é a qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais”. Todos e todas precisam fazer um bom trabalho para facilitar a adaptação do acolhido ou da acolhida e atender às necessidades da instituição, fazendo parte da organização de maneira eficiente. Pensando assim, considero necessário evidenciar a contribuição desses profissionais que atuam na ACH como fonte de informações.

Acerca do trabalho do **assistente social**, observei que esse profissional tem importante papel na instituição, pois seus serviços estão ligados à orientação e ao repasse de informações às famílias do acolhido e da acolhida, desenvolvendo estratégias que garantam os direitos da criança e/ou do adolescente.

[...] na rede de proteção à criança e ao adolescente. O papel do assistente social é subsidiar as decisões no tocante a efetivar a cidadania dessas crianças e adolescentes. O que requer competências técnicas e ético-política de preocupação com a qualidade dos serviços prestados e com os respeitos aos seus usuários.⁴²

Nessa perspectiva, a assistente social exerce umas das principais funções em relação aos acolhidos e as acolhidas, responsabilizando-se em requerer, junto aos órgãos competentes, documentos oficiais e obrigatórios ao exercício da cidadania desses indivíduos, tais como: certidão de nascimento, carteira do SUS, CPF, RG, título de eleitor; é responsável ainda pela elaboração do banco de dados dos acolhidos e das acolhidas e pela elaboração da ficha social (familiar), mantendo o PIA atualizado para apresentação em audiências, durante o acompanhamento na Vara da Infância e Juventude, quando for requisitado. Também faz parte de sua função contribuir com a elaboração de projetos sociais para a captação de recursos, participar de conferências Municipais/Estaduais de assistência social, promover e participar de eventos, como seminários e campanhas para o atendimento às necessidades das crianças e de seus familiares e requisitar, junto aos órgãos competentes, atestado de óbito, em caso de morte.

Outra profissional que possui grande importância na instituição é a **psicóloga** que atende de segunda a sexta, em horários alternados. Deve-se mencionar que a mediação realizada por essa profissional é de grande relevância, por fazer a inclusão, em seus relatórios, do desejo e da opinião das crianças.⁴³

Dentre as funções que desempenha na instituição, a psicóloga elabora e mantém o PIA atualizado, garantindo o atendimento psicológico individual ou em grupo; atende também às famílias das crianças, orientando-as na participação direta do processo de reintegração familiar, visando ao redimensionamento de valores, crenças, relativos ao desenvolvimento pessoal, emocional e social de seus filhos ou suas filhas.

Vale mencionar que a psicóloga é ainda responsável por articular e elaborar o planejamento das ações desenvolvidas na instituição, em consonância com o

⁴² PEREIRA, Eliane Vecchi. **Representação social de família sob a ótica da criança e do adolescente abrigado**: A voz da criança institucionalizada: representações sociais da família e abrigo. São Paulo, 2006. p. 15.

⁴³ BENTO, Rilma. A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar. **Dissertação**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP, 2010. p. 9.

coletivo institucional; também analisa e elabora, em conjunto com a coordenação e demais colaboradores e colaboradoras, o PPP, bem como participa da elaboração, do encaminhamento e da discussão com a autoridade judiciária e com o Ministério Público, através de relatórios periódicos sobre a situação de cada criança e adolescente, apontando:

- I. Possibilidades de reintegração familiar;
- II. Necessidade de aplicação de novas medidas; ou quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, se há a necessidade de encaminhamento para adoção.

Associado a isso, essa profissional atua na preparação da criança e do adolescente para o desligamento da instituição, ou seja, quando retornam para suas famílias de origem natural ou quando são adotados ou adotadas por outra família; faz, ainda, a mediação, em parceria com a cuidadora/educadora de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso, via:

- ✓ Atendimento individual de cada criança;
- ✓ Encaminhamento, quando necessário, para rede de serviço;
- ✓ Atualização constante do PIA.

Pelas informações supracitadas, verifica-se que são muitas as atribuições da psicóloga, e por isso, essa profissional relatou na entrevista que sentiu dificuldade quando foi trabalhar na instituição: *“Acho que minha maior dificuldade foi encontrar o papel do psicólogo aqui dentro da casa; na questão profissional, conhecer o histórico, pois são três setores distintos: desenvolvimento normal, transtorno mental e deficiência física. A parte também de estudar cada caso, a parte legal, jurídica, que trabalha diretamente com o juizado na audiência concentrada, como funciona o movimento da instituição”*.

O que me chamou mais atenção foi o fato de haver apenas uma psicóloga para atender a toda a clientela; de acordo com seu relato, a mesma está sobrecarregada e sente a necessidade de mais um profissional para ajudá-la: *“Era bom, íamos dividir a carga horária porque é bem difícil administrar”*. Informou ainda que os funcionários e as funcionárias também precisam de apoio psicológico devido à carga de tarefas a cumprir, e que estes e estas a procuram, mas ela não tem

condições de atendê-los: *“Atendo quando preciso, tem vezes que é em relação aos problemas de fora e outras vezes aqui de dentro mesmo”*.

Outra profissional é a **fonoaudióloga**, que desenvolve trabalhos com as crianças quando está presente na ACH, em relação à comunicação e expressão, aperfeiçoando a fala e a linguagem, órgãos fonoarticulatórios (lábios, língua, bochechas e véu palatino) e as funções neurovegetativas (respiração, sucção, mastigação e deglutição).

Acerca de sua função,

é essencial que o fonoaudiólogo realize avaliação específica e avalie aspectos referentes à motricidade oral e funções neurovegetativas (mastigação, deglutição e respiração), que também interferem no desenvolvimento comunicativo e desempenho adaptativo.⁴⁴

A seguir, elenco as principais atribuições que a fonoaudióloga exerce na ACH:

O trabalho objetiva habilitar e reabilitar a linguagem oral, linguagem receptiva, funções e estrutura do sistema motor oral, estimular as atividades neuropsicomotoras, estruturando o sistema fonético-fonológico e sintático-semânticos, procurando introduzir sons ainda não adquiridos e corrigir os que se encontram distorcidos. A fonoaudióloga promove em sua sala de atendimento um ambiente verbal rico para o desenvolvimento da fala, através de atividades lúdicas, despertando o uso comum da linguagem expressiva oral, além de exercitar os órgãos fonoarticulatórios.

A fonoaudióloga analisa as alterações observadas nas crianças a fim de estabelecer um plano terapêutico específico para cada uma, orientando os cuidadores e as cuidadoras sobre as alterações fonoaudiológicas; é feita uma reunião com toda a equipe técnica para explicar e discutir sobre o caso clínico de cada criança. Em seguida, é formulado um manual de orientação para cuidadores ou cuidadoras dos portadores e das portadoras de disfagia. Também é esclarecido aos cuidadores e as cuidadoras aspectos da disfagia, suas causas, sintomas, cuidados,

⁴⁴ DUARTE, Cintia Peres; VELLOSO, Renata de Lima. Linguagem e comunicação de pessoas com deficiência intelectual e suas contribuições para a construção da autonomia. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 2, p. 88-96, jan./jun. 2017. p. 91. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4034>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

manejo e técnicas terapêuticas que tornam o processo alimentar seguro e prazeroso.

Isso facilita o processo de alimentação, através da estimulação durante a alimentação, despertando a atenção e os cuidados para as dificuldades no processo alimentar causadas pela disfagia, a fim de que o processo alimentar ocorra de forma segura. Vale ressaltar que a ACH possui várias crianças que necessitam do apoio do fonoaudiólogo, mas este profissional atende voluntariamente e nem sempre está disponível, e ela aponta para a necessidade de se contratar um profissional da área para a instituição. Sobre isto, fui verificar com a coordenadora que me informou da impossibilidade de fazer essa contratação, pois a ACH se mantém com doações.

Em relação ao **odontólogo**, também é voluntário e faz atendimento duas vezes por mês, com os seguintes serviços: examina os dentes e a cavidade bucal para verificar a presença de cáries e outras afecções, identifica as afecções quanto à extensão e profundidade para estabelecer o plano de tratamento, aplica anestesia, extrai raízes e dentes, faz limpeza profilática, substitui ou restaura partes da coroa dentária e trata de infecções da boca, aconselha as crianças sobre os cuidados com a higiene dental, prescrevendo ou administrando medicamentos, via oral ou parenteral; quando detectado algum tipo de inflamação, o profissional também faz o diagnóstico da má oclusão dentária.⁴⁵

Verificou-se também que os acolhidos e as acolhidas precisam dos cuidados da profissional de **fisioterapia** por haver um número grande de crianças com deficiência física. Há duas fisioterapeutas contratadas pela casa, e a função delas é avaliar o estado cinético e funcional das crianças, quando encaminhadas para o departamento fisioterápico, além de elaborar o Diagnóstico Cinético e Funcional. Elas contaram que são responsáveis por planejar, organizar, supervisionar, assim como prescrever e avaliar os projetos terapêuticos desenvolvidos com as crianças. Uma delas relatou: *“minha especialidade é na área respiratória, mas por força da demanda de crianças, atendo também outras especialidades, esse é um desafio pra mim”*.⁴⁶

Também faz parte de suas funções estabelecerem rotinas para a assistência fisioterapêutica, fazendo sempre as adequações necessárias, solicitando exames

⁴⁵ Registros encontrados pela pesquisadora no projeto político pedagógico da ACH.

⁴⁶ Entrevista feita pela pesquisadora a profissional da ACH.

complementares para o acompanhamento da evolução do quadro funcional da criança, sempre que necessário e justificado.

Outro aspecto importante observado na instituição é que o fisioterapeuta encaminha a outros profissionais de saúde e/ou solicita pareceres técnicos especializados, quando necessário, adaptando o programa terapêutico de acordo com as condições fisiológicas das crianças.

Sendo assim, a fisioterapeuta registra no PIA das crianças acolhidas as prescrições fisioterapêuticas, sua evolução, as intercorrências e as condições de alta da assistência fisioterapêutica. Considerando uma dimensão maior de seu trabalho, ela integra a equipe multiprofissional da instituição, sempre que necessário, com participação plena na atenção prestada às crianças, por meio de pareceres técnicos especializados, sempre que solicitados, oferta de tratamento fisioterápico aos funcionários, mediante encaminhamento médico, autorizado por escrito pela administração institucional, dentro das possibilidades.

Outro profissional importante são as **técnicas de enfermagem** que acompanham as crianças em atendimento individual ou em grupo a serviços de saúde, de acordo com programas de ações preventivas de saúde. Elas atuam por escala, nos três turnos, prestando cuidados diretos de enfermagem, prevenindo infecções, como também realizando administração medicamentosa, conforme prescrição médica.

Pude perceber, ao longo da pesquisa, que, quando o médico é chamado para consultas ou para emergências, as técnicas de enfermagem auxiliam não somente os médicos, o odontólogo em suas atividades específicas, mas também zelam pela limpeza e ordem dos equipamentos, monitorando o controle dos medicamentos e garantindo o uso adequado das medicações, conforme as prescrições médicas. Essas profissionais fazem também a esterilização dos materiais utilizados durante os procedimentos para evitar contaminação.

Dessa forma, é de sua responsabilidade requisitar à saúde básica, o cartão de vacina das crianças, quando necessário e cuidar da alimentação, como afirma umas das técnicas de enfermagem: *“As crianças que não podem comer sozinhas, somos nós que as alimentamos, principalmente as crianças com paralisia cerebral”*;

além desses cuidados, fazem a medicação e higienização dos bebês e de todas as crianças.

Há também o **educador físico**, profissional responsável pelas aulas de jogos e recreação. De acordo com o professor, ele auxilia o projeto educativo da instituição, criando situações de aprendizagem para todas as crianças, respeitando-se suas limitações, zelando sempre pelo desenvolvimento pessoal, considerando aspectos éticos e de convívio social. Elabora atividades esportivas e recreativas, em conformidade com as da fisioterapeuta. Chamou-me a atenção o vínculo afetivo que ele tem com as crianças e o cuidado com elas, principalmente nos exercícios, seguindo rigorosamente o plano da fisioterapeuta.

A instituição conta também com uma **professora de ensino fundamental**, funcionária da Prefeitura de Santana, cedida para a ACH a pedido da direção da casa, que precisava de uma professora para auxiliar as crianças. Em conversa com a professora, ela relata que é responsável por ministrar aulas de reforço escolar, seguindo a proposta do PPP da instituição. Vale ressaltar que, além dessas atividades, a professora participa ativamente das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, conselhos de classe das escolas em que as crianças estão matriculadas, acompanhando o desenvolvimento do processo pedagógico. Promove ainda aulas e trabalhos de recuperação paralela com as crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem, atribuindo-lhes conceitos e avaliações, bem como produz os relatórios de aproveitamento, quando solicitada pelos órgãos competentes.

Destaco também as seguintes atividades complementares de responsabilidade da professora: participação ativa no processo de integração da escola-família-comunidade; observação e registro do processo de desenvolvimento das crianças, tanto individualmente como em grupo, com o objetivo de acompanhar o processo de aprendizagem; realização de outras atividades correlatas com a função; atualização do PIA no que diz respeito aos avanços da aprendizagem de cada criança.

Observei na ACH que a tarefa de cuidar das crianças necessita do empenho de vários profissionais, e, quando a criança possui alguma deficiência, esse cuidado demanda uma atenção maior. Nesse sentido, a instituição conta com o **cuidador do Ensino Especial**. A todo o momento ele está exercendo a função de acompanhar

todas as crianças, apoiando no desenvolvimento das mesmas, que possuem transtornos gerais de desenvolvimento e altas habilidades. Percebi que sua rotina de trabalho é exaustiva, pois precisa estar atento ao ensino da linguagem e dos códigos específicos de comunicação e sinalização para ajudar as crianças a se comunicarem. A equipe de cuidadoras é responsável também por identificar as crianças pelos seus nomes, criando estratégias e organizando os recursos pedagógicos de acessibilidade, considerando as necessidades específicas das crianças.

De acordo com o relato das cuidadoras, elas elaboram e executam o plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizando o tipo e o número de atendimentos das crianças. Além de manter o PIA atualizado, elas planejam e executam aulas e acompanhamento pedagógico das crianças deficientes visando ao seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida.

Integrado aos profissionais está o **professor de informática** que ministra aulas às crianças da casa e às pessoas da comunidade local, com utilização de jogos educativos. Ele é também responsável por manter o PIA atualizado.

A freira responsável pela ACH me informou que foi preciso contratar agentes administrativos para ajudarem na parte burocrática, pois, segundo ela, era inviável tomar conta sozinha de toda a parte financeira e estrutural da casa, de funcionários, funcionárias e das crianças. Os **agentes administrativos** ajudam a organizar a folha de pagamento dos funcionários e das funcionárias, pontos diários, além de realizarem trabalhos de protocolo, seleção, classificação, registro e arquivamento de documentos administrativos em geral. Com a presença deles, melhoraram bastante os serviços burocráticos de rotina, como, por exemplo, controle de estocagem, digitação de textos e relatórios, confecção de planilhas, gerenciamento de sistemas, serviço de entrega de documentos e suporte a reuniões e redação de atas. Em seu relato, a freira diretora diz: *“a parte financeira e controle das contas fica sob a minha responsabilidade”*.

Outro profissional da instituição é o **cuidador**, este se diferencia do cuidador do ensino especial por cuidar das crianças ditas “normais”. Com função um pouco mais abrangente, atende o restante das crianças, as crianças de desenvolvimento normal, os adultos e os idosos. Segundo a cuidadora, *“nós nunca estamos*

preparados para cuidar de 10, 20, 30, 40 crianças, precisamos de capacitação". Suas principais tarefas são: realizar cuidados básicos com alimentação, higiene corporal e espaço físico, proteção, relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente. Trabalha na organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente) auxiliando a criança e/ou o adolescente a lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade. A cuidadora relata que uma das dificuldades em relação a esta questão é que *"tem crianças que não aceitam ficar de fato aqui na casa, porque parece que, de alguma forma, nós fomos culpados por elas estarem aqui, elas não conseguem entender que teve uma denúncia, que foi a justiça que verificou a situação que elas estavam passando de maus-tratos"*. E continua: *"mas a gente senta, conversa e explica da nossa maneira porque não sou técnica, mas eu tento explicar e sensibilizá-las"*.

Sendo assim, a cuidadora faz acompanhamento nos serviços de saúde e outros serviços requeridos no cotidiano, como também em alguns momentos, quando se faz necessário e pertinente um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social), participa, juntamente com este e a criança, deste acompanhamento.

Além dessas funções, o cuidador e a cuidadora também dá apoio à preparação da criança e/ou do adolescente para o desligamento de seu vínculo com a instituição, sendo, para tanto, orientado e supervisionado por um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social). Outra tarefa é recolher as roupas dos dormitórios para lavagem, conservar as roupas de cama sempre limpas, cuidando do serviço de rouparia.

Por último, é tarefa da cuidadora a organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente com o intuito de ajudar a preservar sua história de vida. Segundo a cuidadora, *"trabalhamos muito, exaustivamente, são muitas tarefas pra dar conta, além de cumprir toda a rotina dentro da casa, ainda temos que acompanhar nos passeios, nos chamados e reuniões na escola"*.

A ACH conta também com dois **motoristas** com habilitação na categoria D, tendo em vista o número de crianças acolhidas e a exigência do Ministério Público e do Conselho Tutelar. Eles têm como função conduzir as crianças à escola, a

consultas, conduzir os técnicos para visitas necessárias a demais locais permitidos e organizados pela direção da instituição, assim como zelar pelo bom funcionamento e conservação dos transportes e criar vínculos de boa convivência, estando sempre à disposição durante o horário de trabalho para alguma ocorrência que vier a acontecer.

O **agente de portaria** é responsável pela recepção da instituição. Além de orientar e encaminhar os visitantes aos locais solicitados é responsável por manter limpo e organizado o espaço físico e despachar correspondências e pequenas encomendas, fazendo o respectivo registro e envio das mesmas, como também participar de eventos ligados à instituição, exercendo outras atividades afins.

Prestam também serviços na instituição os **agentes de limpeza e conservação**, que são responsáveis por manter o ambiente limpo e agradável. Executam serviços rotineiros de limpeza de banheiros, dormitórios, corredores e salas. Também criam vínculo com as crianças e ensinam a elas que ajudem na conservação, limpeza e organização do ambiente. Já os **agentes de limpeza e manutenção externa (hidráulica e elétrica)** são responsáveis por fazer reparos na parte elétrica e hidráulica da instituição; manter a podagem das plantas e da grama; limpeza do espaço externo; organização dos materiais de manutenção e execução, quando necessário, e reparos nos equipamentos de trabalho. As **costureiras** efetuam reparos nas roupas, confeccionando vestuários para as crianças, bem como outros itens necessários, que são distribuídos para as pessoas responsáveis pelos setores para organização.

As **cozinheiras** têm a função de preparar as refeições e os alimentos, separando e controlando o estoque de ingredientes. Elas possuem vínculo de afetividade e são cordiais com as crianças e demais funcionários e funcionárias. O **pessoal da lavanderia** tem a responsabilidade de lavar e higienizar as roupas de cama, mesa e banho e também de uso pessoal das crianças. Participam de eventos ligados à instituição e precisam ter afetividade e serem cordiais com todos e todas que moram na casa e com os funcionários e as funcionárias. Os **agentes de vigilância** são responsáveis pela vigilância e segurança dos portões de acesso a pátios e depósitos. Dentre as suas atribuições está a de realizar rondas noturnas nas dependências da instituição, verificando o fechamento correto das portas, janelas, portões e vias de acesso; além disso, é tarefa deles impedir a entrada de

peças não autorizadas, prestando informações que forem de sua competência, quando solicitadas por terceiros. Também têm a função de examinar as instalações elétricas e hidráulicas, realizando seu desligamento, quando necessário, a fim de prevenir incêndios e outros danos, informando a seu substituto sobre as anormalidades ocorridas durante a jornada de trabalho, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis no horário seguinte, registrando todas as ocorrências relacionadas ao plantão num livro específico.

O **peçoal que desenvolve atividades sociopsicopedagógicas** realiza atividades com o intuito de promover e fomentar um maior desenvolvimento da criança e/ou do adolescente. Por isso, o trabalho desenvolvido necessita abranger as diversas áreas, tais como: social, psicológica, pedagógica, artística, dentre outras.

Cabe ainda mencionar que a instituição oferta cursos livres nos quais são desenvolvidas atividades de corte e costura, manicure e pedicure, corte de cabelo, bordado, pintura, crochê, artesanato, informática (básica), oferecendo, assim, não só às crianças e aos adolescentes, mas à comunidade em geral, cursos que dão oportunidade para adquirir uma profissão e ingressar no mercado de trabalho. Dessa forma, há projetos sociais das esferas federal e estadual, que desenvolvem atividades de teatro, dança música e pintura, com o objetivo de integrar, resgatar e trabalhar a autoestima das crianças e de pessoas carentes da comunidade.

2.7 CAMINHANDO PARA O DESFECHO: OS DIREITOS DOS ACOLHIDOS E DAS ACOLHIDAS

A ACH busca parcerias e articulação com outros órgãos para que todos os direitos das crianças sejam garantidos. Dentre esses direitos, destacam-se:

2.7.1 Escolarização

Segundo o ECA, Art. 53,

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II-Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III-Direito de contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instâncias superiores;
- IV- Direto de organização e participação em entidades estudantis;
- V-Acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.⁴⁷

Nessa direção, as políticas públicas de governo na área educacional devem garantir o atendimento da criança e/ou do adolescente na rede escolar pública estadual e municipal, dentro das quatro horas mínimas exigidas por lei, conforme planejamento feito pelas respectivas Secretarias de Educação. Diante dessa realidade, ao ingressarem na instituição, as crianças e os adolescentes são inseridos na escola, levando-se em consideração o tempo de permanência (se este for avaliado como prolongado) e o fato de estarem fora da rede de ensino, garantindo àqueles que já estudavam a continuidade de sua formação.

Durante o período de acolhimento, a criança e/ou o adolescente passa, regularmente, por acompanhamento de reforço escolar, para ajudar na sua aprendizagem. Na ocasião do desligamento do acolhido da instituição, quando necessário, procede-se com a transferência escolar.

2.7.2 Saúde

Segundo o ECA, Art. 7º, “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”.⁴⁸ Sendo assim, a ACH se compromete em estabelecer articulações entre as redes de políticas sociais públicas e privadas, para que seja garantido o direito das seguintes ações:

- ✓ Atendimento complementar: quando as crianças e/ou adolescentes são acometidos de patologias endêmicas e/ou infecto-parasitárias são encaminhados para o Centro de Referência em Doenças Tropicais (CRDT) e, para tratamento alternativo (terapias), encaminha-se ao Centro de Referência e Tratamento Natural (CRTN);

⁴⁷ BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

⁴⁸ BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

- ✓ Atendimento de fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia e da Rede Sarah, quando necessário;
- ✓ Atendimento odontológico realizado dentro da própria instituição com profissionais voluntários;
- ✓ Atendimento psiquiátrico: é realizado com a criança e/ou o adolescente com transtornos mentais, periodicamente, através do CAPSI (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) ou na psiquiatria do Hospital das Clínicas Alberto Lima, ambos em Macapá.

2.7.3 Cultura, esporte e lazer

A garantia de acesso às atividades recreativas, esportivas e culturais constitui-se num dos elementos essenciais para o processo de democratização e de garantia de direitos, além de proporcionar a elevação da autoestima, de emancipação, integração, criatividade, respeito às diferenças, solidariedade, inclusão e formação humana.

Segundo o ECA, Arts. 58 e 59,

No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura;

Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.⁴⁹

Inserida nesse contexto, a ACH conta com alguns projetos sociais, das esferas federal e estadual, que são desenvolvidos por meio de teatro, dança, música e pintura, com o objetivo de integrar, resgatar e trabalhar a autoestima das crianças e das pessoas carentes da comunidade. Com relação ao esporte e lazer, estes se constituem em importantes instrumentos de construção de cidadania, na medida em que possibilitam a participação ativa e criativa da criança e/ou do adolescente.

⁴⁹ BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069**, de 13 de julho de 1990.

2.8 PARCERIAS

Para entender a complexidade de toda a estrutura da instituição e as condições adversas, julgo necessário compartilhar aqui os recursos destinados para manter a ACH, devido ao grande número de campanhas que são feitas no estado para a manutenção da mesma. É válido destacar “Quanto à distribuição e gestão dos recursos financeiros constitui diretriz da maior importância à transparência”.⁵⁰

Nesse sentido, tentei junto à coordenação, porém não consegui autorização para ter acesso a documentos oficiais acerca dos recursos financeiros da instituição. Contudo, por meio de entrevistas com a responsável pelo setor de finanças, obtive informações sobre os seguintes convênios e recursos que a ACH mantém:

Fundação Marcello Cândia: A Associação Casa da Hospitalidade foi construída pela Fundação Marcello Cândia, que se sensibilizou com as obras de caridade do Pe. Luiz Brusadelli; a partir de então, ela entregou a responsabilidade de mantê-la financeiramente para o Estado, mas o acordo entre este e a Fundação não foi cumprido. Dessa forma, a Fundação passou a enviar recursos mensalmente, dando assistência integral a casa. Com a morte do Dr. Marcello Cândia, que era um bom articulador e gerenciador de recursos, e a crise na Europa, o envio de recursos sofreu um grande impacto, caindo, atualmente, para 50% o montante enviado; apenas com esse recurso, a ACH não consegue manter o número de funcionários, funcionárias e acolhidos, acolhidas.

Em 2013 e 2014, as freiras que fazem parte da direção da ACH acionaram o então governador e o Ministério Público, solicitando ajuda para a manutenção da casa. Foi então que o governo do Estado do Amapá concedeu um valor de seiscentos mil reais, divididos em doze meses, durante os dois anos finais de seu mandato, e contratou uma equipe multidisciplinar com 25 profissionais nas áreas da saúde, educação, cuidadores e técnicos. Contudo, em 2015 e 2016, com a troca de governo, a ACH perdeu o recurso e os profissionais cedidos pelo governo, voltando a ficar em situação delicada e, diante dos apelos da sociedade, o Ministério Público interveio no caso.⁵¹

⁵⁰ OLIVEIRA Maria Auxiliadora Monteiro (org.) **Gestão educacional:** novos olhares, novas abordagens Petrópolis, RJ: Vozes, 9 Ed., 2012. p.18.

⁵¹ Pesquisa feita juntamente aos documentos como PPP e regimentos internos da ACH.

Em 2017, o novo governo reafirmou o compromisso, todavia não mais com todos os e todas as profissionais, ou seja, a equipe multidisciplinar, apenas cedeu um profissional concursado, que é o educador físico, a pedido do próprio profissional, via Ministério Público. Sendo assim, a verba destinada a ACH diminuiu pela metade, passando para trezentos mil reais, divididos em oito vezes. Em janeiro de 2018, após o repasse da última parcela e da prestação de contas feita pela ACH, o governo não renovou o convênio, voltando a casa a solicitar ajuda da sociedade em geral. Novamente, diante dos apelos da sociedade, a Assembleia Legislativa do Estado se propôs a ajudar, firmando um convênio com ACH no valor de sessenta mil reais, de julho a dezembro de 2017, com parcelas de dez mil reais. Em 2018, a Assembleia continuou o convênio, com um acréscimo de cento e vinte mil reais, parcelados em doze vezes.

Outra parceria feita em 2018 foi com a Associação dos Práticos da Amazônia, no valor de hum mil e trezentos reais, este valor é depositado mensalmente na conta da instituição.

Além desse convênio, a ACH firmou parceria com a empresa Amapá CAP, detentora do título de capitalização Amapá CAP, que transfere para a instituição, semanalmente, cerca de cinco mil reais, valor este passível de reajuste, conforme a arrecadação com as vendas do título. Segundo a coordenadora, os valores repassados até então estão em conta, e, assim que atingir o valor de cinquenta e dois mil reais, será feita a reforma do telhado do dormitório feminino.

Há ainda uma parceria com a Prefeitura Municipal de Santana, que cedeu 25 profissionais para prestação de serviços na casa, entre eles, educadores, cuidadores, técnicos, psicólogos.

A instituição conta também com o recurso do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). Este recurso é chamado de fundo nacional e é depositado nas contas da ACH pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMASC), referente a obras sociais. Não há um valor exato desse recurso.

Diante dessa realidade, verificou-se que esses convênios supracitados são fixos, e é com esses recursos que a ACH efetua pagamentos e compra de materiais.

O Ministério Público também faz doação para a ACH, decorrente de multas que esse órgão recebe em audiências, mas essa doação não é entregue em

espécie. É solicitado que a ACH faça uma cotação de preços em três empresas, conforme o material solicitado pela coordenação. De posse desse orçamento, um representante do Ministério Público efetua a compra, e a empresa encaminha para a instituição.

Além de todos esses convênios firmados, a ACH conta com ajuda da classe empresarial e da sociedade em geral, que doam alimentos, roupas, sapatos, gêneros alimentícios, fraldas, remédios, dentre outros produtos, voluntariamente. Diante desses desafios, aproximadamente 46 funcionários e funcionárias são pagos pela própria instituição, que utiliza os recursos oriundos da Fundação Marcello Cândia, bem como parte do benefício que os acolhidos recebem; outros 25 funcionários e funcionárias são pagos pela Prefeitura Municipal de Santana, e apenas um funcionário é cedido pelo Governo.

Outro fato a ser mencionado é que algumas Faculdades ajudam com ações na área da saúde e diversos tipos de atividades na área educacional, principalmente na semana dedicada às pessoas deficientes, dia das crianças ou em datas especiais, com doação de brinquedos, fraldas e leite. E a Associação dos Tatuadores do Amapá, chamado Tattoo Solidário, também faz todo final de ano, doação de leite, referente a descontos recebidos com as tatuagens e mais um quilo de leite para a instituição.

Em síntese, sobre todos os recursos recebidos pela ACH, a coordenadora geral afirma que essas parcerias são cruciais para o funcionamento da instituição; apesar da crise financeira que o país enfrenta, a comunidade, as escolas, as empresas nunca deixaram de ajudar a Casa.

2.9 O DESFECHO: DESLIGAMENTO DOS ACOLHIDOS E DAS ACOLHIDAS

O processo de desligamento do acolhido e da acolhida, segundo informações obtidas junto à direção da ACH, tem início desde a sua entrada na instituição. Quando esse desligamento se dá por determinação da justiça, se a criança voltar para sua família ou for para adoção, acontecem os mesmos procedimentos realizados durante a sua chegada, com atendimento às famílias e à criança e/ou ao adolescente, a fim de esclarecer sobre documentos e procedimentos, desde a adoção até o retorno para a família. O fortalecimento das

relações é realizado pela equipe interprofissional da instituição, que atua diretamente como parte dos protocolos diligentes para o resguardo e a proteção das crianças.

Os procedimentos que são viabilizados pela equipe interprofissional têm o intuito de subsidiar o órgão responsável pelo acolhimento, seja a Vara da Infância e da Juventude, o Ministério Público e/ou os Conselhos Tutelares. Em suma, é nesse espírito de solidariedade que acontece todo o trabalho da Associação Casa da Hospitalidade.

Feita essa incursão pela ACH, o capítulo 3, a seguir, discute a espiritualidade enquanto dimensão humana.

3 O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE ENQUANTO DIMENSÃO HUMANA

3.1 CONCEITO DE ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO

Desde os primórdios da humanidade, o termo espiritualidade já possuía relação com a vida espiritual do indivíduo, na busca de estabelecer relações de sua existência. A espiritualidade era abordada em forma de reflexão diante de conflitos como aquele que se originava da própria condição de vivência ou da vocação do ser humano⁵², isto é, ela era tida como norteadora da vida, da existência e da razão do homem. Paulo Afonso Butzke comenta que o conceito moderno de espiritualidade tem origem:

Na palavra francesa *espiritualité*, que, desde o século XVII [...] é termo técnico para a relação pessoal, condição sócio-econômico-político cultural-eco-espiritual; e nisso, quem sabe, passíveis de encontrar benefício na experiência do outro com Deus e a vivência da fé.⁵³

Posteriormente, as pessoas passaram a associar o conceito de espiritualidade à religiosidade ou religião, entretanto ela tem relação com o nível de qualidade que o indivíduo possui com outrem ou com sua própria vida. Nesse sentido, a espiritualidade abrange os relacionamentos sociais e pessoais que estabelecemos com outras pessoas, “a espiritualidade tem consideração das coisas pelo seu lado puro, elevado, belo, estético”.⁵⁴

Em entrevista realizada com a assistente social da ACH, ela entende que “a *espiritualidade é um dos fundamentos essenciais para o ser humano*”. Neste contexto, a espiritualidade possui correlação com os valores que regem nossa sociedade, tais como: a honestidade, a humildade e o serviço aos outros; assim sendo, ela contribui para que o ser humano encontre a paz e a harmonia, seja em sua vida, seja no desenvolvimento de suas atividades.

⁵² FERRARO, Benedito. (2005). Espiritualidade da libertação em uma perspectiva cristã. In: AMATUZZI, Mauro Martins. (Org.). **Psicologia e Espiritualidade**. São Paulo: Paulus, p. 235-237.

⁵³ BUTZKE, Paulo Afonso. Espiritualidade. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando et al (Eds.). **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: ASTE, 2008. p. 387.

⁵⁴ BEAZLEY, Hamilton. Meaning and measurement of spirituality in organizational settings: development of a spirituality assessment scale. Washington: George Washington University, 1997. **(PhD Dissertation)**. p. 21.

Apesar de a espiritualidade estar relacionada à vida do ser humano, não se pode vinculá-la a uma religião ou a crença, pois essa conduta contribui para que uma pessoa ou grupo social desenvolva um comportamento arrogante ou de que sua fé e crenças são superiores se comparada às de outrem.

Talvez uma das transformações culturais mais importantes no século XXI será a volta da dimensão espiritual na vida humana. O ser humano não é somente corpo que é parte do universo material. Não é também apenas psiquê, expressão da complexidade da vida que se sente a si mesmo, se torna consciente e responsável. O ser humano é também espírito, aquele momento da consciência no qual ele se sente parte e parcela do Todo, ligado e religado a todas as coisas. É próprio do espírito colocar questões radicais sobre nossa origem e nosso destino e se perguntar pelo nosso lugar e pela nossa missão no conjunto dos seres do universo. Pelo espírito, o ser humano decifra o sentido da seta do tempo ascendente e se inclina, reverente, face Àquele mistério que tudo colocou em marcha. Ousa chamá-lo por mil nomes ou simplesmente diz Deus.⁵⁵

De acordo com William Harrington et al; Sthefen Overell; Dennis Duchon e Donde Ashmos Plowman, “a espiritualidade não é sinônimo de religião, cada vez mais a palavra espiritualidade está afastada de conotações religiosas e próxima de conotações sobre o bem-estar individual e social”.⁵⁶ Na entrevista, a professora ressalta que “*deveria haver práticas de mediação em relação à espiritualidade para os funcionários e para as crianças, mas só se viesse alguém de fora, sem adentrar na religião, que não tivesse nenhum vínculo com os funcionários*”.

Vê-se, assim, que a espiritualidade precisa estar vinculada ao bem estar da pessoa humana, às ações realizadas para contribuir com a qualidade de vida de determinado grupo em vulnerabilidade social, ou daquele que precisa apenas de uma conversa, de atenção, de remédio, de abrigo ou de alimentos. Nesse sentido, a espiritualidade contribui para que os direitos humanos dos indivíduos sejam assegurados, seja por força legal seja por vontade de auxiliar e amparar o próximo que necessita de ajuda.

O conceito tradicional de espiritualidade foi ampliado para além de sua fixação nas tradições religiosas, dadas as transformações no pensamento

⁵⁵ BOFF, Leonardo. **Século XXI, século da espiritualidade?** Disponível em: <http://leonardoboff.com/site/vista/2001-2002/sec_esp.htm>. Acesso em: 14 abr. 2017.

⁵⁶ HARRINGTON, William Jonh; PREZIOSI, Robert C.; GOODEN, Doreen J. Perceptions of workplace spirituality among professionals and executives. **Employee Responsibilities and Rights Journal**, v. 13, n. 3, p. 155-163, 2001. OVERELL, Sthefen. “Can work be soulful?” **Personnel Today**, p. 17, 2002. DUCHON, Dennis; PLOWMAN, Donde Ashmon. Nurturing the spirit at work: Impact on work unit performance. **The leadership quarterly**, v. 16, n. 5, p. 807-833, 2005.

religioso e filosófico ao longo dos tempos que levaram à aplicação do conceito nos ambientes da vida profissional e organizacional.⁵⁷

Atualmente a espiritualidade está sendo utilizada pelas organizações como mecanismo incentivador de seus colaboradores no desenvolvimento de atividades mais eficientes, individualmente, contribuindo para o aperfeiçoamento de suas habilidades, no trabalho em equipe ou com outros setores.

O cultivo da espiritualidade favorece a liberdade interior. Não se trata de subestimar os resultados, ou substituí-los pela cultura da “boa intenção”, pois isso é desastroso para a instituição. Mas sim, ao fazer tudo o que está ao alcance da mão, o gestor percebe-se peregrino e mantém a serenidade de quem repousa em Deus.⁵⁸

Desse modo, a espiritualidade pode ser adotada como uma ferramenta que auxilia o ser humano a alcançar seus objetivos ou para uma melhor interação com os demais indivíduos, seja para seu bem estar ou para o benefício de terceiros. No contexto da pesquisa, a espiritualidade é praticada, segundo a técnica de enfermagem da ACH, da seguinte forma: *“As irmãs fazem as novenas e, durante as missas, convida todas as crianças a participar, ou seja, ela não obriga a ninguém a seguir a religião da casa, quando eles não querem participar, então a espiritualidade acontece dessa forma durante as novenas e nas missas”*.

Este depoimento traz à tona o foco desta pesquisa – a espiritualidade. Tal relato, no entanto, mostra a falta de clareza sobre o real sentido da espiritualidade na dimensão do cuidado e evidencia o modo como é praticada junto aos acolhidos e às acolhidas. Este posicionamento feito pela entrevistada revela a vivência de constantes contradições entre o se deseja e o que realmente se pratica na ACH. É possível perceber que a espiritualidade é desenvolvida apenas por uma tradição religiosa, sendo a única que possibilita o desenvolvimento do espírito humano de forma elevada permitindo uma relação com Deus.⁵⁹ É necessário que se compreenda que a espiritualidade possui uma relação profunda e individual de cada ser, que perpassa pela experiência no interior das pessoas e pelo sentido, dando

⁵⁷ BURACK, Elmer Howard. Spirituality in the workplace. **Journal of organizational change management**, v. 12, n. 4, 1999, p. 280-292.

⁵⁸ MURAD, Afonso. **Gestão e Espiritualidade**: uma porta entreaberta. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 132.

⁵⁹ WOLFF, Elias. **Espiritualidade do diálogo inter-religioso contribuições na perspectiva cristã**. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2016. p. 35.

significado para suas vidas, independentemente de estarem ligadas a religiões, dogmas ou cultos.

Harold Koenig conceitua religião como um sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos projetados para auxiliar a proximidade do indivíduo com o sagrado ou transcendente, e espiritualidade como uma busca pessoal de respostas sobre o significado da vida e o relacionamento com o sagrado ou transcendente.⁶⁰

Já Eric Dent et al.⁶¹ abordam os conceitos de espiritualidade e religião com base em duas perspectivas distintas: (1) espiritualidade e religião como conceitos inseparáveis; (2) espiritualidade e religião como conceitos distintos. Para melhor compreensão, os quadros 1 e 2 mostram essas duas perspectivas.

Quadro 1: Espiritualidade e religião como conceitos inseparáveis

AUTOR	CONCEPÇÃO SOBRE ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO
Korak-kakabase, kouzminekakabase, 2002.	Espiritualidade inclui termos como energia, significado, conhecimento, os quais podem ser encontrados em diferentes formas de espiritualidade como Tao, Budismo, Hinduísmo, Zen, Native American.
Mohamed et al., 2001.	Argumenta que não existe uma diferença significativa entre espiritualidade e religião.

Fonte: Dent et al., 2005.

O quadro 1 mostra que espiritualidade e religião são conceitos entrelaçados, sendo que, para Mohamed et al., não existe diferença entre um conceito e outro. Já no quadro 2, observa-se que os autores fazem distinção entre os conceitos de espiritualidade e religião.

⁶⁰ KOENIG, Harold. **Handbook of religion and health: a century of research reviewed**. Oxford: University Press, 2001. p. 34.

⁶¹ DENT, Eric. B.; HIGGINS, Maureen E.; WHARFF, Deborah M. Spirituality and leadership: An empirical review of definitions, distinctions, and embedded assumptions. **The leadership quarterly**, v. 16, n. 5, p. 625-653, 2005. p. 625.

Quadro 2: Espiritualidade e religião como conceitos distintos

AUTORES	CONCEPÇÃO SOBRE ESPIRITUALIDADE E RELIGIÃO
Asmos e Duchon, 2000.	Espiritualidade não é religião, não se relaciona com nenhum sistema de crenças.
Bierlyet al., 2000.	A espiritualidade tem uma natureza moral e emocional, em que se procura perceber a existência no Universo. A religião pressupõe um sistema organizado de rituais e cerimônias.
Dehler e Welsh, 1994.	A religião não se insere no contexto da espiritualidade.
Elkins, Hedstrom, Hughes e Leaf Saunders, 1998.	Argumentam que um número crescente de pessoas está a desenvolver a sua espiritualidade fora do contexto religioso.
Goertzen e Barbuto, 2001.	Realizaram uma meta-análise sobre o conceito de espiritualidade e afirmam que é necessário acabar com o mito de que a espiritualidade se prende com o conceito de religião.

Fonte: Dent et al., 2005.

Pelo quadro 2, percebe-se a existência de um número maior de autores que afirmam haver diferença entre os conceitos de espiritualidade e religião; assim, compreende-se que a espiritualidade refere-se à moral, aos sentimentos e, de certa forma, aos valores de humanidade, como honestidade e probidade do indivíduo, enquanto a religião é um sistema de crenças que é seguido por inúmeras pessoas. Apesar de a espiritualidade ser individual, ela reflete de forma significativa no bem estar e na qualidade de vida dos demais, enquanto a religião se aplica a um grupo.

Em se tratando da ACH, uma das freiras, em entrevista, enfatizou que “a espiritualidade consiste em fazer com que a criança entenda que existe um ser superior”, o que remete à espiritualidade como significado, sentido, propósito, vida interior e comunidade.

Diante do exposto, compreende-se que o conceito de espiritualidade deve estar relacionado a valores pessoais e à filosofia de vida seguida pelo indivíduo, ou seja, ela não deve ser vinculada apenas à religião, mas a um sentimento humano universal que contribui de forma direta ou indireta para o bem estar e para a qualidade de vida das pessoas.

3.1.1 Espiritualidade e sua relação com a fé

Na busca pela transcendência, a espiritualidade passa a envolver mais do que dogmas e crenças das religiões, ou seja, engloba a tentativa de compreensão de uma força superior que pode estar ligada a uma figura divina, fazendo com que o indivíduo tenha o entendimento de que pertence a um propósito maior do que seus objetivos, como, por exemplo: ajudar o próximo, seja com uma conversa, um abraço, um alimento, uma roupa, um abrigo, dentre outros. Segundo Mauro Martins Amattuzzi⁶², “a caminhada espiritual na busca pelo sentido da existência pode partir de um dogma religioso ou de uma construção interior”.

Nesse contexto, a espiritualidade pode ser despertada ou ampliada em razão da crença religiosa do indivíduo, ou por querer melhorá-lo enquanto pessoa, porém a espiritualidade pode estar relacionada também ao entendimento do sentido da vida, sua importância, “como” e “para que” foi criado. Assim sendo, a espiritualidade possui relação com a religiosidade que abrange a contemplação e reflexão sobre as experiências da vida; assim, o ser humano passará a refletir sobre suas ações e valores. No entendimento da cuidadora da ACH, *“a espiritualidade não leva para o lado da religião em si, leva para a questão de trabalhar a ética, a moral, o social e trabalhar os conflitos que as crianças têm dentro da casa, mas o que acontece aqui é de forma fragmentada, pode-se até ter essa concepção, mas esse trabalho não tem aqui na casa”*.

De acordo com o entendimento da entrevistada, a espiritualidade possui uma finalidade mais ampla que a religião, referindo-se a conceitos que lançam um olhar para o ensinamento de valores e superação de conflitos. Analisando o relato da psicóloga, vê-se que a espiritualidade não é trabalhada na ACH de acordo com esses propósitos e sim de maneira doutrinal, de cunho religioso. A proposta básica da espiritualidade é entendida como um processo dinâmico, pessoal e experiencial, que procura a atribuição e significado no sentido da existência, podendo coexistir ou não dentro da prática de um credo religioso. No entanto, alguns autores sugerem

⁶² AMATUZZI Mauro Martins. Desenvolvimento religioso: uma hipótese descritiva. In: MASSIMI, Marina, MAHFOUD, Miguel. (Orgs.). **Diante do mistério: psicologia e senso religioso**. São Paulo: Loyola, 1999. p. 123-140.

que a religião é institucional, dogmática e restritiva, enquanto a espiritualidade é pessoal, subjetiva e enfatiza a vida.⁶³

Nessa perspectiva, a espiritualidade auxilia também, mesmo que de forma indireta, no processo de construção da personalidade do indivíduo, bem como pode estar relacionada a um sistema de crenças vinculadas às religiões tradicionais. Se a espiritualidade possui relação de forma direta ou indireta com a religião, ela pode, conseqüentemente, ter relação com a fé? A fé está vinculada à força espiritual e à busca na crença de que existe um significado maior para todas as coisas. Para James Fowler⁶⁴, a fé tem relação com a vivência existencial, tendo, por isto, uma tonalidade mais subjetiva.

Portanto, a espiritualidade estabelece vínculos com a religiosidade e a fé, porém, ela também surgiu da necessidade do ser humano de fortalecer sua interioridade, seus valores e suas concepções através da compreensão de que a individualidade, em alguns momentos, deve ser deixada de lado em detrimento dos valores sociais e do bem estar coletivo. Em relação a este propósito, a técnica de enfermagem da ACH contou que *“seria muito bom se as crianças tivessem momentos de espiritualidade, porque alguns têm comportamento de rebeldia, não acreditam no seu potencial, se sentem tristes e não lhes foram ensinados os verdadeiros valores, pois as vezes se sentem abandonados, achando que ninguém vai querer adotá-los”*.

Nesse relato percebe-se a importância de criar, na rotina da ACH, espaços com ações reflexivas que envolvam a espiritualidade como forma de amenizar esses comportamentos conflitantes que as crianças passam. É nesse espaço que as crianças poderão vivenciar momentos de sensibilização, expressão de sentimentos e respeito a si mesmo e ao outro. A Espiritualidade é um sentimento pessoal, que estimula um interesse pelos outros e por si, um sentido de significado da vida capaz de fazer suportar sentimentos debilitantes de culpa, raiva e ansiedade.⁶⁵

⁶³ PINTO, Cândida; PAIS-RIBEIRO, José Luiz. **Construção de Uma Escala de Avaliação da Espiritualidade em Contextos de Saúde**. Arquivos de Medicina, v. 21, n. 2, p. 47-53, 2007.

⁶⁴ FOWLER James W. **Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento humano**. São Leopoldo: Sinodal, 1992. p. 16-17.

⁶⁵ SAAD, Marcelo; MASSIERO, Danilo; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. **Espiritualidade baseada em evidências**. Acta Fisiátrica, v.8, n.3, p.107-112, 2001.

3.1.2 Espiritualidade e sua relação com os Direitos Humanos

Importa destacar que os direitos humanos surgiram com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948. Antes disso, princípios de garantia de proteção aos direitos básicos do indivíduo já apareciam em algumas situações ao longo da história⁶⁶, visando ao bem estar social e à qualidade de vida de todos. Após um longo período, foram criados diversos instrumentos normativos como políticas, planos e programas de proteção, organismos de proteção e defesa, que garantem direitos ao indivíduo e à coletividade. Desse modo, o ser humano passou a contar com direitos, garantindo segurança e proteção. Esses direitos são essenciais para assegurar aos cidadãos a proteção, o respeito, com condições de vida digna e mais justa, a fim de que sejam vistos pela sociedade como pessoas humanas, dotadas de qualidades, com liberdade de expressão e igualdade.

Desse modo, os sentimentos de solidariedade e afetividade pelo próximo auxiliaram a sociedade na criação de direitos que fossem estendidos a todos, sem distinção de raça, sexo, classe social, religião, etnia, cidadania política ou julgamento moral.⁶⁷ Assim sendo, a espiritualidade possui relação com a religião/religiosidade, com a fé e os valores cristãos que norteiam o indivíduo para agir em prol do bem estar daqueles que mais precisam de auxílio. Nesse sentido, a cuidadora da ACH deu o seguinte depoimento: *“a instituição não tem um trabalho voltado para a espiritualidade, eu que, quando levo as crianças para deitar, observo que elas estão tristes, converso com elas falando sobre Deus”*.

Na fala da cuidadora, observa-se que as crianças sentem necessidade, nos momentos de tristezas e angústia, de algo que venha a lhes trazer uma esperança, amenizando seus medos e sofrimentos. Mas percebe-se que a ACH não promove momentos de espiritualidade, por isso, diante de tais percepções, resta à cuidadora falar de Deus com as crianças como forma de conforto. “No termo, espiritualidade

⁶⁶ SOUZA, Isabela. **O que são Direitos Humanos?** 2017. Disponível em: <www.politize.com.br/direitos-humanos-o-que-sao/>. Publicado em: 25 abril 2017. Atualizado em: 03 dez. 2018. Acesso em: 15 ago. 2019.

⁶⁷ **Declaração Universal dos Direitos Humanos:** adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

não é pensar Deus, mas sentir Deus mediante este órgão interior e fazer a experiência de sua presença e atuação a partir do coração”.⁶⁸

É nessa perspectiva que a espiritualidade se coloca à disposição, como um meio de proporcionar força e confiança, reestruturando uma energia positiva capaz de oferecer respostas confortantes para aquela pessoa que precisa aliviar sentimentos de dor. Nesta perspectiva, coadunamos com Gomes⁶⁹, ao destacar que a espiritualidade, quando está relacionada a qualidades do espírito humano, como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia, traz felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros, na superação de sentimentos ruins, auxiliando-os no resgate da autoestima.

Partindo do pressuposto de que a espiritualidade visa a contribuir para o bem estar individual e coletivo, ela também pode ter relação com os direitos humanos. Pode-se dizer que esses direitos possuem o objetivo de assegurar o cumprimento dos direitos da pessoa humana, pelo estado e pela sociedade, para que esta possa viver de forma digna e justa.

Os direitos humanos são ressalvas, restrições ou imposições ao poder político, escritas em declarações, dispositivos legais e mecanismos privados e públicos, realizados para fazer respeitar e concretizar as condições de vida que possibilitem a todos os seres humanos manter e desenvolver suas qualidades peculiares de inteligência, dignidade e consciência, e permitir a satisfação de suas necessidades materiais e espirituais.⁷⁰

Nessa direção, a espiritualidade contribui indiretamente para que as pessoas lutem pelo reconhecimento da importância do bem estar, da qualidade de vida e dos direitos correspondentes à pessoa humana. Assim, os direitos humanos são previsões que visam a consagrar o respeito à dignidade humana, garantir a limitação de poder e o pleno desenvolvimento da personalidade humana e seu desenvolvimento. “Pensar nos direitos humanos como conquista da humanidade

⁶⁸ BOFF, Leonardo; JEAN-YVES, Leloup et al. **Espírito e Saúde**. 2007. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2013/11/16/a-importancia-da-espiritualidade-para-a-saude/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

⁶⁹ GOMES, Denise Mendes. Religiosidade como Fonte de Resiliência em Psicoterapia. In: BRUSCAGIN, Claudia; SAVIO, Antonella; FONTES, Fátima. GOMES, Denise. Mendes. **Religiosidade e psicoterapia**. São Paulo: Roca. 2008. p. 57.

⁷⁰ SIQUEIRA, Dircel Pereira; PICCIRILLO, Miguel Belinati. **Direitos fundamentais: a evolução histórica dos direitos humanos, um longo caminho**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5414>. Acesso em: 16 abr. 2017.

significa poder entendê-los nas dimensões concretas da vida, no âmbito de que os sujeitos convivem movidos por interesses e por conflitos”⁷¹, enquanto a espiritualidade reflete no surgimento de sentimentos que contribuem para a construção de direitos.

Segundo a psicóloga da ACH, “*é preciso reconhecer que a espiritualidade é o meio de refletir como dimensão humana os direitos que as crianças têm de terem uma vida melhor, além de que a ACH não oferece esses momentos, era um meio das crianças e funcionários diminuírem os transtornos de ansiedade, pois as rotinas do ambiente são sempre as mesmas todos os dias, e é um direito do ser humano participar de outros ambientes que melhorem a qualidade de vida*”.

Este relato destaca a importância de estabelecer a espiritualidade na rotina da ACH, como forma de interação, despertando para o fortalecimento da solidariedade e união em equipe, aspectos tão necessários para o cuidado humano, pois, através deles, poderão ser criadas outras possibilidades de vivência entre todos, principalmente visando à paz de espírito e ao trato da fadiga mental em meio a tantas responsabilidades e tensões acumuladas ao longo da jornada de trabalho.

De acordo com Boff⁷², “A espiritualidade trabalha uma das dimensões do humano, aquela do espírito [...], a reflexão, a interiorização e a contemplação”. Dessa forma, práticas voltadas para a espiritualidade na ACH, de acordo com os entrevistados, não acontecem. Essas colocações apontam para a ausência da espiritualidade na instituição; apesar de reconhecerem suas fraquezas e limitações e de que precisam de mais apoio para ajudar na superação de seus problemas internos e externos juntamente com as crianças. Uma instituição ou organização que incorpora a espiritualidade no seu dia a dia reside na ética, pois os valores aparecem nas práticas, com ações que impactam de forma positiva em todos os funcionários e todas as funcionárias.⁷³

3.1.3 Vida social e espiritual do indivíduo

A espiritualidade pode ser compreendida como o desejo do ser humano de buscar a significação da vida, que pode ou não envolver a religiosidade. Segundo

⁷¹ PIRES, Cecília. **Ética da necessidade e outros desafios**. São Leopoldo, UNISINOS, 2004. p. 47.

⁷² BOFF, 2000, p. 164.

⁷³ MURAD, 2009, p. 140.

Marcelo Saad, Danilo Massiero e Linamara Rizzo Battistella⁷⁴, a espiritualidade busca estabelecer uma conexão com algo maior que si próprio, que pode ou não incluir uma participação religiosa formal.

Diante desta perspectiva, a fé passa a ter mais relação com a espiritualidade, visto que ambas dependem do indivíduo e não estritamente da coletividade para existir. Para Linda Powell Powell, Leila Shahabi e Carl E. Thoresen⁷⁵, “a espiritualidade está afeita a questões sobre o significado e o propósito da vida, com a crença em aspectos espiritualistas para justificar sua existência e significado”. A definição de espiritualidade é ampla e complexa, pois envolve diversos fatores, entre eles: a religiosidade, o bem estar individual e de outrem, a fé, a qualidade de vida, a significação da vida, e outras, bem como sua definição pode ser simplificada ao questionamento ou entendimento do bem estar do indivíduo em relação à sua vida social e espiritual. Para Louis Dupré, “a vida espiritual é transformadora de todos os aspectos da vida”.⁷⁶

Nesse sentido, a vida social e espiritual do ser humano pode estar relacionada ao desenvolvimento e fortalecimento da espiritualidade que reflete de forma indireta no bem estar emocional de outras pessoas. Nas palavras da cuidadora da ACH, *“a gente precisa muito desse apoio, pois nos sentimos sobrecarregadas de trabalho, sem momento de descanso e ainda temos os problemas particulares, e, às vezes, se torna difícil e complicado pra gente trabalhar ainda mais com as crianças que precisam que a gente esteja bem”*. E continua: *“Queremos ter um momento desses na casa, de reflexão, e alguém que nos escute e nos aconselhe, a Irmã diz pra gente procurar à psicóloga, mas nem ela e nem nós temos tempo sequer para conversar 5 minutos, assim como as crianças também precisam, porque a rotina delas é toda definida e não tem esse momento na escala”*.

Pelos depoimentos postos até aqui, vê-se que a espiritualidade na ACH não está sendo desenvolvida de forma adequada, restringindo-se às missas, das quais as crianças são convidadas a participar. É importante destacar que a espiritualidade

⁷⁴ SAAD, Marcelo; MASIERO, Danilo; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. Espiritualidade baseada em evidências. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 107-112, 2016.

⁷⁵ POWELL, Linda H.; SHAHABI, Leila; THORESEN, Carl E. Religion and spirituality: Linkages to physical health. **American Psychologist**, Washington, v. 58, n. 1, p. 36, 2003.

⁷⁶ DUPRÉ, Louis. Spiritual Life and the Survival of Christianity: Reflections at the End of the Millennium. **Cross Currents**, v. 48, n. 3, p. 381-390, 1998. p. 381. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

faz com que as pessoas compreendam a importância da valorização da pessoa humana, da experiência da fé para amenizar seus problemas na vida profissional e pessoal, ou seja, a percepção de que somos seres humanos com desejos, necessidades, problemas, frustrações, perdas, angústias e alegrias, o que possibilita uma maior interação e integração com outras pessoas. Desse modo, a gestão da ACH precisa refletir sobre a rotina de trabalho dos profissionais, assim como a das crianças, sendo mais flexível e dando-lhes o apoio necessário para tratarem suas angústias e problemas.

Aqui está a grande contribuição para a gestão, compreendida do ponto de vista institucional. A experiência da fé, vivida e tematizada em perspectiva unificadora, leva a organização a valorizar seus colaboradores, a criar espaços para que eles cuidem de si, a assegurar um ritmo exigente, mas também humanizador.⁷⁷

Dessa forma, a espiritualidade pode seguir um caminho existencial, que busca encontrar um sentido de propósito e satisfação de vida, sendo que, na maioria das vezes, ao seguir esta concepção, ela passa a ter menos relação com a religiosidade.

A Espiritualidade que tanto tem contribuído para o desenvolvimento do caráter e por proporcionar um sentido à existência [...] de modo a permitir ao ser humano descobrir-se como se transcendente e, assim, tornar-se, ele mesmo, um servidor da humanidade.⁷⁸

A espiritualidade traz a necessidade de coerência entre a vida social e espiritual, visto que ela deve possibilitar a integração do indivíduo para que a sociedade ou o grupo social a que pertence possa receber seus efeitos. Entretanto, a espiritualidade também implica na relação com o outro, em virtude de transcender o indivíduo e disseminar-se em seu espaço de convivência seja em sua casa, local de trabalho, escola ou faculdade.

Nessa perspectiva, a espiritualidade pode ser conceituada como universal intrínseca à educação e às concepções ou entendimento de vida do indivíduo para que ele possa determinar sua relevância na sociedade; assim, ela pode ser desenvolvida por pessoas em qualquer faixa etária, pertencentes ou não a qualquer religião, ou seja, ela está vinculada de certo modo à religiosidade, mas isso não

⁷⁷ MURAD, 2007, p.135.

⁷⁸ SANTARÉM, Robson Goudard. **Precisa-se (de) Ser Humano**: Valores na formação profissional. Rio de Janeiro: Qualimark, 2004. p. 38.

significa que somente um indivíduo que possui uma religião específica possa praticá-la ou desenvolvê-la. Para Robert Scott Webster, “a espiritualidade está relacionada com a busca de sentido na vida e a busca pelo significado das experiências que se vive”.⁷⁹ Portanto, a espiritualidade nos remete ao transcendente e aos questionamentos de existência e de ser do indivíduo, que o homem tenta explicar desde o surgimento da sociedade. Conclui-se que ela esteja enraizada no interior de cada pessoa, podendo variar de significado de uma pessoa para outra.

3.2 A ESPIRITUALIDADE COMO CARACTERÍSTICA DO SER HUMANO

A espiritualidade, ao longo da história, refere-se à busca pela integração, criação e transcendência na vida do indivíduo. Assim, a espiritualidade pode ser compreendida como o instrumento que viabiliza a reafirmação da pessoa humana como ser dotado de características, valores, crenças e dogmas. Para Denise Mendes Gomes⁸⁰, ao longo dos séculos, as pessoas, através da religiosidade e espiritualidade, buscam um consolo, uma força, um sentido para suas vidas, e isso influencia na forma de suportar os sofrimentos, a dor.

Percebe-se, com isso, que o indivíduo tem como característica resistir a qualquer tipo de contratempo, problema, dano ou ineficiência que coloque em risco sua existência ou que o impeça, seja por tempo determinado ou indeterminado, de desenvolver suas atividades. Assim sendo, a preservação física e mental resiste à extinção de sua vida, a autocrítica se sobressai à extinção da vida humana e o autotranscender resiste a qualquer imprevisto que atente sobre a sua vida.

Cabe referenciar que as características acima descritas têm como objetivo assegurar os princípios do ser humano, do crescimento, no que concerne às suas habilidades e capacidades físicas e mentais. Para Paul Tillich, a “espiritualidade é a unidade da dinâmica e da forma nos atos morais e culturais do ser humano”⁸¹, ou seja, ela contribui para o desenvolvimento das características físicas, mentais, comportamentais, que possuem relação com a formação e o desenvolvimento de valores éticos e morais.

⁷⁹ WEBSTER, Robert Scott. **An existential framework of spirituality for education**. Gold Coast: Griffith University of Australia, 2003. (Doctor's degree in Philosophy). p. 70-93.

⁸⁰ GOMES, 2008, p. 24.

⁸¹ TILLICH, 2005, p. 186.

Dessa forma, a espiritualidade contribui para a conservação, alteração e evolução das características físicas, mentais e comportamentais que o ser humano precisa. Entretanto, se o indivíduo não possuir equilíbrio para desenvolver tais características de forma constante, eficiente e adequada, pode haver um desequilíbrio que poderá causar a desconstrução do entendimento do que seja certo ou errado.

Compreende-se que a força é fundamentada na criatividade e potencialidade existente na vida, bem como esta resiste a qualquer desintegração ou desconstrução de valores, condutas ou entendimentos apreendidos no decorrer da vida.⁸²

Nessa perspectiva, a espiritualidade pode estar presente nas ações que envolvem valores morais, éticos e culturais, além de abranger os dogmas e as crenças dos indivíduos. Isto é, existe a inter-relação entre a espiritualidade e os valores morais, visto que ela funciona como fonte que alimenta as características e os valores do ser humano.

A relação do ser humano com a sociedade é complexa em virtude de este viver em constante aprendizado, transpondo barreiras e se tornando cada vez mais dotado de conhecimento. Dessa forma, obter conhecimento deve ser compreendido como recurso que possibilita a aproximação entre as pessoas, visto que, pelo fato de a sociedade ser dinâmica e competitiva, a busca pelo conhecimento, ao invés de unir, separa as pessoas. De acordo com Rui de Sousa Josgrilberg, o “ser humano não somente é capaz de conhecer, apreender e significar a realidade, como também de prever as condições da experiência que constituem a realidade, no horizonte da ação, direção e destino da história humana”.⁸³ Portanto, a espiritualidade pode ser vista como recurso de caráter existencial que leva a pessoa humana ao encontro de uma realidade que responda ou satisfaça aos questionamentos existenciais do ser humano.

⁸² HIGUET, Etienne Alfred. Saúde, cura e salvação no pensamento de Paul Tillich. **Estudos de religião**. São Bernardo do Campo, v. 16, p. 70-85, 2007. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sc/paultillich/artigo3.html>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

⁸³ JOSGRILBERG, Rui de Sousa. Ser e Deus - Como Deus é recebido, por Revelação, em nossa experiência? **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, n. 10, p. 55-72, 1995.

3.2.1 Espiritualidade e Religiosidade

A espiritualidade é inerente ao ser humano e o impulsiona a buscar o sagrado, a experiência transcendente, visando a dar sentido e elucidar os questionamentos fundamentais da vida. Nesse sentido, ela não é algo exclusivo das religiões ou de movimentos espirituais, pois a espiritualidade leva o indivíduo para além de sua realidade e o coloca frente aos seus questionamentos mais profundos com o objetivo de responder às perguntas existenciais: Por que estou aqui? Qual é o meu objetivo na vida? O que devo fazer para resolver este problema? Para onde devo ir? Como alcançarei meus sonhos e metas? De acordo com Danah Zohar e Ian Marshall, “[...] a questão fundamental do ser humano contemporâneo é a busca de sentido”.⁸⁴

O ser humano necessita encontrar o sentido para sua existência, assim ele poderá viver sabendo que a vida possui uma razão maior do que desejos e vontades individuais, ou seja, o indivíduo passa a compreender a importância de significar ou ser importante para outrem. Contudo, a religiosidade pode ser considerada prática do indivíduo relacionada à instituição religiosa, sendo que ela possibilita que o ser humano tenha experiências místicas, transcendentais e esotéricas. No estudo realizado por Márcia Regina de Oliveira e José Roque Junges⁸⁵, constatou-se que a maioria dos entrevistados entende que a religiosidade é a expressão da própria espiritualidade.

Nesse sentido, a espiritualidade pode ser considerada uma capacidade interna e da psique humana ou habilidade do indivíduo, que lhe permite descobrir novas respostas sobre sua existência e objetivo de vida. Nesse contexto, ela possibilita que o ser humano seja mais criativo frente aos problemas existenciais. Boff “considera-a capaz de captar totalidades e orientar os indivíduos através de visões transcendentais que dão sentido à vida”.⁸⁶ Assim, a espiritualidade possibilita que o indivíduo compreenda e dê sentido aos contextos mais complexos de sua existência.

⁸⁴ ZOHAR, Danah; MARSHALL, Ian. **QS: Inteligência espiritual**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Viva Livros, 2012. p. 55-72.

⁸⁵ OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, 2012.

⁸⁶ BOFF, Leonardo. **Meditação da Luz, o caminho da simplicidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Para Oliveira e Junges, “a espiritualidade é relativa à experiência de contato com o que transcende os aspectos corriqueiros da vida”.⁸⁷ A religiosidade possibilita que o ser humano acredite na existência de uma dimensão superior que possui a responsabilidade de controlar as especificidades presentes na vida do indivíduo, visando fortalecê-lo para que possa superar as dificuldades de forma mais tranquila e confiando que poderá superá-las. De acordo com Cristine Cardozo Costa et al.⁸⁸, a religiosidade e a espiritualidade são consideradas temáticas presentes no dia a dia da sociedade.

Contudo, dentro deste enfoque, o ser humano, através da espiritualidade, consegue compreender que veio ao mundo para nascer, crescer e morrer, porém percebe que, enquanto cresce, pode fortalecer valores, crenças, ampliar conhecimentos, auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e humanizada, isto é, mesmo que compreenda que um dia morrerá, tudo o que fizer de bom será seu legado para as gerações futuras.

Para Mari Terezinha Tereschuk, “a espiritualidade é a vivência dos valores mais profundos que o humano pode expressar, é a realização mais plena do ser humano, é a manifestação da essência - o lugar onde o divino e o humano são uma única matéria”.⁸⁹ Entretanto, na religiosidade, a relação com o sagrado surge desde os primeiros anos de vida do indivíduo, visto que este passa a seguir as crenças e os dogmas de seus pais, de sua família e, posteriormente, ao alcançar a idade adulta, passa a ter maturidade para escolher entre continuar seguindo estas crenças ou iniciar uma busca por sua própria crença.

Acerca dessas considerações, vale mencionar o relato da coordenadora da ACH: *“as crianças necessariamente não precisam seguir a religião católica, temos crianças evangélicas, que gostam daqui da casa, elas participam de tudo juntas, mas não é uma obrigação, aí o que não acontece é tipo: “Ah! Eu sou evangélico, não quero ir para a missa”. O que acontece é que, quando elas querem ir, não tem quem as leve, a freira não libera porque não tem funcionários para levarem, na*

⁸⁷ OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 469-476, 2012.

⁸⁸ COSTA, Cristine Cardozo da et al. Qualidade de vida e bem-estar espiritual em universitários de Psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 249-255, 2008.

⁸⁹ TERESCHUK, Mari Terezinha Soares. Caminho traçado pelos acadêmicos de Pedagogia a Distância – Coloniza – MT. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2007. **Monografia (Especialização em Educação a Distância)**. p. 38.

verdade, se as crianças quiserem ser de alguma religião, a freira conversa e a gente põe no catecismo, mas se outras não quiserem a freira aceita, mas em relação às missas, ela pede para todos irem”.

Sobre este depoimento, percebe-se que as crianças não possuem autonomia para optar em seguir a religião que desejam, pois não tem alguém que as levem a outra igreja que não seja a católica e, quando algumas crianças que não possuem religião querem fazer parte de uma, a diretora geral pede para inseri-las no catecismo. Nota-se, portanto, que a coordenação geral se diz a favor das escolhas das crianças, e que sigam outras religiões, mas falta suporte para que elas frequentem de acordo com suas escolhas. Em observação, *in loco*, verifiquei que algumas crianças sentem certo receio em dizer que não querem participar das missas, talvez seja para não contrariar a direção da ACH. De acordo com Paulo Dalgalarro⁹⁰, a religião possui algo mais restrito, limitado à determinada doutrina e pensamento e diretamente ligada a uma instituição religiosa.

Neste contexto, comungo com o pensamento de Boff⁹¹ de que a espiritualidade tem a ver com experiência, não com doutrina, não com dogmas, não com ritos, não com celebrações, que são apenas caminhos institucionais capazes de nos ajudar a alcançá-la, mas que são posteriores a ela. Tal reflexão nos ajuda a entender que, de fato, a espiritualidade tem propósitos diferentes da religião em si, que a instituição (ACH) precisa respeitar as escolhas de cada criança, implantando ações visando à superação de seus problemas psíquicos e emocionais.

Sendo assim, apontamos a espiritualidade por ser menos rígida que as religiões, logo ela implica “[...] em uma conduta moral e uma reflexão ética, que envolve, por exemplo, leis, virtudes, solidariedade e amor”.⁹² Nesta perspectiva, o indivíduo nasce para suprir tanto as necessidades materiais quanto as existenciais (questionamentos, indagações e etc.). Para melhor compreensão, Boff comenta:

Mais do que religião o ser humano busca espiritualidade. A religião codifica uma experiência de Deus e dá-lhe a forma de poder religioso, doutrinário, moral e ritual. A espiritualidade se orienta pela experiência de encontro vivo

⁹⁰ DALGALARRONDO, Paulo. (2008). **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Porto Alegre: Artmed. p. 38.

⁹¹ BOFF, 2001, p. 12.

⁹² BOFF, 2009, p. 16.

com Deus, prescindindo do poder religioso. Esse encontro é vivido como gerador de grande sentido e de entusiasmo para viver.⁹³

Portanto, a espiritualidade permite que o indivíduo passe a ter uma nova concepção, seja em sua vida social, espiritual ou em vínculos de afetividade; deste modo, ela pode ser influenciada pela religiosidade, porém ambos podem existir sem a interferência direta de um ou de outro, ou seja, enquanto a espiritualidade pode ser aplicada de forma individual, a religiosidade envolverá doutrinas e crenças compartilhadas por determinado grupo religioso.

3.2.2 O fortalecimento da espiritualidade através do espírito humano

O espírito humano contribui para a efetivação dos valores, das características, habilidades e especificidades referentes à vida do indivíduo. Nesse sentido, o ser humano deve buscar a integração de seus valores éticos e morais, ditames sociais e objetivos ou metas estabelecidas em sua vida.

Segundo Tillich, “o princípio de centralidade estabelece um “eu” com uma identidade particular”.⁹⁴ Assim, quando o indivíduo passa a pensar no bem estar coletivo, ele se torna capaz de superar limitações, obstáculos e alcançar objetivos em prol de ações que beneficiem as demais pessoas.

Nesse âmbito, a espiritualidade se fortalece a partir do momento que o indivíduo percebe a importância das qualidades humanas no desenvolvimento de suas atividades, sejam elas profissionais ou do dia a dia. Em relação a isso, cabe mencionar o que a técnica de enfermagem da ACH disse na entrevista: *“Temos problemas com as crianças e conosco também, precisamos de apoio espiritual, pois muitas vezes nos sentimos carregados e sobrecarregados de tanta coisa, seria muito bom se tivesse algo para aliviar nossos corações e pensamentos, uma conversa, um conselho”*.

Conforme mencionado anteriormente, a direção da ACH precisa reconhecer as interferências que ocorrem com seus profissionais, intervir sobre as dificuldades e fatores de ordem pessoal. Em contato com os entrevistados e as entrevistadas, foi possível perceber suas angústias, suas necessidades, são pessoas que precisam de um apoio espiritual, precisam ser ouvidas. A direção, segundo os entrevistados e as

⁹³ BOFF, Leonardo. **Espiritualidade**: um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante, 2006. p. 12.

⁹⁴ TILLICH, 2005, p. 101.

entrevistadas, não reúne em nenhum momento, em grupo, para saber os problemas que os funcionários e as funcionárias estão vivenciando. Sendo assim, parece-nos minimamente coerente que a ACH se preocupe com a socialização, para que os funcionários, as funcionárias e as crianças possam falar de suas vivências, de suas dificuldades. A partir daí, pode-se pensar em ações individuais e coletivas, com base na espiritualidade, que possam ajudá-los e ajudá-las na superação de problemas. Portanto, deve-se lembrar de que a espiritualidade não é um jogo de emoções que nos faz experimentar, mas uma atitude concreta e efetiva para com o próximo, pela qual as pessoas podem vencer o individualismo e viver em comunhão com todos e todas.⁹⁵ Dessa forma, o fortalecimento da espiritualidade é alcançado também por meio da troca de sentimentos, valores, ideias e objetivos com as demais pessoas, além de ser essencial o reconhecimento de qualidades e defeitos de cada indivíduo para que as qualidades sejam aperfeiçoadas e os defeitos minimizados.

Como se pode notar, a espiritualidade possui relação com a integração e desconstrução de conceitos, valores e direitos, logo o fortalecimento da espiritualidade se desenvolve com o passar dos anos. Contudo, o ser humano também evolui para alcançá-la e aperfeiçoá-la, pois, sem ela, ele não pode compreender a importância e o significado do que é ser, do que são características e da dimensão da pessoa humana.

Nesse sentido, o ser humano reage a todo e qualquer estímulo, sentido, objetivo ou meta, seja de cunho profissional ou que envolva o grupo social no qual está inserido, mas também se torna um processo de sair e entrar em si mesmo, ou seja, você precisa dos demais para evoluir e se aperfeiçoar, mas não pode se esquecer de seus valores, qualidades e defeitos. A assistente social da ACH relatou que, *“durante os 3 meses que está na casa, apenas uma vez teve uma reunião com todos os funcionários para tratar das experiências, angústias”*. A fisioterapeuta em entrevista colocou que: *“os funcionários precisam trocar ideias, ouvir a dificuldade de cada um e entrar no consenso de tais situações relacionadas às tarefas do dia a dia, para buscar melhor atender a todos, a gente fica olhando os problemas, querendo ajudar, mas não pode avançar, pois não existe uma equipe capaz de nos acolher e fazer um trabalho conosco”*.

⁹⁵ BETO, Frei. **Fome de Deus**. 1 ed., São Paulo: Paralela, 2013. p. 68.

Desse modo, o indivíduo pode ser influenciado pelo ambiente no qual está inserido tanto de forma positiva quanto negativa, bem como aprimorar qualidades e acentuar defeitos ou características em sua personalidade. No momento em que o ser humano fortalece sua espiritualidade, sua capacidade de compreender a essencialidade dos valores que regem a sociedade, torna-se eficiente e capaz de discernir o que é ou não necessário para o desenvolvimento das habilidades e características humanas. Ao falar com a freira responsável pela ACH, ela afirma que *“Não existe nenhum trabalho voltado para espiritualidade nem para os funcionários e nem para as crianças da casa, mas deveria ter, nunca pensamos nesse caso ainda e nem evoluímos; na verdade, o que fazemos é a prática de doutrinar”*.

Nota-se, por este relato, a inexistência de práticas voltadas à espiritualidade, embora, a gestora da instituição reconheça que deveriam existir. Em uma conversa informal, percebi que ela ficou bastante entusiasmada com a ideia de criar ações que envolvam a espiritualidade na instituição. Entendo que esta pesquisa poderá ajudá-la a refletir acerca de suas atitudes como gestora da ACH, em relação à espiritualidade na dimensão do cuidado. Por meio deste trabalho, objetiva-se mostrar a espiritualidade como caminho para que a administração da ACH tenha um olhar mais profundo e sensível sobre suas ações junto às crianças e aos e às profissionais. A prática do exercício espiritual favorece as relações interpessoais.⁹⁶

Nesse sentido a espiritualidade permite que o ser humano efetive a centralidade de suas ações por meio da moral e dos valores repassados, principalmente pela família, sendo que a moral contribui para o desenvolvimento do espírito humano. Segundo a professora de ensino religioso da escola, *“Aqueles crianças que possuem discernimento têm um momento de trabalhar a moral, os valores e bons costumes, mas as que possuem deficiências intelectuais não participam porque eles não vão aprender e nem entender”*.

Analisando esta fala da profissional, fica evidente a falta de preparo e sensibilidade em achar que as crianças deficientes não podem participar, pois criam barreiras que impedem a criança de conhecer, aprender e sentir o verdadeiro valor espiritual. Conhecer a moral e os valores pode se dar por meio de comportamentos, gestos, reações, emoções e palavras. Assim sendo, a moral é parte integrante da

⁹⁶ SOUZA Ricardo Barbosa de. **Janelas para a vida** - Espiritualidade para o cotidiano. Curitiba: Encontro, 1999. p. 56.

construção do espírito, mas também deve ser considerada uma ação na qual a vida passa a ser parte integrante do espírito. Conforme se pode observar, “A espiritualidade é viver, participar e comungar dos ritmos de vida”.⁹⁷

Segundo Tillich, “a moralidade é a função da vida em que o eu, centrado, se constitui como pessoa; é a totalidade daqueles atos em que uma vida potencialmente pessoal se torna uma pessoa real”.⁹⁸ Desse modo, a dimensão do espírito é baseada no conceito de que o ser humano pode mostrar seus valores, opiniões e conceitos a qualquer indivíduo ou grupo social, visto que este faz parte da sociedade como ser dotado de direitos e obrigações.

3.2.3 Moralidade e dimensão humana

A dimensão humana e a moralidade baseiam-se no pressuposto de que o indivíduo pode expressar sua opinião e se opor a qualquer ideia, objetivo ou conceito que seja contra os seus princípios, visto que o homem e a mulher possuem livre arbítrio e valores éticos e morais que permitem argumentar, concordar ou discordar a respeito de determinado assunto. Em seus depoimentos, a professora, e a cuidadora argumentam, ao dizerem que é *“preciso que a direção da ACH nos dê mais suporte em relação as sugestões das quais achamos que é para melhorar o atendimento das crianças, e gostaríamos que ela fosse mais acessível quanto às mudanças, que houvesse um pouco mais de flexibilidade nas regras na casa, principalmente, reunir com os funcionários para que agente pudesse dar opinião sobre o desenvolvimento do trabalho e o perfil das crianças, juntamente com todos nós”*.

Diante destes relatos, foi possível identificar alguns fatores de ordem pessoal e profissional, que intervêm na estrutura organizacional. Tais fatores refletem os conflitos enfrentados no dia a dia da ACH. Observei de acordo com as entrevistadas que a gestão possui certa resistência em aceitar sugestões de suas colaboradoras, diante da forma como lida com as informações. Percebi que, devido à rotina da casa já estar toda planejada, cria-se certo desconforto em mudar o que já foi estabelecido. Este fato revela que é preciso haver sensibilidade e flexibilidade em relação a conceitos, opiniões e atitudes, pois nada está pronto e acabado.

⁹⁷ BOFF, 2000, p. 169.

⁹⁸ TILLICH, 2005, p. 500.

Para Julio Fernando Prieto Peres, Manoel José Pereira Simão e Antonia Nasel⁹⁹, o ser humano é um ser inacabado, estamos sempre à procura de algo que nos auxilie na complementaridade de nosso ser, estamos sempre buscando significados em tudo o que está ao nosso redor e no interior da alma. É preciso reconhecer que precisamos nos mobilizar para assumir novas ideias, abandonando velhos hábitos de autoritarismo, para gerar um ambiente harmonioso no qual todos possam ser valorizados de acordo com cada situação. Este contexto faz parte da dimensão humana, quando a esperança e o desejo de crescimento contribuem para sensibilizar e humanizar cada vez mais a sociedade.¹⁰⁰

Diante disso, a dimensão humana permite ao homem e à mulher questionar sua existência, bem como regras, valores, limitações e objetivos; dessa forma, torna-se possível a evolução e o aperfeiçoamento das características e qualidades inerentes à pessoa humana. Tillich¹⁰¹ comenta que a moralidade contribui para a integração das qualidades humanas e da liberdade humana, viabilizando obedecer ou não às demandas que a sociedade impõe ao ser humano. Assim, a liberdade humana pode ser alcançada por meio do fortalecimento do espírito, que faz com que o ser humano aprenda com seus erros, defeitos, para que se tornem indivíduos com valores éticos e morais inalienáveis.

3.2.4 Importância da espiritualidade no cuidado humano

A espiritualidade é parte integrante de todo ser humano. Entretanto, é difícil sua identificação e caracterização; de algum modo, ela pode ser observada no ser humano espiritualizado, mesmo que não se traduza na religiosidade. A espiritualidade, neste sentido, pode ser relacionada com o cuidado humano, na medida em que é integrante de toda relação afetiva entre as pessoas. Nesse âmbito, “Espiritualidade tem a ver com nós mesmos quando mergulhamos em nosso interior e experimentamos a realidade como um todo. O espírito é aquele momento da nossa consciência”.¹⁰² Em se tratando de pessoas totalmente excluídas ou

⁹⁹ PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASEL, Antonia G. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p.136-145, 2007.

¹⁰⁰ AMESTOY DE SANCHÉZ, Margarita. La didáctica en la dimensión humana. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**. Ano 9 – nº 17 - Dezembro/2000. p. 50.

¹⁰¹ TILLICH, 2005, p. 501.

¹⁰² BOFF, 2006, p. 60.

abandonadas pelos familiares, deve-se manter uma relação mais afetiva no sentido de que, também são seres humanos, criados à “imagem e semelhança de Deus”.¹⁰³ No entanto, a condição social desses indivíduos perpassa por situações de dor e abandono, não tendo seus direitos e individualidade respeitados.

Nessa perspectiva, a espiritualidade é uma vivência que transcende o individual e alcança o próximo em sua plenitude, fazendo com que se reconheça o “Outro” como integrante de uma família ou da sociedade, favorecendo o desabrochar de um ambiente acolhedor, humanizado, espiritualizado e de proximidade. Assim sendo, “o cuidado revela-se como um envolvimento da expressividade do ser humano, por meio da presença, da preocupação, da solidariedade e da afetividade de quem cuida para quem é cuidado”.¹⁰⁴ Em face dessas ações, verifica-se que a espiritualidade implica considerar o ser humano em sua totalidade, sem deixar de lado os seus aspectos sociais, o relacionamento com Deus e outros aspectos importantes que escapam ao pensamento humano, como a transcendência e imanência de cada indivíduo.

Levando em consideração o que até agora fora exposto, é indiscutível que a espiritualidade não está somente ligada à religião ou à fé em uma divindade específica. Sendo assim, vale ressaltar que “nem tudo o que a religião pratica está imbuído da espiritualidade”.¹⁰⁵ Tal fato pode ser observado quando há na religião uma espécie de fixação em dogmas, intolerância religiosa e inflexibilidade, aspectos estes que distanciam o ser humano de sua vivência em sociedade. Desse ponto de vista, a espiritualidade não precisa estar voltada à revelação direta de qualquer forma de divindade, isto não é regra para o desenvolvimento efetivo da espiritualidade. “Não é preciso para o desenvolvimento humano que as pessoas sejam extraordinárias, nem que sejam ligadas a uma denominação ou grupo religioso para o desenvolvimento da própria espiritualidade”.¹⁰⁶

Nestas considerações, o que se observa é o fato de que, quando a espiritualidade volta-se para o cuidado humano, acontece o “intercâmbio entre o

¹⁰³ BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2010.

¹⁰⁴ LUCENA, Amália de Fátima; CROSSETTI, Maria da Graça de Oliveira. Significado de cuidar na unidade de terapia intensiva. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 2, p. 243-256, 2004.

¹⁰⁵ RÖHR, Ferdinand. Espiritualidade e educação. In: RÖHR, Ferdinand. **Diálogos em educação e espiritualidade**. Recife: Editora da UFPE, 2010. p.13-52.

¹⁰⁶ RÖHR, 2010, p. 50.

espírito e a vida”¹⁰⁷, relação esta que escapa à ideia de matéria e corpo e volta-se para as relações humanas e concretas vivenciadas no cotidiano da sociedade. Nesta acepção, a espiritualidade ganha outro significado, podendo ser entendida como toda a atividade e atitude individual que está orientada para a promoção e garantia de vida plena, desvelando-se em uma relação consciente e em comunhão fraterna com as outras pessoas, principalmente as que se encontram em situações iminentes de morte.

Nesse sentido, a espiritualidade possui um caráter de “cura”, à medida que se potencializam energias espirituais com as dimensões do ser humano. A este respeito, vale ressaltar que em todos os seus pronunciamentos, homilias ou catequese, Sua Santidade, o Papa Francisco, não se cansa de dizer que as energias provenientes da espiritualidade encarnada no próximo traduzem o cuidado com a vida, estendendo-se a toda a humanidade e, assim, estabelecem-se laços inquebráveis de fraternidade e solidariedade, nos quais cada pessoa é capaz de fazer a experiência do perdão e da misericórdia em plenitude, denunciando e combatendo as injustiças sociais que vão de encontro à vida e ao cuidado com a dignidade da pessoa humana.¹⁰⁸

3.2.4.1 Cuidado humano

Etimologicamente cuidar indica atitude de zelo, interesse e preocupação. Partindo deste conceito, pode-se inferir que cuidado humano é cultivar e demonstrar um estado de empatia para com o próximo¹⁰⁹, colocando-se em sua condição e buscando criar laços de solicitude e diligência. Tal reflexão nos remete ao fato de que:

Cuidar compreende vasta concepção, onde se envolve um determinismo tecnicista entrelaçado com fatores, como a emoção e a relação interpessoal. Não é um ato ‘único’, nem apenas a soma de procedimentos técnicos ou qualidades humanas. Trata-se da conjugação de sentimentos, princípios e atitudes com o intuito de satisfazer a pessoa envolvida.¹¹⁰

¹⁰⁷ BOFF, Leonardo et al. **Espírito e Saúde**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 40.

¹⁰⁸ Jubileu Extraordinário da Misericórdia: Retiro Espiritual guiado pelo papa Francisco por ocasião do Jubileu dos Sacerdotes. **Primeira Meditação**. Basílica de São João de Latrão - quinta-feira, 2 de junho de 2016. Disponível em: <francesco_20160602_giubileo-sacerdoti-prima-meditazione.html> Acesso em: 15 mar. 2019.

¹⁰⁹ SACCONI, Luiz Antônio. **Dicionário essencial de Língua Portuguesa**. São Paulo: Atual, 2005. p. 15.

¹¹⁰ STAMM, Maristela. Evolução do cuidado na enfermagem até o cuidado transdimensional: uma revisão de literatura. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 293-296, 2008.

No cerne desta conceituação do cuidado humano, verifica-se que este está atrelado a uma concepção sagrada da vida. Desse modo, faz-se necessário ter em mente que “o valor do cuidado necessita de uma concepção ética que contemple a vida como bem valioso”¹¹¹ e, no sentido sagrado, a vida pode ser entendida como um dom de Deus, proveniente da sua livre vontade, conforme nos relata o livro da Criação. Em Gênesis, após moldar o homem, a sua Imagem e Semelhança, o Pai Todo Poderoso, “soprou em suas narinas um hálito de vida e o homem se tornou um ser vivente” (Gênesis 2,7).

Nessa perspectiva, infere-se que o cuidado humano é essencialmente uma práxis que se desdobra no fazer cotidiano e na relação indivíduo-indivíduo, na qual se requer não apenas o conhecimento e o domínio da técnica, mas o ato de cuidar implica certa sensibilidade e intuição, elementos estes essenciais na relação entre as pessoas, isto é, no contato face a face, deixando-se envolver pelos sentimentos e a vida do próximo. Sobre este assunto, Emmanuel Lévinas esclarece que

O rosto do outro é elemento de significação-descontextualização. O rosto é a ruptura da mesmidade. Ele é anterior a mim. O que vai me constituindo é o além, o aquém. A linguagem do Ser provoca o encontro com o rosto do outro.¹¹²

No diálogo presencial entre as pessoas subsiste o olhar profundo, ou seja, aquele olhar capaz de penetrar o rosto do outro e ir além das aparências e do que se vê, e, a partir deste encontro, brota certa aceitação mútua, totalmente desprovida do sentido de posse de ambos, mas de complementaridade e de ajuda mútua. Assim sendo, o cuidar humano é essencialmente uma posição dialógica, não no sentido intelectual da palavra - do verbalismo -, e sim um diálogo capaz de experienciar o viver e o conviver com o outro¹¹³, cultivando sensibilidade que transcende o caráter existencial da vida e direciona-se para o âmago do próximo, desvelando o ser humano pleno em sua essência.

¹¹¹ DE SOUZA, Maria de Lourdes; SARTOR, Vicente Volnei de Bona; PRADO, Marta Lenise do. Subsídios para uma ética da responsabilidade em enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2005.

¹¹² LÉVINAS, Emmanuel. **Difícil libertad**: ensayos sobre el judaísmo. Madrid: Caparros, 2004.

¹¹³ SOUZA, Waldir. A espiritualidade como fonte sistêmica na bioética. **Revista de Teologia Pastoral**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 91-121, 2013.

De modo geral, Andreia das Neves Santos e Daniela Domingues Guimarães¹¹⁴ ponderam que o cuidado humano é constituído de cinco categorias, conforme mostra o quadro 3 a seguir.

Quadro 3- Categorias do cuidado humano e suas características.

CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
O cuidar como pressuposto basilar e inerente da sociedade	Essencial para a sobrevivência e perpetuação da humanidade.
O cuidar como regra ético-moral	Entendido como o ponto visceral para o estabelecimento do bem-estar mental, corporal e espiritual.
O cuidar como modelo desenvolvimento da empatia	Estabelece a compaixão para com o próximo à medida que se encarna a vida e os sofrimentos do outro.
O cuidar como parte integrante e integradora da relação interpessoal	Favorece para com a vida do próximo, na medida em que vivemos em sociedade e um precisa do outro para se estabelecer no mundo.
O cuidar como ação “curativa”	Neste ponto, diz respeito à ação efetiva de uma pessoa para com a outra, na medida em que é suprimido ou satisfeito às necessidades do próximo, garantindo e promovendo a dignidade da vida plena.

Fonte: Santos e Guimarães (2011).

Esta análise permite refletir que a espiritualidade é critério basilar para a existência do cuidado humano, visto que um ser humano espiritualizado é capaz de entender que o outro, principalmente os que sofrem, são integrantes da sociedade ou de uma família, porém apresentam sua dignidade humana ferida e não têm perspectivas de vida. Através da espiritualidade, podem-se encarnar os mesmos sentimentos e atitudes de Jesus Cristo para com os menos favorecidos e marginalizados; agindo assim, o ser humano passa a experimentar uma espiritualidade libertadora¹¹⁵, que nasce da tradição bíblica.

A espiritualidade libertadora impele-nos a um amor público, orientado ao cumprimento da vontade do Deus “Todo Poderoso”, expresso no cuidado, na atenção e na sensibilidade frente ao sofrimento da humanidade. Ademais, neste ponto de vista, é salutar recordar o segundo preceito máximo de Jesus Cristo: “Amar

¹¹⁴ SANTOS, Andreia das Neves Santos; GUIMARÃES, Daniela Domingues. Espiritualidade, saúde e o cuidado de enfermagem. Vitória: Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, 2011. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem).**

¹¹⁵ NOVAIS, Lucimar Nascimento; FERNANDES, Marcio Luiz. Notas sobre os desafios da espiritualidade contemporânea: uma leitura a partir de Leonardo Boff. **Caderno Teológico da PUC- PR**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 40-57, 2015.

o próximo como a si mesmo” (Mt 22, 39).¹¹⁶ Esta deveria ser a base e o fundamento de todas as virtudes e crenças religiosas. No entanto, surge uma pergunta, aparentemente simples, mas essencial ao estabelecimento do amor, trata-se do seguinte questionamento: “Quem é o meu próximo?” (Lc 10, 25-29).¹¹⁷

A resposta a esta pergunta pode parecer óbvia e simples, mas, na lógica de Jesus, entender o significado desta indagação implica o seguimento de seus mandamentos e estar mergulhado nas causas do Reino. Para responder a esta pergunta é necessário encarnar as atitudes daquele servo chamado de o Bom Samaritano (Lc 10, 30-39).¹¹⁸ Contextualizando esta indagação na atualidade, Frei Beto nos ajuda a encontrar pistas para responder a este enigma.

O próximo é, em especial, aquele cuja carência – material, psíquica ou especial -, faz com que modifiquemos o nosso próprio caminho, alteremos a nossa rota, para dar-lhe atenção e dele cuidar. Foi o que fez o samaritano ao deparar-se com um desconhecido caído à beira da estrada.¹¹⁹

Além disso, verifica-se que, no Antigo Testamento, o próprio “Todo Poderoso” mostra-se e identifica-se com as classes das pessoas menos favorecidas, principalmente os sofredores, as viúvas, o estrangeiro, as prostitutas e os órfãos.

De modo geral, a indicação do “Mestre” é que se esteja ao lado destes seres humanos, considerados os pequeninos do Reino, que se tenham atitudes de cuidado e valorização para com os injustiçados e sofredores. Corroborando com este pensamento, o Novo Testamento apresenta um Cristo Salvador que continua o anúncio e a missão dos antigos profetas, cumprindo integralmente a vontade de Deus Pai. Entretanto, com Jesus, a opção preferencial é pelos doentes, pobres e pecadores. O filho de Deus sempre cultivou uma espiritualidade encarnada na vida de seu povo, isto fez com que “Ele” mergulhasse nas camadas mais profundas da sociedade do seu tempo - experimentando a dor do mundo -, para poder desempenhar a sua ação misericordiosa para com o seu povo sofrido e sedento de justiça, paz e vida plena.¹²⁰

Portanto, a espiritualidade é o critério fundamental para o desenvolvimento do cuidado humano; somente um ser espiritualizado é capaz de ver, sentir e

¹¹⁶ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2010, p. 1744.

¹¹⁷ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2010, p. 1808.

¹¹⁸ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2010, p. 1808.

¹¹⁹ BETO, Frei. **Fome de Deus**. São Paulo: Paralela, 2013. p. 38.

¹²⁰ BETO, 2013, p. 38.

experimental as injustiças e mazelas humanas e, ao mesmo tempo, se compadecer, ter empatia e se comprometer na busca de uma sociedade fraterna, que valorize e cuide dos pequenos e das pequenas do Reino.

3.2.4.2 O pobre e o grito dos oprimidos e das oprimidas

Em linhas gerais, o cristão que conserva sua espiritualidade centrada nos ensinamentos de Jesus e encarnada na sociedade não pode esquecer e tampouco esquivar-se do ensinamento: “Todas as vezes que fizestes isso a um dos meus irmãos menores, foi a mim que o fizestes” (Mt 25, 40).¹²¹

Estas palavras do irmão e Mestre Jesus Cristo levam a pensar que os menores e as menores do Reino são os sujeitos de toda a ação evangelizadora e do cuidado humano, haja vista que o agir humano e da Igreja se concretiza a partir da lógica da atenção e da opção prioritária pelos pequenos do Reino. Com isso, percebe-se que o pobre e o oprimido constituem o lugar onde a graça e o amor vão se desenvolvendo.

O pobre se torna assim um ‘lugar teológico’. Ele aparece no cenário bíblico-teológico não por romantismo ou demagogia, mas pela sua complexidade de sua situação que provoca no cristão indignação, ética e possibilita assim a experiência do encontro com Jesus.¹²²

A partir desse olhar, centrado nos pequenos e oprimidos, pequenas e oprimidas do Reino, é que o ser humano, pela sua espiritualidade, deve desenvolver atitudes de compaixão e cuidado, haja vista que o próprio Cristo se identifica com essas pessoas; sendo assim, é como se o indivíduo estivesse se compadecendo da dor de Jesus.

Fazer opção pelos pobres, lutar contra a pobreza e as mazelas é colocar-se no lugar destes seres humanos, encarnar sua vida, viver ao extremo, até que sua existência seja consumida e sua alma regresse ao paraíso. No entanto, percebe-se que uma parte da sociedade sofre com as desigualdades sociais, geradas por diversas situações, entre elas o capitalismo. A estrutura do sistema econômico e

¹²¹ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2010, p. 1750.

¹²² SANTOS, Gean Carlos. A profundidade da vida. Interfaces e aproximação da teologia com as ciências da vida em relação ao paradigma ecológico de Leonardo Boff. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. **Tese (Programa de Pós-Graduação em Teologia)**. p. 270.

político do país faz com que aumentem os casos de exclusão, pois a política gira em torno do capital e da exploração sem limites. Outro fator que merece destaque na conjuntura atual é o grande crescimento de religiosos a serviço da política partidária, sendo que alguns deles usam seus discursos conservadores para discriminar o povo com ideologias que ferem a integridade das pessoas em relação à raça, ao gênero, dentre outros. O preconceito é gerador da discriminação e da desigualdade, que excluem na medida em que negam uma ética de igualdade ou de reciprocidade.¹²³

Tais atitudes estão na contramão da proposta de Jesus e de sua espiritualidade para a humanidade; se agirmos assim, não estamos sendo cristãos e cristãs, e muito menos seres humanos, pois a essência da pessoa humana é “ amar uns aos outros”, não devemos ser gente que maltrata, gente que aborrece, gente que não sabe ser gente, como canta Lázaro dos Santos Jauperi¹²⁴, em sua música intitulada “Gente”.

Através da espiritualidade, o ser humano se sensibiliza com situações de morte, é como se tornasse presente e atual o rosto desfigurado de Cristo, clamando por socorro e cuidado. Dessa forma, percebe-se que a espiritualidade encarnada deve estar voltada para o cuidado humano. Para Fritjot Capra¹²⁵, a humanidade está interligada em uma grande teia, e, nesse contexto, faz-se necessário haver ordem e harmonia para que todos possam viver bem. Entretanto, percebe-se que a teia atual está em colapso devido à disputa por poder e satisfação pessoal; com isso, conclui-se que a humanidade perdeu sua espiritualidade, e não há como existir amor e compaixão; conseqüentemente, deixa-se de cuidar uns dos outros, uma das outras, deixa-se de cultivar a compaixão e a misericórdia.

3.3 A RELAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NA BUSCA DA TRANSCENDÊNCIA

Transcendência, em sentido pleno, deriva do verbo transcender, cuja tradução pode ser entendida como um movimento pelo qual a pessoa sai de si

¹²³ ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução, do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 22.

¹²⁴ JAUPERI, Lázaro dos Santos. **Gente**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/jauperi/1986825/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

¹²⁵ CAPRA, Fritjot. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 73.

mesmo e volta-se para o além.¹²⁶ Deste modo, verifica-se que a transcendência nada tem a ver com as religiões, embora o que se ouve é o contrário.

Segundo a literatura, a Transcendência existe desde as primeiras civilizações, do homem das cavernas ao ser humano atual, dotado de inteligência; assim, observa-se que, de tempos em tempos, a humanidade teve que transcender, ou seja, ir além do que a natureza, nos tempos antigos, disponibilizava para poder se firmar e evoluir. Conforme os frutos e animais iam se tornando escassos, os primatas tinham que transpor limites para poder sobreviver. Destarte, nota-se que a transcendência ganha outra significação, revelando-se como a capacidade basilar de superar os obstáculos e projetar-se para o além.

Neste cenário, a Bíblia está repleta de episódios de transcendência. Um exemplo claro é a dualidade de Adão e Eva; dois seres humanos que foram além de sua capacidade existencial, ao renunciarem ao paraíso e à imortalidade e lançarem-se ao desconhecido, experimentando, muitas vezes, o sentido da morte e do sofrimento.¹²⁷

Este caráter próprio de mudança profunda, de reordenamento existencial revela que somos “seres transcendentais”, estamos sempre abertos às mudanças; deixam-se extravasar por completo os pensamentos, sentimentos e emoções, fazendo com que sejamos transportados a outro universo, cuja localização é incerta, podendo fazer morada em outro ser, em objetos ou até mesmo no coração indelével do Criador. Com isso “rompe-se” tudo; ninguém ou nada nos aprisiona. A essência do ser humano está na liberdade. Então, a humanidade possui uma dimensão de abertura, de romper com as barreiras, de suportar interditos, ir além de todos os limites. É isso o que os teóricos chamam de transcendência. Sendo assim, a transcendência passa a ser uma atitude basilar e fundamental de todo ser humano.

Devido a esta capacidade de estar em constante mudança, o ser humano passa a buscar sempre um ideal para sua vida, e, neste contexto, o lado espiritual ajuda a encontrar um caminho a seguir, uma meta a alcançar, na medida em que permite ao ser humano estar sozinho com seus pensamentos e, através de suas convicções, projetar-se para o futuro. Nesta concepção, é como se

¹²⁶ SOUZA, Waldir. A espiritualidade como fonte do saber sistêmico em bioética. **Revista Pistis e Praxis, Teologia Pastoral**. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 91-121, jan/jun, 2003.

¹²⁷ SOUZA, 2003, p. 95.

transcendêssemos a posição atual em busca de outro plano e, a partir deste plano, construíssemos a vida e as relações sociais. Para Boff¹²⁸, a humanidade é constituída de “seres transcendentais”, que buscam sempre romper com suas barreiras existenciais.

Com base nisso, entende-se que o ser humano é um “projeto ilimitado”, puramente transcendental, que não pode ser definido. Pela transcendência, o sentido da existência é posto frente a frente com os ideais do coração, das relações sociais e do modo de se relacionar com os outros seres humanos, cuja síntese e gênese perpassam pelos sentimentos, emoções e valores. Neste caso, a transcendência cria uma situação de liberdade criativa, capaz de conferir outra ressignificação para a vida.

A Espiritualidade, portanto, pode ser uma aliada constante na busca pela transcendência, na medida em que serve como critério orientador do pensamento humano e abre uma conexão com um mundo que escapa ao nosso pensamento. Na ordem do Universo, existe o que alguns cientistas chamam de campo magnético, onde tudo está conectado e, para acessar este mundo, é necessário esvaziar-se de si mesmo, de seus conceitos lógicos e entrar em um estado contemplativo, de buscar dentro de si a porta de entrada para o plano superior, aquele que é alcançado somente pela transcendência.

Segundo Emanuel Kant¹²⁹, a transcendência implica em romper as leis universais e conectar-se pela vontade livre, em um plano superior, que escapa totalmente à realidade, e projetar-se para o campo das “ideias puras”, buscando compreender a essência e a existência do ser humano.

Em outras palavras, deve-se deixar mover pelo espírito que habita em cada um e uma de nós; e, nesta tarefa, a espiritualidade promove um encontro inter-relacional do Eu pensante com o Eu, enquanto espírito. Sendo assim, exercitar o lado espiritual é, antes de tudo, promover mudanças no âmbito das relações, sejam

¹²⁸ BOFF, Leonardo. **Tempo de transcendência**: o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 1994. p. 91.

¹²⁹ KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática**. Lisboa: Edições 70, 1994. p. 55.

elas sociais ou de pessoa para pessoa, eu comigo mesmo ou qualquer outro ser criado.¹³⁰

Em relação à busca pela transcendência, através da espiritualidade, Boff¹³¹ afirma que, dentro da ordem cósmica, existem lugares propícios para o exercício da transcendência: o primeiro é o enamoramento, cujo ponto máximo se fundamenta na experiência íntima de olhar para dentro de si e confortar-se com o Eu verdadeiro, de modo a entrar em êxtase e perceber que a sua vida está intimamente ligada ao outro; o segundo é a relação com o outro, expressa no sentimento do amor, de abandono de si para dentro de outra pessoa, vivendo experiência mística da intimidade, na qual o ser humano vai ao encontro do outro, numa espécie de gratidão suprema.

Portanto, afirma-se que todo indivíduo é desejoso por mudanças de vida, visto que o desejo por uma vida melhor é a base e a experiência imediata do agir humano e de sua espiritualidade centrada na harmonia e na paz. Porém, tal desejo indica que vivemos em um mundo finito e limitado, embora sendo o desejo infinito e ilimitado. Assim, para sermos fiéis às nossas capacidades de liberdade é preciso transcender a realidade corporal e mundana, buscando sempre a abertura às realidades infinitas e às relações fraternas com o outro e a outra.

3.4 A ESPIRITUALIDADE COMO UM SENTIDO PARA RENOVAÇÃO DA VIDA

É sabido que todas as tentativas de conceituação da espiritualidade, em sua grande maioria, acabam por contemplar o sentido da vida.¹³² Neste enfoque, a espiritualidade é entendida como um fator inerente ao agir e à existência humana¹³³, em que tais experiências, vividas a partir da óptica espiritual, “conduzem a pessoa a

¹³⁰ TORRES, Hideíde Aparecida Gomes de Brito; TORRES, Otávio Júlio. **Deus Conosco: espiritualidade no cotidiano**. São Bernardo do campo: EDITEO, 2009. p. 78.

¹³¹ BOFF, 1994, p. 180.

¹³² VOLCAN, Sandra Maria Alexandre et al. Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 440-450, 2003.

¹³³ VALE, João Edênio dos Reis. Religião e espiritualidade: um olhar psicológico. In: AMATUZZI, Mauro Martins. (Org.). **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 42.

uma mudança interior, acarretando integração pessoal¹³⁴, favorecendo o fortalecimento espiritual, redescobrimdo novas formas de viver.

Deste modo, a espiritualidade favorece um redescobrir-se íntimo e pessoal, no qual cada indivíduo, em seu interior, é capaz de encontrar respostas que conferem sentido a sua própria existência, ou seja, o ser humano se torna resiliente. O que nos parece indiscutível é que, através da espiritualidade, o ser humano consegue olhar para dentro de si mesmo, reconhecendo-se como pessoa humana, levando-o a um entendimento de sua existência transcendental no mundo.

Nessa linha de pensamento, percebe-se que coexistem várias temáticas acerca do sentido da vida, relacionadas com a gênese do ser humano e suas relações uns com os outros, conforme aponta o quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Temáticas centrais acerca da vida.

TEMÁTICA CENTRAL	PRESSUPOSTOS
Objetividade de vida	O sentido da vida é um objetivo que coexiste com sua personalidade e no seu tempo de existência.
Viver bem com o próximo	O agir humano em relação às outras pessoas, por vezes, se assemelham com crenças e valores ligados a alguma religião.

Fonte: Adaptado de Silva, 2015.

Nestas considerações, observa-se que o discurso acerca do sentido da vida, muitas vezes, está atrelado a uma busca incansável pela realização pessoal, no sentido estrito da existência no mundo.

Em sentido de redescoberta científica, a humanidade busca encontrar um ponto basilar do viver no mundo, e, na busca por solucionar esta questão, encontra-se o sentido da vida, na satisfação pessoal, implicando necessariamente no agir humano.

Em contrapartida, vislumbra-se, mesmo que com pouca intensidade, discursos que contemplam as relações sociais como base no existir humano na terra. Dessa forma, verifica-se que este é o fundamento do pensamento capaz de

¹³⁴ SILVA, Lorena Bandeira da. Percepção acerca o sentido da vida e espiritualidade e a partir do discurso do sujeito coletivo ateu. **Anais do V Congresso da ANPTECRE** – “Religião, direitos humanos e laicidade”, Curitiba, v. 5, 2015.

relacionar a espiritualidade e o sentido próprio da vida. Ademais, do ponto de vista teológico-bíblico:

A vida em sociedade constitui a busca da essência do sentido da vida, que, por vezes, pode relacionar-se com o conceito de valores adquiridos ao longo das experiências, em que o existir está intimamente ligado com as relações do homem com o mundo, com as outras pessoas e com a natureza.¹³⁵

Por outro lado, quando procuramos entender a vida, do ponto de vista da espiritualidade, observa-se que essa relação é uma dualidade, no sentido em que a vida pode ser expressa nas manifestações ou moções do espírito, ou ainda, no próprio agir humano, e a espiritualidade, por sua vez, é entender o agir humano a partir da lógica transcendental e existencial.

Uma visão equivocada do mundo que pode contrastar com a religião é de que a espiritualidade nega as afirmações científicas acerca da vida e de seus pressupostos existenciais, entretanto o que se percebe é justamente o contrário; o senso de espiritualidade ou uma vida espiritualizada serve de estímulo para fazer da existência humana uma dádiva ou até mesmo um milagre, fazendo da vida um canal pelo qual se propaga o amor, a confiança, o respeito e a convivência fraterna.¹³⁶

A espiritualidade ressignifica a vida, a partir do momento em que ela cria possibilidades de um encontro com a própria criatura e proporciona uma avaliação decisiva dos rumos que a existência está tomando. Em síntese, a espiritualidade proporciona uma renovação de vida, na medida em que leva o ser humano a uma transformação significativa da vida, dos seus conceitos equivocados ou falsos, dos preconceitos, valores que tentam reduzir o outro a um objeto descartável e a busca incessante por poder e riquezas, consideradas armas mortais do demônio.¹³⁷

A espiritualidade permite ao ser humano seguir o caminho da *via crucis* de Jesus e, junto com Ele, subir ao Gólgota para experimentar e viver todas as consequências dolorosas do amor e do serviço, compreendendo, assim, o verdadeiro sentido e renovação da vida, buscando sempre resistir a tudo aquilo que impede a chegada à Jerusalém Celeste, cume e ápice da vida terrena.

¹³⁵ SILVA, 2015, p. 107.

¹³⁶ PORTAL, Leda Lísia Franciosi. Espiritualidade: uma dimensão essencial na experiência significativa da vida. In: TEIXEIRA, E. F. B. et al. (Org.). **Espiritualidade e qualidade de vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 65.

¹³⁷ SOUSA, Rosália Beber. **Janelas para a vida**: espiritualidade para o cotidiano. Curitiba: Encontro, 1999. p. 65.

Renovar a vida, então, implica em mudança radical em abandono da condição de escravo e pecador, escrava e pecadora, a um servo e uma serva fiel e prudente, que cumpre o mandamento supremo do amor. Amar quer dizer doação e, principalmente, serviço aos mais pequeninos e as mais pequeninas, é inconcebível falar de amor e perdão se a vida está orientada ao poder, acúmulo de riquezas, à falta de cuidado para com os e as pobres, com os pequeninos, as pequeninas, doentes, idosos, idosas, marginalizados e marginalizadas.

Renovar a vida quer dizer, necessariamente, estar aberto e solícito aos apelos da sociedade, ao clamor por justiça e fraternidade; em um mundo dilacerado por discórdia, corrupção e situações de morte iminente, é necessário ser a voz profética que denuncia e, ao mesmo tempo, vai à luta por direitos humanos e condições de vida digna a todos e todas.

Neste percurso, o ser humano busca incessantemente um estilo de vida melhor e, nessa procura, muitas vezes vive uma vida desregrada e desenfreada devido a tantas tarefas que tem que dar conta, resultando em estresse e ansiedade originados pela pressa em querer resolver tudo. Dessa forma, situações adversas nos deixam tristes e desencantados; é nesse descompasso que a espiritualidade surge como um momento propício de encontro consigo mesmo, com este Eu completamente nu, desfigurado e sem ideal ou perspectiva de vida. Desenvolver a espiritualidade, nestas situações, é permitir que o Eu verdadeiro floresça e brote como um grito de socorro e irrompa numa nova vida, centrada no bem comum e na igualdade. Ser um indivíduo espiritualizado é estar aberto às transformações do Espírito Santo, que habita em nossa alma, suscitando nova criatura capaz de entender sua posição e objetivo de vida. Buscar uma renovação da vida é, portanto, estar aberto às moções que afloram o espírito humano na própria alma, é ser uma criatura que pratica a resiliência de maneira constante.

Nestas considerações, faz-se necessário entender o conceito de resiliência pelo lado da espiritualidade. Sendo assim, resiliência é o caminho natural de crescimento, superação e redescoberta da vida; em sentido bíblico-teológico é a dinâmica da cruz e ressurreição, na qual aquela “velha criatura”, totalmente centrada na obscuridade da vida, percorre por um caminho de conversão e faz prorromper uma “nova criatura”, renascida e mais fortalecida, para continuar o seu caminho, alinhado ao que é comum e bom para todos e todas, buscando sempre em seu agir,

ser ético, justo, lutando por direitos humanos capazes de satisfazer às necessidades de todos, instaurando aqui na terra um tempo de graça.¹³⁸

O indivíduo sempre procurou dar um sentido a sua vida e se aprofundar em sua existência. Um sintoma do nosso tempo é a frustração dessa necessidade de estar em constante renovação da vida, pois a falta de sentido da vida e o sofrimento humano evidenciam o vazio existencial que muitos e muitas experimentam.¹³⁹ Segundo a cuidadora da ACH, *“é notório quando as crianças se isolam umas das outras, não querem brincar ou conversar, por isso sabemos que elas estão se sentindo tristes e nem querem se alimentar”*. Tais situações, na maioria das vezes, levam à depressão e a uma vida vegetativa.

Portanto, a vida é como um caminho totalmente iluminado pela espiritualidade de cada pessoa; ademais, o ser humano, por natureza, é espiritual e, em algum momento, deixa transparecer esta parte essencial de sua vida. Entretanto, está faltando a cada indivíduo aprender e potencializar a sua espiritualidade, de modo a ser canalizada e servir como via de melhoramento existencial, favorecendo o desabrochar de uma sociedade justa, onde todos possam crescer em sintonia, sem exclusão, rivalidades e ódio.

Nessa compreensão, é salutar invocar o velho ditado popular: “Ninguém é uma ilha para viver isolado”, isto é, todo ser vivente tem seu sentido único de existir, que só pode ser entendido a partir de uma vivência na coletividade, que engloba o interior e exterior de cada indivíduo. Nessa perspectiva, Ken Wilber¹⁴⁰ chama a atenção para a necessidade de integração das dimensões do Eu, do nós e do isto, que é expresso através do que é belo, bom e verdadeiro, ou seja, a constituição verdadeira do sentido da vida, que só pode ser entendido através de uma espiritualidade encarnada no cotidiano de cada ser humano.

¹³⁸ ROCCA, Susana M. Resiliência: uma perspectiva de esperança na superação das adversidades. In: HOCH, Lothar Carlos; ROCCA, Susana M. (Org.). **Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações do cuidado**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007. p. 89.

¹³⁹ SILVA, João Bernardino; SILVA, Lorena Bandeira da. Relações entre religião, espiritualidade e sentido da vida. **Revista Logos & Existência: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 203-215, 2014.

¹⁴⁰ WILBER, Ken. **Psicologia integral: Consciência, espírito, psicologia, terapia**. São Paulo: Cultrix, 2002. p. 26.

3.5 PERSPECTIVAS DE VENCER O PRECONCEITO E A EXCLUSÃO A PARTIR DA ESPIRITUALIDADE

Quando se fala em preconceito e exclusão, logo vem ao pensamento aquelas pessoas pobres e/ou com deficiências diversas. No entanto, preconceito e exclusão dizem respeito a um conjunto de ideias, valores e ações humanas muito complexas. Assim, em um contexto amplo, surgiu na América do Sul um movimento religioso, eminentemente católico, que trata da questão dos excluídos e do preconceito para com os seres humanos: a Teologia da Libertação (TL).

Em linhas gerais, a Teologia da Libertação tem como ponto basilar o seguimento de Jesus e as Sagradas Escrituras. A missão deste movimento sempre foi a de repudiar o “falso ídolo cristão”, que justificava a prática da violência, das injustiças socioeconômicas, de gênero, etc. A TL, então, procura alertar a sociedade sobre os graves mecanismos de exclusão e preconceitos que assolam a vida de muitas pessoas, principalmente os pobres e marginalizados. Este neo-movimento procura demonstrar, na prática, que a espiritualidade encarnada e vivida na sociedade, principalmente nas camadas periféricas, é uma das “armas” para se vencer o preconceito e a exclusão social.¹⁴¹

Através da espiritualidade, o ser humano cultiva em sua vida a compaixão, mas não aquela compaixão enquanto sentimentalismo, e sim mazelas e preconceitos, ao ponto de descobrir, pela sabedoria, as causas únicas da opressão, do preconceito e da exclusão, buscando, ao mesmo tempo, vencer todas essas situações de morte presentes na sociedade.

A compaixão, por outro lado, vivida e sentida pelo viés da espiritualidade, leva o indivíduo a desenvolver a experiência do amor ao próximo. Nessa linha de pensamento, amar um ao outro, uma a outra, quer dizer não tratar o irmão e a irmã com arrogância, prepotência, tampouco agir como juiz nefasto, achando-se melhor do que o outro e a outra.

Amar o próximo é ser humilde, isto é, ter os pés no chão e não se considerar nem mais nem menos do que o outro. O amor apoia-se em dois pilares: respeito e justiça. Para consigo, os outros, a natureza e Deus.¹⁴²

¹⁴¹ SOBRINO, Jon. **Espiritualidade da libertação**: estrutura e conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 17.

¹⁴² BETO, 2013, p. 12.

Ouvimos ou lemos várias vezes à expressão: “Deus é amor”, ou seja, Deus, por meio de seu Filho Unigênito, encarnou-se na história da humanidade, tornou-se um escravo, fixou sua tenda no meio da humanidade, principalmente entre os e as pobres, excluídos e excluídas.¹⁴³

Desse ponto de vista, através da espiritualidade, a pessoa consegue entender que as relações humanas e a existência não podem ser povoadas de preconceitos e exclusão, pois a lei divina, na sua essência, compreende o real sentido do amor e da felicidade, livre de abstrações e fantasias. Há pessoas que se dizem espiritualizadas, mas não cultivam de fato uma espiritualidade, ou seja, são cobertas de preconceitos, ao emitirem ideias e opiniões que demonstram a falta de preparo espiritual. A prática da espiritualidade, vivida em seu interior, tem um diferente significado; “na medida em que o ser “cresce” em espiritualidade, o sentimento do amor também cresce, sobrepujando os instintos que visam meramente à satisfação dos prazeres materiais de nossos sentidos físicos”.¹⁴⁴ Desse modo, devemos estar bem conscientes dessa diferença, ter o bom senso e o discernimento para compreender que temos que conviver em harmonia com os nossos semelhantes e com outras pessoas, sem fazer pré-julgamentos que ferem a dignidade humana. Enquanto não lapidarmos este sentimento espiritual, ao máximo, não estaremos preparados para prosseguir nossa evolução em planos superiores, nos quais o sentimento de amor, fraternidade e solidariedade se entrelaçam como se fossem um só.¹⁴⁵ É preciso viver profundamente o valor da espiritualidade sem utilizar a falsa profecia que desrespeita a identidade de cada ser com preconceitos e julgamentos inconsistentes.

Para vencer a exclusão e o preconceito, faz-se necessário viver o que Jesus anunciara nas bem-aventuranças (Mt 5, 1-16).¹⁴⁶ Estas indicações, muito mais do que transmitir uma mensagem de Cristo, refletem exigências absolutas para a vida em sociedade, influenciando principalmente a economia e a política. Dessa maneira,

¹⁴³ ALMEIDA JUNIOR, Silvio Luiz Wolitz de. *Holismo e espiritualidade cristã*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002. **Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Teologia)**. p. 39.

¹⁴⁴ CARUSO, Samel. **Reflexões sobre os sentimentos**. 4 ed., Rio de Janeiro: Centro Redentor, 2005. p. 64. Disponível em: <<https://carusosamel.webnode.com.br/news/livro-reflex%C3%B5es-sobre-os-sentimentos-caruso-samel/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹⁴⁵ CARUSO, Samel. **Reflexões sobre os sentimentos**. 4 ed., Rio de Janeiro: Centro Redentor, 2005. p. 66. Disponível em: <<https://carusosamel.webnode.com.br/news/livro-reflex%C3%B5es-sobre-os-sentimentos-caruso-samel/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

¹⁴⁶ BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2010, p. 1710-1711.

a espiritualidade cristã, vivida a partir das bem-aventuranças, ilumina e motiva cada ser humano a denunciar todo o tipo de preconceito e exclusão capaz de inviabilizar o alcance dos ideais e impedir a realização da vida plena. Esta reflexão, acerca da motivação da espiritualidade, abre uma esperança para que se possam criar perspectivas no combate à exclusão e ao preconceito.

Em linhas gerais, os excluídos e discriminados são: a mãe solteira, que busca criar seus filhos ou suas filhas em meio ao pranto e à falta de solidariedade e incompreensão; crianças - meninos e meninas -, que não têm sequer um lar, pai ou mãe, uma família; aquele ou aquela que, por algum motivo, errou na vida e não teve acolhida frente ao arrependimento de seus erros e mudanças dos antigos hábitos; os idosos e as idosas, que não encontram acolhida e os cuidados necessários de seus familiares e ainda são taxados de inúteis pela sociedade; as pessoas com deficiência, que possuem limitações na vida; o desempregado, o negro, o drogado, a prostituta, etc. Enfim, este é o retrato da exclusão e do preconceito praticados diariamente.

Na realidade, o que estas pessoas necessitam é de acolhida e compreensão, gestos que qualquer pessoa pode oferecer. No entanto, para oferecer estes sentimentos e ajuda, é necessário vivê-los e cultivá-los profundamente em sua vida, e, alcança-se isto através de uma espiritualidade centrada nas relações sociais e na amizade com o Criador.

Em sentido pleno, a espiritualidade pode despertar na pessoa um olhar diferenciado para o outro, perceber que todos são imagem e semelhança de Deus, portanto não deve haver discriminação ou exclusão de nenhuma forma; sendo seres espiritualizados, nossa tarefa é garantir harmonia entre todos na sociedade.

Se a sociedade ainda não aprendeu a cultivar a espiritualidade centrada nas relações sociais, é preciso então ensinar. Faz-se necessário, assim, instaurar uma educação que desperte a consciência para entender e lidar com as fraquezas e deficiências do outro e da outra, é preciso ensinar desde cedo o valor da cooperação, da solidariedade, igualdade e aceitação do diferente e ensinar a cultivar

atitudes espiritualistas¹⁴⁷, que busquem as coisas do alto, que favoreçam a existência do céu, aqui na terra.

3.5.1 O preconceito e a exclusão nas Sagradas Escrituras

As Sagradas Escrituras, por várias vezes, nos ajudam a entender como o preconceito e a exclusão são tratados. No tempo de Jesus, havia duas classes de pessoas: os publicanos e os pecadores. Os primeiros detinham o poder e o prestígio, já os segundos eram escravizados, maltratados e discriminados.

As relações sociais, neste tempo, eram bem definidas, segundo a posição social e posses - riquezas -, acumuladas ou adquiridas. Nesta dinâmica, percebe-se que a distribuição de renda é desigual; sendo assim, sempre vão existir pobres e ricos, é a exclusão sendo imposta na sociedade.

Há séculos atrás os pecadores eram assim discriminados e as pecadoras eram assim discriminadas porque, segundo os publicanos, já nasceram rejeitados e rejeitadas por Deus, portanto não deveriam fazer parte da sociedade tampouco tomar as decisões do que é “bom” para todos e todas. Na verdade, quando Jesus veio habitar a terra, em suas palavras e ações, demonstrou que veio, justamente, acolher os pecadores e pequeninos do Reino.

Com sua vida, Jesus mostrou que é preciso acolher a todos e todas, cuidando para que a sociedade seja justa e pacífica. Quantas vezes as páginas dos Evangelhos mostraram a forma como o Mestre tratava as pessoas, haja vista que Ele conhece o coração de cada um. Desse modo, podemos notar, por exemplo, o evento de quando trouxeram a adúltera para ser “julgada” por Jesus. Ele estava sentado, na areia, escrevendo, com uma pequena varinha, os publicanos e fariseus, considerados “doutores da lei”, logo argumentaram porque aquela mulher deveria morrer apedrejada, ou seja, eles davam importância mais para o que a lei dizia e não para as relações sociais. Os olhos e a mente dos privilegiados do tempo de Jesus se esqueceram da possibilidade de que cada pessoa, independentemente do erro, pode se reconciliar e, assim, voltar ao convívio social. Esta possibilidade foi mostrada por Jesus, quando falou à multidão, que estava esperando a condenação

¹⁴⁷ GODOY, Hermínia Prado. Propostas de uma educação para a espiritualidade. **Revista Interdisciplinaridade**, São Paulo. v. 1, n. 2, p. 72-83, 2012. p. 72.

daquela mulher: “se alguém não tiver pecado, que atire a primeira pedra”. A princípio, esta afirmação pareceu simples, entretanto provocou uma reflexão profunda em todas as pessoas ali presentes. Com isso, cada um pôde olhar para dentro de si e descobrir que todos e todas, sem exceção, são pecadores e pecadoras.

A espiritualidade proposta nas Sagradas Escrituras é aquela voltada para a relação das pessoas com Deus, consigo e com o próximo e a próxima, na qual se estabelecem padrões de reciprocidade e cuidado entre ambos. Estas são as primeiras indicações ou perspectivas de se vencer o preconceito e a exclusão: do ponto de vista e da lógica de Jesus, todos são iguais, somos criados à “imagem e semelhança do Pai”.

Com os e as pobres, marginalizados e marginalizadas, Jesus se mostrou irmão, Ele mesmo se sentia abandonado e rejeitado por não ser compreendido e aceito devido ao seu modo radical e a sua proposta de vida para todos e todas; assim sendo, deixar-se envolver pela situação do outro é fundamental para uma aproximação e mudança da situação do próximo. Nessa perspectiva, a espiritualidade surge como um elo entre as pessoas, demonstrando que todos são essenciais para a sociedade, que ninguém deve ser excluído e excluída, já que a teia da vida implica uma harmonia entre os indivíduos e a natureza.

Nessa ótica, a espiritualidade ajuda a humanidade a entender e assumir a postura de bondade em todos os relacionamentos, buscando, a todo momento, formas integradoras para a existência pessoal, coletiva e cósmica e, o mais importante, o esforço para a promoção de uma cultura de paz, revelada na tolerância e no respeito frente à diversidade, em todas as suas extensões: ética, de gênero, sexual, religiosa, dentre outras, em busca de superar toda forma de repressão e o conformismo frente ao sofrimento humano e à discriminação excludente.¹⁴⁸

3.5.2 O valor da espiritualidade no cuidado das pessoas com deficiências

Em se tratando do cuidado com as pessoas, há uma preocupação maior quando falamos em crianças com deficiência. Elas necessitam de elementos para

¹⁴⁸ MURAD, 2007, p. 53.

vencer as dificuldades encontradas no seu dia a dia. Para isso, na tentativa de amenizar alguns problemas, principalmente vencer os traumas psicológicos, visíveis na realidade de muitas crianças, precisamos despertar algo que lhes traga a paz de espírito.

Esta consideração é relevante para o contexto da diversidade, em relação aos paradigmas da modernidade, nos quais as diferenças culturais, sociais, éticas, religiosas e de gênero têm sofrido com discursos preconceituosos e são bastante contestadas. Sabe-se que, no mundo, não há pessoas perfeitas, e a crítica constante gera infelicidade, mas, para os olhos de Deus, não existem imperfeições nos seres humanos. Em meio a isso, ainda existem aquelas pessoas que não conseguem cumprir o mandamento de amar o próximo como a si próprio, sendo resistentes e radicais em suas opiniões, o que traz consequências à vida na compreensão do outro com respeito e solidariedade.

Nesse âmbito, temos que reconhecer que as crianças que possuem deficiências têm mais uma barreira em sua vida, os problemas decorrentes da deficiência. Além disso, muitas são vítimas de negligência e abandono por parte da família. De acordo com a técnica de enfermagem, *“as crianças deficientes precisam de carinho e amor, pois sentem saudades de suas famílias”*. As histórias das crianças acolhidas na ACH são muito tristes, por isso, a equipe precisa trabalhar no resgate de conduta pessoal e social. Nesse sentido a criança com deficiência demanda um cuidado maior em todos os aspectos, sendo este com prática e intervenções que possam suprir um pouco mais a carência afetiva, emocional e psicológica. Enquanto estamos cuidando, mobilizamos sentimentos nossos e da pessoa a qual estamos assistindo como a força vital, a energia e alma.¹⁴⁹

Sem contar que muitas crianças ainda precisam enfrentar problemas internos resultantes de situações adversas, que geram, algumas vezes, dificuldades de ordem física e psicológica. Esses processos podem desencadear sentimento de vitimização, além de trazerem consequências como traumas e baixa autoestima.

¹⁴⁹ PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASEL, Antonia G. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 34, supl. 1, p. 136-145, 2007.

O trauma psicológico é resultante de uma situação experimentada, testemunhada ou confrontada pelo indivíduo, na qual houve ameaça à vida ou a integridade física e/ou psicológica de si próprio, ou de pessoas a ele ligadas.¹⁵⁰

De acordo com as reflexões até então referidas, faz-se necessário direcionar um olhar mais afetivo para as crianças que possuem deficiências, acolhidas pela ACH. Há, no entanto, problemas nessas crianças que precisam ser cuidados, elas precisam ser olhadas com carinho e atenção, visando-se ao resgate de sua dignidade.

Muitas das crianças acolhidas pela ACH apresentam distúrbios psicomotores, além de deficiência auditiva, visual, transtornos mentais. São patologias procedentes de maus-tratos e doenças adquiridas no decorrer da gravidez de mães vítimas da prostituição, álcool e drogas. Essas crianças são oriundas não só do Município de Santana/AP, mas das demais localidades vizinhas ao município e de ilhas do Pará. De acordo com a cuidadora da ACH tinha *“uma das crianças que nasceu com deficiência relatos diziam porque seu pai e mãe eram usuários de drogas e quando saíam deixavam a criança sozinha na casa, e ela também sofria maus-tratos e não dormia direito e se espantava com qualquer barulho e ficava com medo, ela só dormia direito quando uma das cuidadoras deitava com ela na cama”*.

Além das deficiências apresentadas, essas crianças necessitam de apoio e de algo que fortaleça sua alma para poderem superar a rejeição da família, o medo, o abandono e a exclusão da sociedade. É importante ainda reconhecer que os sofrimentos pelos quais essas crianças passam são decorrentes de perdas, e estas são um dos processos mais difíceis e desafiadores que existem. “O sofrimento é uma questão pessoal. Ele está ligado aos valores da pessoa e a situações circunstanciais que afetam o seu ser total”.¹⁵¹

A tentativa de encontrar uma forma de recuperar a autonomia perdida pelas crianças perpassa pela espiritualidade, na busca de mecanismos que possam permitir a capacidade de superação e de mudanças individuais. De acordo com

¹⁵⁰ PERES, Julio. **Trauma e superação**: o que a psicologia e a neurociência ensinam. São Paulo (SP): Roca, 2009. p. 12.

¹⁵¹ SELLI, Lucilda. Dor e sofrimento na tessitura da vida. In: PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian P. de. **Buscar sentido e plenitude de vida**: biótica, saúde e espiritualidade. São Paulo: Paulinas, Centro Universitário São Camilo, 2008. p. 119-124.

Robert Solomon¹⁵², “A espiritualidade pode nos estimular a tomar a vida e a própria existência do mundo como uma dádiva, até como milagre”. Nesta visão, a espiritualidade configura-se com um sentido mais amplo no qual o amor, a reverência e a confiança ganham destaque através da partilha, pela aceitação do outro e da aceitação de seus próprios limites. Nessa ótica, a professora de Ensino Religioso da escola, relatou o seguinte: *“Tenho dificuldades em ensinar temas como espiritualidade, devido ter crianças da ACH ser de religião católica, e isso não tem a ver com a doutrina da casa e eu também penso que talvez eles não entendam devido alguns possuírem deficiências, somente passo em minhas aulas assuntos com temas transversais”*.

De acordo com Giselda Isolde Waechter Streck¹⁵³,

O ensino religioso na escola pode ser um espaço privilegiado no qual alunos e alunas adolescentes têm a oportunidade de perguntar, de duvidar, de contestar, de aprender a se relacionar consigo mesmos, com os outros do seu meio social e com Deus.

Nesse prisma, focar o lugar da espiritualidade no cuidado é criar possibilidades diante das limitações de cada indivíduo com deficiência, isto representa um sentido e melhores condições de vida. O ser humano, quando passa por qualquer problema ou crise, tende a ficar desanimado, e muitos perdem o sentido de viver. Outros recorrem a Deus como forma de amenizar seus sofrimentos, por meio da espiritualidade, encontrando nele seu refúgio e forças que possam valorizar seus sentimentos.

É nesse cuidado, através da espiritualidade, que este estudo se detém no intuito de que as crianças com deficiência da ACH possam encontrar uma maneira de combater suas frustrações, seus medos. Este cuidado, através da espiritualidade, traz um elemento espontâneo, que é o diálogo com Deus, seja feito por meio de orações, meditações, etc.

O processo de cuidar pressupõe o movimento de aproximação do outro, ou, dito de outra forma, a transformação do outro em próximo. O cuidado é a pedra fundamental do respeito e do valor da dignidade humana, sobre o

¹⁵² SOLOMON, Robert C. **Espiritualidade para céticos**: paixão, verdade cósmica e racionalidade no século XXI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 49.

¹⁵³ STRECK, Giselda Isolde Waechter. Adolescentes e religiosidade: Aportes para o ensino religioso na escola. **Estudos Teológicos**, v. 46, n. 2, p. 60-73, 2006. p. 73. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4602_2006/et2006-2d_gstreck.pdf>. Acesso em :05 jul. 2019.

qual tudo mais deve ser construído. É no cuidado que mais expressamos nossa solidariedade aos outros, e é nisso que toda a relação terapêutica como tal deveria caracterizar, mas, de forma especial, no contexto crítico da morte humana.¹⁵⁴

Mostra-nos este autor que o cuidado deve fazer parte da natureza humana, como uma espécie de terapia, criando momentos de reconstrução e vínculos de afetividade com o outro e a outra. O amor em Deus transforma o nosso ser, permitindo profundas mudanças e faz com que possamos cuidar do outro com mais amor e compaixão. De acordo com Boff¹⁵⁵, “a espiritualidade vive da gratuidade, da capacidade de enternecimento e de compaixão. Ela quebra a relação de posse das coisas para restabelecer a comunhão com as mesmas, com o universo”. Analisando este trecho, podemos dizer que cuidado e espiritualidade caminham juntos e possuem um significado muito grande na busca pela harmonia na vida, constituindo atitudes solidárias, criando a capacidade de compartilhar e valorizar o ser humano, na promoção de valores éticos e morais para uma boa convivência no mundo.

Nesse contexto, observa-se que o cuidado e a espiritualidade devem estar presentes na vivência das crianças da ACH, não como crença, mas com o propósito de transformar não só as atitudes dessas crianças, mas também dos profissionais que cuidam das mesmas.

É preciso compreender o outro a partir de seus próprios valores e significados em sua vida. Em consonância, pensa-se que a espiritualidade revela a essência do ser e todas as suas potencialidades para transformar os encontros de cuidado e um caminho de crescimento para os envolvidos.¹⁵⁶

O cuidado e a espiritualidade produzem nas crianças energias positivas, apontando novos caminhos tanto para aquelas que precisam de cuidado quanto para aqueles e aquelas que cuidam, até mesmo nas relações entre os e as profissionais e com a família das crianças com deficiências. De fato, na busca pela compreensão da espiritualidade, em meio à diversidade de patologias e culturas das quais as crianças fazem parte, é necessário resgatar os valores e conhecimentos

¹⁵⁴ PESSINI, Leo. **Espiritualidade e arte de cuidar**. O sentido da fé para saúde. São Paulo: Paulinas, Centro Camilo, Loyola, 2004. p. 166.

¹⁵⁵ BOFF, Leonardo. **Espiritualidade, dimensão esquecida e necessária**. p. 126. Disponível em: <<http://www.cuidardoser.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

¹⁵⁶ DEZORZI, Luciana Winterkorn. Diálogos sobre espiritualidade no processo de cuidar de si do outro para a enfermagem em terapia intensiva. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Enfermagem. Porto Alegre - RS, 2006. p. 26.

para o bem-estar, agregando esperança, atitudes, comportamentos e ações em suas diferentes dimensões.

Feita essa abordagem sobre a espiritualidade, no capítulo 4, a seguir, o foco é a inclusão, tema pertinente aos propósitos desta pesquisa, por envolver crianças com deficiência.

4 DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

4.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INCLUSÃO

O termo inclusão tem sido amplamente utilizado para se referir à igualdade de oportunidades para as pessoas que, por alguma razão, vivem processos de exclusão. É o caso, por exemplo, das crianças da Associação Casa da Hospitalidade (ACH), contexto desta pesquisa. O foco das discussões aqui é direcionado para estas crianças.

De acordo com John Wilson¹⁵⁷, a utilização da palavra inclusão remete à ideia de fraternidade, direito de igualdade, direitos humanos e participação social, ou seja, de uma forma ampla, assegurar que, além de “estar presente” em determinados ambientes, a pessoa deve “fazer parte”. E quando se tem esse entendimento, pensa-se em todos e todas que, por alguma razão, estão sofrendo algum tipo de exclusão. Portanto, trazer a temática da inclusão para o centro das discussões é reconhecer os prejuízos ocasionados pela exclusão e referendar mudanças nas práticas e relações sociais para que haja participação equitativa de todos e todas na sociedade, garantindo-se condições adequadas para essa participação. Bem verdade que essa prática deveria ocorrer naturalmente, mas não ocorre. Então, questiona-se: qual a origem desse processo de exclusão, de separação e segregação social, no qual algumas pessoas são privilegiadas em detrimento de outras?

Essa é uma realidade ainda presente na sociedade, que reflete diretamente em todas as instituições sociais, dentre as quais a escola. Apesar de ser um espaço de desenvolvimento e aprendizagem, a escola não se mostra preparada para lidar com as diferenças e/ou outras situações que fujam dos padrões de normalidade definidos socialmente. E, mesmo com um discurso de instituição inclusiva, não se mostra preparada pra ultrapassar o modelo de educação tradicional e romper com as formas de estratificação. Conforme Mantoan:

¹⁵⁷ WILSON, John. Doing justice to inclusion. *European journal of special needs education*, v. 15, n. 3, p. 297-304, 2000.

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela.¹⁵⁸

Em uma análise mais ampla, a sociedade, ao longo de sua história, adotou padrões de normalidade, que servem de parâmetros para as aparências físicas e para os comportamentos. Ficar fora desse padrão tem sido um dos motivos da exclusão, e a pessoa vista como “desviante” acaba sendo responsabilizada por suas dificuldades e limitações, ficando à mercê de favores, quando, na verdade, deveria ser exercício de direitos.

Voltando-se para o campo educacional, para melhor entender a origem histórica da exclusão, faz-se necessário retomar a história da educação ocidental. Júlio Romero Ferreira¹⁵⁹ faz uma explanação sobre a razão da não-inclusão, atribuindo ao modelo uniforme adotado pela educação básica que estabelecia padrões universais de posturas, aprendizagens e comportamentos, o fato de que as pessoas que, por alguma limitação não se enquadrassem nesses padrões, não eram aceitas nos sistemas educacionais porque as escolas eram feitas para os considerados normais.

Nesse contexto, a prática de exclusão nos sistemas educacionais, além de reforçar a ideia de padrões socialmente aceitos, por muito tempo incentivou a negação do respeito e reconhecimento pelas diferenças, mais ainda, fortaleceu a construção de uma pedagogia fundamentada pela ideologia industrial, portanto individualizada, valorizando apenas as habilidades funcionais, que poderiam ser aproveitadas naquele modelo de sociedade vigente.¹⁶⁰ Acerca disto, vale mencionar o relato da cuidadora da ACH: *“Quando as crianças daqui da Associação Casa da Hospitalidade vão para escola, às vezes, algumas chegam chorando por terem sofrido discriminação; muitas vezes, pelos próprios professores que não as incluem*

¹⁵⁸ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? E como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. p. 13.

¹⁵⁹ FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença**: A educação do portador de deficiência. Piracicaba: Unimep, 1993. p. 19-20.

¹⁶⁰ FERREIRA, 1993, p. 18.

nas atividades porque elas não vão aprender, além de serem tachadas de “doidas”, pelos colegas, por terem deficiências”.

Por este relato, percebe-se que muitos professores e professoras ainda não estão preparados e preparadas para lidar com as crianças com deficiências. Nesse sentido, a escola precisa se adequar e promover a seus e suas profissionais práticas de educação continuada para garantir os direitos das crianças com deficiências aprovados em Lei. Segundo Maria Tereza Eglér Mantoan e Rosângela Prieto Gavioli¹⁶¹, uma escola que queira se constituir como modelo de educação inclusiva tem de se comprometer com a melhoria da qualidade de ensino, a integridade das relações interpessoais, a oferta de adequadas condições de aprendizagem para todos os alunos e todas as alunas e o reconhecimento de que as limitações e diferenças dos alunos e das alunas especiais devem ser tratadas como um desafio para a construção de uma prática pedagógica competente e comprometida.

A prática da exclusão foi se perpetuando, assim como, as atitudes preconceituosas e discriminatórias às pessoas com perfil de deficiência foram se estabelecendo de forma natural. Em contrapartida, a inclusão acontece por meio de um processo interativo em que sociedade e alunos, alunas com deficiência se reconhecem, adaptam-se e desenvolvem-se, estabelecendo novos pactos fundamentados no direito de cidadania plena para todos e todas.¹⁶²

Mudar essa realidade não foi e não é fácil, uma luta histórica foi travada para o reconhecimento dos direitos de igualdade a todos e todas, assim como, para reconhecer as diferenças como fator de ponderação para oportunizar condições equitativas. Somente a partir desse reconhecimento é que surgiram políticas públicas voltadas para a inclusão.

Inclusão é, portanto, assegurar que todas as pessoas, indiscriminadamente, possam usufruir dos direitos e benefícios sociais previstos em lei, através das condições e adaptações definidas pelo poder público e colocadas em prática na

¹⁶¹ MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. In: ARANTES, Valéria A. (Org.). **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Ed. Summus, 2006. p. 35

¹⁶² BRANDENBURG, Laude Erandi; LÜCKMEIER Cristina. **A História da Inclusão X Exclusão Social na Perspectiva na Educação Inclusiva**. 2014. Disponível em: <<http://www.anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/download/1991/149>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

sociedade, de modo que todos e todas se encontrem em posições equivalentes e equitativas no que se refere aos bens e benefícios.

Incluir, além de assegurar o direito de participação social, é reparar os danos causados pelo percurso histórico e social que promoveu a exclusão. Relacionado a isso, a coordenadora da ACH relatou: *“Nós incluimos todas as crianças que possuem deficiência em todas as programações da casa, somente aquelas que estão em processo vegetativo ou muito doentes não participam, mas, na escola, quando elas vão, os professores não fazem, e muitas delas não querem mais ir para a escola”*.

Cabe destacar, de acordo com este relato, que a criança que possui deficiência quer se sentir incluída em todas as atividades escolares, mas, quando são excluídas, sentem-se rejeitadas, ao ponto de querer abandonar a escola. Desse modo, a escola precisa se preparar e se fortalecer com ações participativas para todas as crianças, de forma igualitária; o papel da escola, do e da docente e de toda a equipe pedagógica é promover atividades significativas que permitam a participação efetiva de todos e todas, sem distinções, para que nenhuma criança se sinta desprestigiada. Segundo Carlos Roberto Jamil Cury¹⁶³, a inclusão não significa apenas permitir que o aluno e a aluna especial adentre em uma escola, mas, principalmente, garantir que lhe sejam dadas condições de aprendizagem, desenvolvimento social, cognitivo e afetivo, por ele e ela serem sujeitos de direitos e cidadão, cidadã.

A grande dificuldade na atualidade é que, apesar de todo esse movimento em prol da inclusão, a escola ainda não aprendeu a incluir. Um exemplo disso está no relato da cuidadora da ACH: *“Quando tem atividade na escola, como festinhas, tem escola que as vezes que não coloca nossas crianças para fazer nenhum tipo de apresentação; quando vou até lá saber o porquê, as professoras dizem que as crianças não conseguem decorar para apresentar”*.

Na fala da cuidadora, observa-se sua preocupação com a participação das crianças da instituição nos eventos escolares. No entanto, nota-se que há escolas que não conseguem realizar atividades das quais as crianças com deficiência possam participar ativamente, resultando na exclusão e, conseqüentemente, em

¹⁶³ CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à diferença: um reconhecimento legal. **Educação em revista**. Belo Horizonte, n. 15, 1999. p. 13.

problemas de aprendizagem. Dessa forma, os resultados escolares, quando negativos, são atribuídos à incapacidade da criança de aprender, essa é a justificativa comum; e pouco se questiona a incapacidade da escola em ensinar. Sobre essa questão, Mantoan alerta:

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas - sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim.¹⁶⁴

Do ponto de vista educacional, a inclusão propõe-se a assegurar acesso e permanência nos espaços escolares às crianças com deficiência; além disso, contribuir para o alcance de uma educação de qualidade, que garanta o desenvolvimento integral da criança e sua aprendizagem, mas isso requer uma boa atuação da escola, do contrário, a criança com deficiência será colocada na escola, mas não incluída. A coordenadora da ACH, em sua entrevista, expôs: *“A escola está longe de vencer os desafios da exclusão, pois as crianças da ACH sofrem isso diariamente, quando seus direitos não são respeitados em relação às atividades propostas pela escola”*.

De certa maneira, o relato da entrevistada aponta para a necessidade de uma ação reflexiva. Parece que a escola só se preocupa em cumprir com seu papel formal, esquecendo-se de que o princípio da integração consiste na igualdade de direitos, privilégios e deveres, participação ativa e interação social em ambiente o menos restritivo possível, respeitando-se as diferenças individuais, com ênfase na aprendizagem.¹⁶⁵

A efetivação da aprendizagem está no fato de o e a profissional explorarem todas as possibilidades de recursos, descobrir os talentos de cada criança e desenvolver, de forma natural, metodologias que enriqueçam e agucem a curiosidade delas. Há sim deficiências e limitações, mas é preciso procurar meios de superá-las, pois não é restringindo o processo de ensino aprendizagem das crianças com deficiência que vamos desenvolver suas habilidades.

¹⁶⁴ MANTOAN, 2003, p. 18.

¹⁶⁵ SÁ, Elizabeth Dias de. **Educação Especial:** construindo de espaços de formação. Núcleo de Educação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (CAPE). Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/refeito.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

Observa-se, portanto, que a inclusão não é uma missão fácil. Para que seja uma realidade é necessário um conjunto de mudanças. Mantoan menciona os condicionantes que podem ajudar ou prejudicar a inclusão. Isso significa que, mesmo que seja uma tarefa difícil, havendo esforço conjunto é possível.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.¹⁶⁶

Nesse sentido, a inclusão escolar faz parte de um projeto educacional que deve gerir os sistemas educacionais, bem como, deve fazer parte de projetos pedagógicos escolares, envolvendo múltiplos aspectos que dão corpo à educação escolar, tais como: estrutura física, metodologias inclusivas, currículos adaptados, relações humanitárias, dentre outros.

Educação inclusiva implica uma transformação na estrutura física, organizacional, pedagógica e filosófica da escola. Para ser inclusiva, uma escola tem que ter acessibilidade (nos aspectos arquitetônicos, materiais e de comunicação), flexibilidade curricular, práticas pedagógicas diferenciadas de ensino e avaliação, e, principalmente, uma equipe de professores e gestores capacitados para lidar com a diversidade dos estilos de aprendizagem e demandas de seu aluno.¹⁶⁷

Observa-se que a escola, para ser inclusiva, não pode se fechar para as mudanças necessárias, assim como, deve ter a responsabilidade de assegurar que todos e todas, indiscriminadamente, tenham acesso à aprendizagem. As exigências formais para torná-la inclusiva requerem medidas planejadas que envolvem a organização dos espaços e novas práticas pedagógicas. A professora da ACH relata que *“os trabalhos das crianças, que vêm como dever de casa, são totalmente fora das condições que as crianças com deficiência conseguem fazer, a escola não faz nenhum tipo de adaptação curricular e não se importa se a criança é surda, cega ou deficiente mental, as atividades são iguais para as crianças ditas normais, não tem sequer um planejamento para as crianças com deficiência”*.

Essa declaração permite perceber o despreparo dos e das docentes na elaboração de atividades adaptadas para as crianças com deficiências. Não há

¹⁶⁶ MANTOAN, 2003, p. 32.

¹⁶⁷ PLETSCHE, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar:** diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Editora NAU. Rio de Janeiro. 2014. p. 15.

adequação dos conteúdos às especificidades de cada criança. Diante do exposto, Valderice Cecilia Limberger Rippel & Aline Maira da Silva¹⁶⁸ esclarecem que a escola tem um compromisso primordial e insubstituível: incluir a criança no mundo social, cultural e científico; e isto é direito incondicional de todo o ser humano, independentemente de padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade ou pré-requisitos impostos pela escola.

Desse modo, a escola precisa se orientar por um roteiro de ações que dê conta de encaminhar ações adaptativas para torná-la, de fato, inclusiva. Entre as ações consideradas necessárias, a cada início de ano letivo, para a operacionalização do fazer educacional, estão: (I) mapeamento do quadro de crianças com deficiências; (II) levantamento das principais dificuldades pedagógicas e limitações advindas das deficiências; (III) verificação no quadro docente dos e das profissionais que possuem habilidades e formação para atender as necessidades dos alunos e das alunas com deficiência; (IV) solicitação junto às entidades mantenedoras da escola (geralmente Secretarias de Educação) de profissionais (cuidadores, cuidadoras e professores, professoras), em caso de necessidade.

As recomendações voltadas para uma educação inclusiva já se constituem base de teorias que fundamentam a inclusão e, vão além, extrapolam o âmbito conceitual para orientar ações e procedimentos didático-metodológicos; tais recomendações encontram-se previstas nos principais instrumentos que compõem as legislações educacionais vigentes, voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência.

As principais proposições teóricas que delineiam as ações gerais voltadas para a inclusão escolar são: (I) adaptação dos espaços físicos, como colocação de rampas, corrimãos, piso tátil, textura, adaptação no tamanho das portas e entradas, dentre outras; (II) formação inicial e continuada voltada para a inclusão, através de um programa que envolva conhecimentos sobre os tipos de deficiência, desenvolvimento infantil, metodologias adaptadas aos diferentes tipos de deficiência, dentre outros; (III) adaptações curriculares e metodológicas que levem em conta as especificidades advindas das deficiências.

¹⁶⁸ RIPPEL, Valderice Cecilia Limberger; SILVA, Aline Maira da. Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Escola Regular. In: **1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia**. Unioeste: Cascavel, Paraná. 2003. p. 19.

A necessidade dessa reformulação deve-se ao contexto da diversidade que se apresenta nas escolas, especialmente nas que atendem crianças com deficiências. Elvira Souza Lima apresenta algumas considerações sobre diversidade:

A diversidade é norma da espécie humana: seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo. Seres humanos apresentam, ainda, diversidade biológica. Algumas dessas diversidades provocam impedimentos de natureza distinta no processo de desenvolvimento das pessoas (as comumente chamadas de “portadoras de necessidades especiais”). Como toda forma de diversidade é hoje recebida na escola, há a demanda óbvia, por um currículo que atenda a essa universalidade.¹⁶⁹

As legislações educacionais que se apoiam na realidade da diversidade definem o respeito à igualdade, à dignidade da pessoa humana, à participação e à cidadania, por essa razão são consideradas inclusivas. Registra-se, ainda, a existência de um conjunto de outras proposições legais que regulam os atendimentos específicos à pessoa com deficiência.

Esse conjunto de leis encontra fundamento em tratados internacionais dos quais o Brasil é coparticipante, o que lhe impõe a obrigatoriedade de criar e estabelecer políticas públicas educacionais que assegurem o cumprimento dessas legislações. Em se tratando de pessoas com deficiências, tais políticas devem contemplar seu acesso, sua participação, permanência, seu desenvolvimento e sua aprendizagem escolar, bem como, a definição de currículos, metodologias e procedimentos avaliativos adequados. Essas temáticas serão abordadas na próxima seção.

4.2 ASPECTOS GERAIS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Na atualidade, as políticas educacionais buscam enquadrar-se, cada vez mais, no modelo de educação inclusiva. Essa perspectiva inclusiva da educação, todavia, não surgiu de forma espontânea nem imediata às necessidades das crianças, considerando-se que registros de dificuldades enfrentadas por crianças com deficiência acompanham a historicidade do atendimento escolar.

¹⁶⁹ LIMA, Elvira Souza. Currículo e desenvolvimento humano. In: MOREIRA, Antônio Flávio; ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006. p. 17.

Ocorre que a escola, por não saber lidar com as dificuldades e limitações de alguns de seus alunos e algumas de suas alunas, acabava expulsando-os e expulsando-as ou limitando seu acesso. Todavia, o surgimento de discursos que defendem a igualdade de todos forçou um repensar nas legislações, levando a importantes alterações e adequações.

As mudanças nas leis foram impulsionadas por movimentos mundiais de ações que envolvem aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos e desencadeiam a possibilidade de oferecer condições metodológicas, pedagógicas e educacionais igualitárias de aprendizagem. Foi com esse propósito que as atuais políticas educacionais foram redesenhadas, no sentido de assegurar os direitos de aprendizagem, dentro do contexto das possibilidades e das limitações pertinentes às necessidades específicas advindas das deficiências.

A institucionalização da inclusão no Brasil iniciou com a assinatura de tratados internacionais sobre a garantia dos direitos humanos. Estes, por sua vez, desencadearam a obrigatoriedade da criação de leis e regulamentos que orientem e estabeleçam critérios que obrigam o cumprimento da reorganização dos espaços sociais e educacionais adaptados, adequados à livre participação de todas as pessoas, respeitando-se suas limitações impostas por alguma ou múltiplas deficiências. Esse compromisso impõe aos países participantes organização e planejamento de mudanças com o intuito de sanar todo e qualquer tipo de exclusão.

Dessa forma, os movimentos e eventos internacionais voltados para a garantia de direitos repercutiram na criação de novas leis e, por meio dessas novas legislações, foram traçadas novas dinâmicas de atendimento às pessoas com deficiência. Em relação ao atendimento educacional, houve adequações nas Políticas Educacionais para tornar o processo ensino-aprendizagem mais democrático, equitativo e aberto à participação para garantir a acessibilidade de direitos a todos e todas. A partir desses parâmetros, as Políticas Educacionais Inclusivas que regem a educação na atualidade foram construídas.

As Políticas Educacionais Inclusivas estão inseridas em contextos de mudanças constantes, que envolvem pensamentos, concepções, relacionamentos, reconhecimento de direitos, respeito à diversidade, dentre outros; sendo assim, são dinâmicas e processuais, evoluindo de acordo com a necessidade do momento histórico.

Não é possível fazer referência às políticas educacionais inclusivas sem citar a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, no que concerne aos princípios nela definidos, “I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”. Todos pautados pelo reconhecimento da igualdade.

No que concerne à educação, a Constituição define-a como um direito subjetivo, que deve ser assegurado a todos e todas. O artigo 205 refere-se à educação como direito de todos e todas, através da qual as pessoas devem desenvolver-se plenamente, estando prontas para exercer sua cidadania, bem como, preparadas para o trabalho.

Acrescenta-se o que dispõe o artigo 206, sobre igualdade de oportunidades a todos e todas, que menciona o acesso às escolas, assim como, condições adequadas de permanência. Essas orientações presentes na Constituição Federal são as premissas para toda e qualquer legislação subsequente, da mesma forma para as definições de políticas educacionais, para os diferentes contextos e realidades, impostas pelas particularidades de atendimento.

No que tange, especificamente, às pessoas com deficiências, vários movimentos internacionais influenciaram mudanças nas legislações brasileiras, que serviram de fundamento ao cumprimento dos parâmetros internacionais de atendimento educacional às pessoas com deficiência. Dentre esses movimentos, citam-se aqui a Conferência de Jomtien, em 1990, e a Conferência Mundial sobre Educação Especial: acesso e qualidade, ocorrida em Salamanca, em 1994.

A normatização do princípio da inclusão, em conjunto com o princípio da igualdade e do reconhecimento da diversidade, foram avanços importantes oriundos desses movimentos internacionais e contribuíram sobremaneira para o estabelecimento das atuais políticas educacionais destinadas às pessoas com deficiência. As mais importantes propostas de mudanças advieram das Conferências de Jomtien e da Conferência Mundial sobre Educação Especial, como mencionado anteriormente. E, pela especificidade das lutas, tiveram repercussão direta nas legislações educacionais brasileiras, que surgiram após esses eventos, visto que o Brasil foi um dos países que assinaram o pacto de cumprimento.

A partir da assinatura dos pactos internacionais, o Brasil comprometeu-se a, além de alterar seu conjunto de leis, assegurar políticas públicas educacionais que respeitem a dignidade da pessoa humana, incluindo os princípios de igualdade e de inclusão em respeito às pessoas com necessidades educacionais especiais. Dessa forma, toda e qualquer legislação criada a partir de então passou a ter a obrigatoriedade de garantir que a educação para todos fosse de qualidade, isso independentemente das condições, limitações e particularidades presentes nos diferentes tipos de deficiência.

Isso significa reconhecer que a sociedade é constituída por diversidades, extinguindo-se a ideia de ‘padrão de normalidade’, e que, portanto, ninguém deve ser privilegiado ou prejudicado em razão de suas limitações advindas de suas diferenças. Acrescenta-se que ser diferente não pode jamais ser motivo de exclusão. Sendo assim, a escola, numa perspectiva inclusiva, deve “[...] respeitar e valorizar todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é [a escola] a base da Sociedade para Todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica para garantir que os direitos de todos sejam respeitados”.¹⁷⁰

A partir desse entendimento, reconhece-se a pessoa com deficiência como um cidadão e uma cidadã que tem suas peculiaridades, em razão de suas características, mas que suas diferenças não podem ser motivo de negação de direitos. Nesse aspecto, faz-se necessário que as garantias destinadas à pessoa com deficiência sejam equivalentes as de qualquer outra pessoa.

Essa premissa baseia-se no que estabelece o art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: “Todos são iguais perante a lei [...]”.¹⁷¹ Esse artigo é orientador de várias legislações que definem tratamento e atendimento escolar e pedagógico às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Entender a igualdade de direitos também foi um caminho importante para o reconhecimento das especificidades e o conhecimento sobre as nuances advindas das características particulares, permitindo, assim, criar definições que excluem cargas de preconceito e discriminação impostas historicamente às pessoas com deficiência. Segundo a assistente social da ACH, “*a partir das leis que amparam as*

¹⁷⁰ GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver, 2006. p. 16. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

¹⁷¹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

crianças com deficiência, a ACH teve que se estruturar em todos os sentidos para abrigar essas crianças, pois constantemente somos vigiados pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e Juventude, aí tem que obedecer a todas as regras e ficar atentos com os profissionais que cuidam das mesmas”.

Neste relato fica evidente que todas as instituições que atendem a crianças com deficiência precisam respeitar às leis em defesa da igualdade de direitos relacionados à educação, proteção, cuidados assistenciais, dentre outros. Os programas contidos na legislação brasileira precisam ser colocados em prática e fiscalizados pelos órgãos competentes, ou seja, a escola precisa caminhar nesta mesma direção rompendo as barreiras que impedem a criança de crescer de forma integral. Reforçando essas considerações, Leny Magalhães Mrench¹⁷² esclarece que, no plano legal, a educação especial e inclusiva está ancorada em documentos internacionais e em diversas legislações brasileiras, que norteiam sobremaneira e asseguram os aspectos pedagógicos envolvidos no contexto educacional.

Cabe, então, fazer valer esses direitos, garantindo e aprimorando os espaços que atendem a crianças com deficiência, com recursos e profissionais capacitados e capacitadas, culminando com a construção de alternativas que garantam condições favoráveis a sua autonomia escolar e social para que se tornem cidadãos com direitos iguais.¹⁷³

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394, de 1996, (LDB 9394/96) já foi desenhada nos parâmetros internacionais no que concerne ao atendimento às pessoas com deficiência. Embora ainda não faça uso do termo inclusão, criou bases para que as práticas escolares se tornassem mais humanas e inclusivas. Por essa razão, a LDB 9394/93 também pode ser considerada um importante marco para a inclusão. Uma de suas orientações quanto ao atendimento educacional de alunos com deficiência é que este deve ser oferecido pelo poder público, na rede regular de ensino. Essa recomendação encontra-se presente no art. 4º, inciso III, da LDB 9394/1996, “atendimento educacional especializado gratuito

¹⁷² MRENCH, Leny Magalhães. (Universidade de São Paulo). **A educação especial no Brasil**. São Paulo: Sarvier, 2000. p. 22.

¹⁷³ MANTOAN, 2006, p. 40.

aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.¹⁷⁴

Os artigos 58, 59 e 60 da LDB (9394/1996) criam critérios para o atendimento educacional especializado, definindo-o como obrigatoriedade do Estado. O artigo 58 prevê que o atendimento educacional às pessoas com deficiência deve acompanhar todos os níveis e modalidades de ensino, iniciando na Educação Infantil e estendendo-se aos posteriores níveis de ensino.

No artigo 59 são apresentadas orientações pedagógicas que operacionalizam o atendimento educacional aos alunos e às alunas com deficiência:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.¹⁷⁵

Mesmo com a aprovação da LDB 9394/96, o termo “inclusão” ainda não estava em voga, todavia a lei era orientada pelo princípio da integração, defendendo o atendimento a todos os alunos e todas as alunas e estabelecendo critérios para adequar esse atendimento às suas especificidades, em função de sua deficiência, ou de suas altas habilidades. Era o prenúncio da inclusão.

O inciso I do artigo 59, da LDB, menciona “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades dos alunos com deficiências”; remete, portanto, de forma subtendida, à orientação pedagógica voltada para o desenvolvimento integral do aluno e da aluna. Isso significa que a escola precisa se organizar pedagogicamente para cumprir o seu

¹⁷⁴ BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

¹⁷⁵ BRASIL, 1996, p. 9.

papel que é escolarizar os alunos e as alunas, e isso só é possível se houver desenvolvimento integral e aprendizagem do aluno e da aluna.

Dessa forma, o atendimento educacional aos alunos e às alunas com deficiência deve acontecer durante toda a vida escolar, através de uma organização pedagógica específica e adaptada as suas peculiaridades. De acordo com a coordenadora da ACH, *“a instituição precisa de uma professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) que possa atender às crianças em suas tarefas de casa, na escolaridade e nos cursos que a casa oferta, mas, devido não ter como pagar este profissional, as crianças contam com a ajuda das cuidadoras para auxílio durante as atividades da escola, sendo que elas, muitas vezes, não conseguem ajudá-las por falta de conhecimentos das disciplinas”*.

Por este relato, não se pode negar que a maioria dos e das profissionais que assistem às crianças com deficiência na ACH não está preparada para esse tipo de atendimento, pois não possui formação adequada. De acordo Mantoan¹⁷⁶, a formação continuada deve ser um compromisso dos sistemas de ensino para que sejam aptos a implantar novas propostas e práticas capazes de responder às características individuais, evidenciando as crianças com deficiência. Nesse sentido, as instituições de acolhimento, como a ACH, também precisam de apoio dos órgãos governamentais para trazer profissionais especializados para o atendimento, a fim de dar um suporte adequado nas tarefas da casa e, principalmente, na comunicação e nos projetos sociais desenvolvidos. Maria Rosa Blanco afirma que *“a instituição tem que incluir, sustentar, acompanhar, apoiar, enriquecer e oferecer tudo o que esta pessoa necessita em sua singularidade para ter êxito no objetivo de integrar”*.¹⁷⁷

Complementando as orientações em relação ao atendimento de pessoas com deficiência, o artigo 60 da LDB 9394/96 apresenta os critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, destinadas ao atendimento educacional especial, no intuito de receberem apoio técnico e financeiro do poder público. Com essas observações concernentes à LDB 9394/96, é possível afirmar que sua base filosófica está amparada pelos movimentos e eventos internacionais que operacionalizaram as discussões sobre os direitos humanos, igualdade de

¹⁷⁶ MANTOAN, 2006, p. 57.

¹⁷⁷ BLANCO, Maria Rosa. Implicações educativas do aprendizado na diversidade. *Gestão em Rede* 38, **Edição Temática - Como realizar o ensino inclusivo**, 2002, p. 6-11.

participação, ampliando as discussões que levaram ao surgimento do princípio de inclusão como norteador do atendimento educacional e escolar.

Após a aprovação da LDB 9394/96, houve mais um importante evento internacional para tratar exclusivamente dos direitos das pessoas com deficiência, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ocorrida em Nova Iorque, em 2007, promovida pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). As amplas discussões foram fundamentadas pela Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, tendo como parâmetro os direitos humanos.

O propósito da presente Convenção é o de promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.¹⁷⁸

A Convenção teve o propósito preliminar de garantir que não houvesse nenhum impedimento de participação ativa dos cidadãos e das cidadãs na sociedade, em razão de limitações advindas de deficiências. E, para que o direito de participar fosse garantido, na mesma Convenção, discutiram-se as formas de organização da sociedade para assegurar o direito de participação.

Para normatizar as orientações da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Brasil, inicialmente cria-se o Decreto Legislativo nº. 186, em 2008, e, posteriormente, o Decreto 6949, em 2009. Este Decreto tem equivalência de Emenda Constitucional e apoia-se no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

No conjunto das normas legislativas que orientam o atendimento à pessoa com deficiência, recentemente foi aprovado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência. Ficou em tramitação por cerca de uma década e meia, transformando-se em Lei em 2015. O objetivo central desse Estatuto é formalizar os direitos que respondem à igualdade de todos, apregoados na Constituição Federal, no já citado artigo 5º.

¹⁷⁸ BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 4 Ed. Brasília: CORDE, 2012. p. 11.

De forma clara, o Estatuto da Pessoa com Deficiência trata a inclusão enquanto política pública. No que corresponde exclusivamente às deficiências, define a função de assegurar atendimento equitativo a todos e todas que, por alguma limitação, possam ser prejudicados e prejudicadas.

E quem são essas pessoas a que o Estatuto se refere? O art. 2º da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, da referida Lei da Inclusão da Pessoa com Deficiência, assim esclarece:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.¹⁷⁹

Todos os e todas as que se enquadram nesse perfil, caracterizado pelo artigo 2º da Lei da Inclusão, são considerados Pessoas com Deficiências. Para essas pessoas, cabe ao poder público criar um conjunto de estratégias, bem como, apresentar adequações e adaptações nos atendimentos socioeducacionais, de modo que suas limitações não os excluam do exercício pleno de seus direitos.

A base da política pública para as pessoas com deficiência centra-se em garantir a operacionalização dos direitos, uma vez que a própria Constituição Federal, de 1988, já apresenta um conjunto de direitos relativos à pessoa humana. Dessa forma, fundamenta-se pelo princípio da igualdade, a grande dificuldade que, somando-se à dívida social histórica às pessoas com deficiência, traduz-se em ações práticas em prol dos direitos humanos. Dentre essas ações, cabe às políticas públicas, criadas através de legislações específicas, focarem em cada aspecto que compõe a corporização dos direitos humanos.

A lei da inclusão, uma das mais recentes legislações educacionais voltadas para as pessoas com deficiência, deve orientar todas as políticas educacionais definidas pelo poder público. Além disso, o poder público também tem a responsabilidade de fiscalizar e atender às demandas de instituições escolares e de apoio, que não aceitam matricular crianças com deficiência, assim como, assegurar a permanência dessas crianças para que usufruam todos os seus direitos. É

¹⁷⁹ BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. p. 16. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 04 ago. 2015.

importante salientar que não é somente criar um espaço e adaptá-lo, mas, sobretudo, zelar pela qualidade do ambiente recebendo igualmente as crianças¹⁸⁰, com ou sem deficiência, sem nenhum prejuízo advindo de suas particularidades.

A referência que se faz à preparação e adaptação dos espaços escolares e educacionais, não exclui a necessidade de outras adaptações pedagógicas. Os novos espaços escolares por si só não resolvem a inclusão. Fazem-se necessárias também adaptações pedagógicas, que devem ser previstas nas políticas públicas educacionais definidas para o contexto inclusivo. A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambiente físico (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto do próprio portador de necessidades especiais.

Nessas adaptações pedagógicas incluem-se metodologias específicas que assegurem condições viáveis de aprendizagem, bem como, o desenvolvimento das habilidades consideradas pré-requisitos à efetivação da aprendizagem. Entretanto, é necessário que as equipes das instituições escolares reflitam sobre suas estratégias de ensino, considerando a especificidade de cada criança, discutam e avaliem sempre suas propostas por meio de capacitação profissional. A interação no planejamento, entre todos os funcionários e todas as funcionárias, torna-se essencial, quando a dinâmica das ações engloba as limitações, as diferenças, as competências e habilidades. Estes são fatores primordiais para que a educação seja democrática e igualmente qualitativa. Lev Semyonovich Vygotsky, citado por Rogéria Carneiro¹⁸¹, descreve, em linhas gerais, que o “ser humano cresce num ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao seu desenvolvimento”. Essas exigências requerem da escola uma nova estrutura, um novo conceito, em relação à formação do futuro cidadão e da futura cidadã.

Relacionado a essas considerações, vale mencionar o relato da coordenadora da ACH: “*Sempre a gente faz um esforço para fazer uma programação a cada 15 dias, aqui na ACH, com eles, como teatro, danças, dentre outras, e convidamos a comunidade para participar, e também levamos, por turma, para passearem no parque, cinema ou em shoppings, eles ficam muitos felizes*”.

¹⁸⁰ SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. p. 42.

¹⁸¹ CARNEIRO, Rogéria. Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997. p. 28.

Com isso, percebe-se que as crianças precisam de momentos de interação social, este processo ajuda no desenvolvimento delas porque estimula a autonomia. Sair um pouco da rotina da ACH ajuda a ter experiência e confiança e encoraja a viver e conviver com outras pessoas, “a interação entre pares é importante (...), porque confronta a criança com muitos outros pontos de vista e favorece a descentração, essencial ao desenvolvimento socio afetivo e social”.¹⁸²

Esses são alguns caminhos que as equipes que trabalham com crianças com deficiência podem tomar com o intuito de criar vínculos afetivos para a construção da aprendizagem, pautados pelo respeito, respeitando-se as diferenças.

4.3 A ÉTICA NO CUIDADO DOS E DAS PROFISSIONAIS QUE CUIDAM DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS

O atendimento educacional às crianças com deficiência perpassa por um campo de atuação bastante amplo envolvendo princípios e valores norteadores das ações educacionais e pedagógicas. Dentre esses, encontra-se o princípio da inclusão, e o valor ético presente neste, subjacente ou de forma explícita, norteia as práticas e relações ocorridas entre os envolvidos no contexto escolar.

Nesse âmbito, no atendimento ao aluno e à aluna com deficiência, a palavra ética exerce grande importância, tanto no sentido conceitual como no sentido prático. Esse atendimento deve privilegiar a inclusão. Para fomentar uma discussão consistente acerca desses dois temas, ética e inclusão, faz-se necessário compreender as definições de ambos para que, ao serem colocados no mesmo contexto (atendimento de crianças com deficiência), possam esclarecer as práticas e atitudes necessárias a esse atendimento.

O termo inclusão, já discutido neste estudo, refere-se à possibilidade de aperfeiçoamento das condições de atendimento à criança com deficiência, que lhe garantam condições viáveis para que sua aprendizagem se efetive de forma proporcional às suas potencialidades. Sobre esse aspecto, a freira da ACH declara que *“em relação às crianças com deficiência intelectual, ela não observa muito avanço pela deficiência ser grande; algumas com deficiência somente física, na*

¹⁸² FERNANDES, Ana Raquel dos Santos. O diário enquanto instrumento regulador da interação social e do desenvolvimento das competências sociais. (**Dissertação de mestrado**, documento policopiado). Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 2014.

medida do possível, porque elas têm uma fisioterapeuta aqui, mas outras só amadurecem um pouco". Em contrapartida, a fisioterapeuta relatou: "A gente conversa muito, entre nós profissionais, de como fazer para explicar melhor à gestão para que possam entender que nossas crianças melhoram a cada dia, que realmente é gradativo os avanços". Analisando esses depoimentos, entende-se que, preciso repensar em relação às crianças que possuem deficiência, refletir acerca de tais posicionamentos, construindo um novo olhar sobre o tempo de aprendizagem de cada criança. É necessário que se tome consciência de que a crianças avançam de acordo com suas limitações e não podem ser analisadas apenas pelo prisma de serem deficientes, pois isso pode gerar conflito de ideias junto à equipe.

A partir da ação reflexiva, que consiste na condição humana, os princípios de igualdade de oportunidades, tolerância, justiça, liberdade e confiança passam da reflexão à ação, eliminando preconceitos e discriminações que impedem a vida e a qualidade de tantas crianças e jovens em nossa sociedade. O exercício de critérios responsáveis está no centro da atividade profissional. É preciso acreditar no potencial das crianças com deficiência, através da dedicação, do trabalho e do respeito à equipe profissional.

Por conseguinte, quando se fala em ética, trata-se de uma forma genérica, uma análise do comportamento humano tendo como pressuposto o conceito de adequado e de inadequado, levando-se em conta a qualidade de vida não apenas do ponto de vista individual, mas coletivo. A partir de critérios estabelecidos socioculturalmente, ao longo da história, criaram-se limites em relação à dignidade e ao respeito à pessoa.¹⁸³

Nesse sentido, e por apresentar sentidos amplos, a ética encontra-se dividida em dois campos. O primeiro trata de questões gerais e fundamentais aplicáveis na sociedade, que são: consciência, valor, lei, dentre outras. O segundo se refere ao campo prático, que envolve a atuação das diferentes ramificações da sociedade, representando os segmentos sociais, como o profissional, o político, o sexual, dentre outros.

No que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência, os dois campos da ética estão envolvidos, tanto nas questões pedagógicas, que envolvem o

¹⁸³ VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos). p. 22.

ensinar e o aprender, como nas relações pessoais, que envolvem professor-aluno, professora-aluna, aluno-aluna, professor-professora, e demais integrantes que formam o corpo de funcionários e funcionárias da escola.

No caso da ACH, importante destacar que, como uma instituição que acolhe crianças com deficiências, a ética perpassa por questões referentes às leis que orientam a inclusão. Observou-se, nesse contexto, que a ACH possui em seu quadro de funcionários e funcionárias, pessoas que não têm nenhuma experiência para trabalhar com crianças especiais, principalmente as cuidadoras e a maioria de seus técnicos e suas técnicas. De acordo com o relato da cuidadora, *“já teve um caso em que uma funcionária recém-contratada saiu daqui correndo e não voltou mais, devido uma criança com deficiência mental ofendê-la com palavras, e ela não sabia como lidar com essas situações”*.

Tendo em vista este relato, é importante mencionar que a ACH precisa treinar seus e suas profissionais, orientá-los e orientá-las para trabalhar não somente com as crianças com desenvolvimento normal, mas também com as que possuem deficiências, para saber lidar com situações dessa natureza, utilizando linguagem acessível a cada idade e deficiência. A gestora, por sua vez, precisa ter critérios na constituição do quadro de funcionários e funcionárias, selecionando profissionais capacitados, capacitadas e responsáveis para cuidar de uma clientela que precisa de ajuda em vários aspectos.

Justificar a necessidade da formação dos profissionais, de acordo com os novos propósitos de atenção à diversidade e integração será o eixo fundamental em torno do qual girarão toda a mudança educacional esperada, principalmente se pensarmos que a formação dos profissionais da educação especial pode ser considerada um espaço de reformulação e reconstrução de todo o processo de mudança educacional.¹⁸⁴

Amplamente discutidas nos capítulos anteriores, as Políticas Educacionais Inclusivas garantem o direito de inclusão e participação em um mesmo contexto escolar. Essas são as premissas sob as quais todas as instituições que atendem a crianças com deficiências devem estar fundamentadas. Reconhece-se, ainda, que o papel do professor e da professora, dos e das demais profissionais que prestam atendimento às crianças com deficiência é fundamental nesse processo.

¹⁸⁴ FACION, Raimundo José. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ibpex, 2008. p. 169.

Em relação à ACH, não se pretende aqui responsabilizar os e as profissionais da instituição pela negação de direitos, mas contribuir no sentido de que a equipe gestora reflita sobre suas ações, buscando a compreensão de seu papel no contexto da inclusão, especialmente no que concerne à garantia de direitos, através de atitudes coerentes e das relações interpessoais.

Por outro lado, os e as profissionais que trabalham com crianças especiais precisam ser capazes de lidar com as diferenças, ser solidários e sensíveis às demandas desse público, acima de tudo. Existe uma rotina de atividades e regras a ser seguida na ACH, os e as profissionais que trabalham na instituição também têm muitas tarefas a cumprir, então sua participação e habilidades são decisivas para que as crianças avancem, assim como para que os próprios e as próprias profissionais desenvolvam suas atividades com êxito.

O e a profissional que cuidam das crianças com carinho e amor é um verdadeiro herói e uma verdadeira heroína aos olhos dessa criança, pois elas o e a têm como parte de sua família; exemplo disso são as crianças da ACH. Quando as crianças convivem com uma colaboradora que atua com práticas inclusivas e prima pelo bem estar delas, elas a veem como se fosse uma mãe e a tratam com muito carinho. Esse é um dos fatores de a equipe ser formada exclusivamente por mulheres.

Nesse contexto, é a equipe de colaboradores e colaboradoras (professores, professoras e equipe escolar, cuidadores, cuidadoras, monitores, monitoras, técnicos e técnicas da instituição) que coloca em prática os princípios norteadores da inclusão.¹⁸⁵ É através de suas práticas que os conceitos de igualdade, tolerância, respeito às diferenças, justiça, liberdade, equidade, dentre outros, saem do campo da reflexão e passam para a ação. Daí a importância da atuação desses e dessas profissionais para efetivar o compromisso ético da educação, representado no atendimento às crianças com deficiência.

Além disso, o professor e a professora, os e as profissionais que atendem às crianças com deficiência devem despir-se de todo e qualquer preconceito ou julgamento em relação a essas crianças. É necessário ter o cuidado para não deixar de fora elementos importantes no processo de formação, cumprindo com o papel da

¹⁸⁵ CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012. p. 18.

instituição, que é contribuir com o desenvolvimento integral da criança, garantir que o cuidado e a aprendizagem ocorram de forma satisfatória, em consonância com as potencialidades de cada uma. Vale ressaltar, no entanto, que esses cuidados referidos, como comprovam os relatos dos entrevistados, não se dão a contento na instituição pesquisada. Um exemplo é o relato da professora da ACH: “*As pessoas precisam acreditar que a criança com deficiência mental pode avançar e evoluir nos estudos, pois tem gente aqui que não acredita*”.

Refletindo sobre esse comentário, nota-se um pouco de sensibilização por parte de pessoas, em não concordar em parte que as crianças possam avançar na aprendizagem devido as suas limitações. Contudo, como já mostrado em outras seções deste estudo, as crianças que são motivadas com recursos adequados e por profissionais capacitados e capacitadas, avançam na aprendizagem. De acordo com estudos de Mantoan¹⁸⁶, “alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um”.

Por tudo isso, vê-se que um dos grandes desafios em relação à inclusão é a questão da sensibilização, pois muitos e muitas profissionais têm concepções equivocadas sobre a aprendizagem de crianças com deficiência, não acreditam que estas possam aprender. A instituição, por outro lado, precisa se organizar para atuar de maneira responsável a fim de integrar todas as crianças de forma igualitária, deixando de ser elitista para ensinar e acolher sem discriminação.

Segundo Álvaro Marchesi¹⁸⁷, os problemas de aprendizagem dos alunos e alunas são determinados, em grande medida, por seu ambiente familiar e social e pelas características da própria escola, ou seja, o despreparo reforça a falta de entendimento na condição das expectativas dos envolvidos no processo. Na mesma direção, Prieto esclarece que “[...] o objetivo na inclusão escolar é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem [...]”.¹⁸⁸

¹⁸⁶ MANTOAN, 2006, p. 38.

¹⁸⁷ MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação**. Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 20.

¹⁸⁸ PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educativas especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. p. 40.

Isso significa que antes de atuar no atendimento de pessoas com deficiência, a equipe de profissionais deve passar por um processo de formação e capacitação que coloque em discussão o papel do educador e da educadora e seus limites éticos, para entender seu campo de atuação. Nesse processo, o compromisso, por parte dos gestores, das gestoras e profissionais com a formação das crianças, cresce cada vez mais, sobretudo, na compreensão de que algumas das características destas os levarão a tomar medidas que extrapolam o exercício das atividades correlatas ao ensino e envolvem cuidados específicos. Isso significa que a ética profissional inicia com a reflexão e culmina com a prática, mas é a atuação de cada profissional que garantirá essa transição.

Essas condições estendem-se também aos e as profissionais que atuam na ACH, por receber crianças que, além da deficiência, estão doentes, precisando de um acompanhamento mais específico. Sobre esse aspecto, a técnica de enfermagem da ACH relatou: *“A maioria das crianças quando vem pra cá vem doente porque a deficiência não é uma doença, mas é um estado dela. A doença vem pelos maus tratos, porque as crianças com deficiência neurológicas e físicas têm comprometimento pulmonar e algumas delas não fazem deglutição, aí tem que alimentá-las através de sonda”*.

Na mesma direção, a fisioterapeuta expõe: *“Na verdade, na faculdade fomos preparados para trabalhar com determinadas técnicas, usando aparelhos da clínica e dos hospitais, aqui temos que dar conta de outras e colocarmos em prática, além de situações que não são de nossa especialidade, e isso está sendo um desafio, pois eu não tinha experiência prática, na maioria dos casos que tem aqui, mas tenho que dar meu jeito”*.

Neste caso, é possível perceber a dificuldade que a profissional tem em atender a criança sem ter experiência para tal. De acordo com Mary Sandra Carlotto¹⁸⁹, uma das dificuldades que o e a profissional enfrenta é o aumento de responsabilidades que lhe são exigidas, sem que, em muitas situações, tenham os meios e as condições necessárias para responder e atender adequadamente a cada tipo de procedimento.

¹⁸⁹ CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnot e satisfação no trabalho: Um estudo com professores universitários. In: BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. (Org.). **Burnot: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 42.

Via de regra, o papel dos e das profissionais é de cuidar, e esse papel traz implícita a responsabilidade para com a vida das crianças que estão sob sua tutela. Com isso, cabe ao e a profissional estabelecer condições saudáveis de aprendizagem às crianças de modo que possam interagir e agir adequadamente no seu contexto de formação, sem nenhum tipo de prejuízo, seja na área da saúde, de ordem intelectual, social, afetiva e/ou pedagógica.

Neste enfoque, a assistente social relatou: *“Quando eu entrei para trabalhar na ACH, tive muitas dificuldades, logo no começo, porque não tinha experiência pra nada, mas, aos poucos, fui fazendo as coisas direitinhas com a ajuda da coordenadora, pois a demanda de relatórios, decisões que tenho que tomar com as famílias, audiências e também pela quantidade de crianças e problemas dentro e fora da instituição pra só uma assistente social resolver tudo, mas não desisti do meu emprego e fui à luta”*. Neste caso, é possível perceber que a profissional sentiu um pouco de aflição ao se deparar com tantas responsabilidades ao longo de seu trabalho, mas a necessidade que tinha pelo emprego foi um dos desafios que a fizeram continuar. Conforme Mantoan¹⁹⁰, as grandes inovações estão, muitas vezes, na concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado para que possa ser compreendido por todos e todas e aceito sem outras resistências, daí podemos alcançar os objetivos que dão brilho e vigor ao debate das novidades.

O exercício da profissão, por si só, já impõe situações que exigem frequentes e importantes decisões, que colocam à prova posicionamentos éticos e morais. No atendimento a crianças com deficiência, essas situações ganham maiores proporções, visto que as particularidades e especificidades aumentam, o e a profissional precisam saber como se posicionar frente a essas particularidades.

A responsabilidade de fazer a aprendizagem acontecer, colocar em prática as orientações legais, assegurar a inclusão, muitas vezes, coloca o e a profissional frente a situações que exigem dele e dela uma tomada de posição. A decisão sobre que tipo de intervenção utilizar para determinadas situações exige dele e dela uma postura ética e bom senso de avaliação, para imediatamente decidir se aquela postura fará bem ou mal à criança, se os benefícios serão maiores que os prejuízos.

¹⁹⁰ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo. Memnon Edições Científicas, 1997. p. 42.

Isso naturalmente não é fácil, por essa razão que uma das características centrais do e da profissional que atuam com as crianças com deficiência deve ser o comprometimento ético.

O e a profissional será cobrado e cobrada, questionado, questionada e até julgado e julgada por muitas de suas atitudes, mas, se comprometido e comprometida eticamente com o que considera viável, terá com justificar suas atitudes, e deverá sempre pensar no bem, no melhor para o desenvolvimento integral da criança. Sobre isto, a professora e a fisioterapeuta da ACH apresentam a mesma ideia: *“Pensei em desistir de trabalhar aqui na ACH, pois gosto de dá sugestões, e discordar de alguns posicionamentos de como devemos trabalhar e usar o material que, às vezes, não é adequado às especificidades de cada criança, aí conversamos até que a gestão entenda as reais finalidades de cada atendimento, dessa forma nós vamos nos adequando”*. Isso significa saber ouvir/perceber as necessidades de cada criança. Paulo Freire, em entrevista concedida ao Programa “Salto para o Futuro/ TV Escola”, ao abordar sobre a Escola Cidadã, apresenta importantes contribuições sobre o posicionamento ético do educador e da educadora:

Então, o respeito à fala do outro e da outra implica saber escutar o outro e a outra e não posso ser um educador democrático ou uma educadora democrática se eu não escuto o outro e a outra. Ainda do ponto de vista do saber ou do aprender a escutar, há uma importância fundamental no saber escutar diferente. Como é que pode uma professora [um professor] que se pensa democrática não dar ouvido à fala do diferente? Quer dizer, você discrimina o diferente só porque ele é diferente de você. Então, aprender a escutar o diferente, a cultura diferente, aprender a valorizar o diferente de nós é absolutamente fundamental para o exercício da autonomia. Quer dizer, a professora [e o professor] que fecha seus ouvidos à dor, à indecisão, à angústia, à curiosidade do diferente é a professora que mata no diferente a possibilidade de ser.¹⁹¹

Muitos são os exemplos que poderiam ser usados para demonstrar situações que podem provocar conflito ético do e da profissional, mas coloca-se aqui um exemplo hipotético de uma criança com deficiência física, que foi acostumada pela família a ter todas as suas necessidades supridas sem esforço algum. Nesse

¹⁹¹ FREIRE, Paulo. **Escola Cidadã**. Salto para o Futuro/TV Escola. Brasília: SEED/ MEC, 1997. p. 7.

caso, qual deve ser a atitude do e da profissional? Deixar a criança permanecer com os mesmos hábitos para não lhe causar mal-estar ou ir gradativamente responsabilizando-a por algumas ações, mesmo que isso contrarie a família e provoque descontentamento na criança? E se a criança for resistente à forma de atuação do e da profissional? Qual caminho se deve seguir?

A partir deste contexto, vale mencionar o relato da professora da ACH: *“Algumas vezes eu não sei lidar bem com algumas crianças que estão com crise de ansiedade, déficit de hiperatividade ou psicológica ou falta de afetividade”*. É importante lembrar que determinados comportamentos das crianças, algumas vezes, fogem do controle do professor e da professora, mas é preciso ter cautela e paciência para não se alterar, ao ponto de tomar atitudes que contrariem as leis que amparam a criança. O professor e a professora precisam tentar compreender as atitudes da criança e não ignorar seus sentimentos, mas criar atividades que despertem seu interesse, bem como, dar a ela segurança e apoio no momento em que acontecem os conflitos. Hugo Otto Beyer¹⁹² comenta que por não possuir informação suficiente, compreensão da proposta, formação adequada correspondente, técnicas didáticas e metodológicas adequadas, o professor e a professora muitas vezes não consegue resolver conflitos em sala de aula e toma certas atitudes que vão de encontro com sua reputação profissional.

Diante disso, cabe ao professor e a professora estarem sempre se atualizando, com base em orientações legais, em conhecimentos teóricos específicos e, por vezes, em suas próprias experiências a fim de realizar um trabalho coerente e adequado às particularidades das crianças com deficiências.

4.4 O DESAFIO DA INCLUSÃO NO MEIO ESCOLAR E SOCIAL

A sociedade é constituída por diversidades, essa é uma realidade que não se pode mudar. Sendo assim, reconhecer os direitos de todos e todas, apesar das diferenças, foi o primeiro passo da inclusão. Parece simples essa sentença, e encontra-se bem definida nas legislações atuais, no entanto colocar em prática a inclusão constitui-se um grande desafio, pois, mesmo que haja seu reconhecimento

¹⁹² BEYER, Hugo Otto. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria, v. 2, n. 22, 2003. p. 13-44.

legal, a sociedade e a escola ainda precisam avançar em termos de organização para poder assegurá-la.

Desse modo, o processo de inclusão consiste em respeitar as diferenças de crenças, valores, culturas e ritmos de aprendizagem. A inclusão social é de suma importância e necessária para o desenvolvimento do cidadão e da cidadã atuante na sociedade.

Nesse contexto, percebe-se que muitas instituições ainda precisam melhorar muito, principalmente as escolas que, por exemplo, durante o período de matrícula, negam vagas para crianças com deficiência, alegando que não há pessoal capacitado para trabalhar com esse público. Essa alegação é um subterfúgio para burlar as leis, ficando a criança com deficiência, assim, fora do espaço escolar, pois, de acordo com a escola, esse público não se ajusta às normas disciplinares e à organização administrativa e pedagógica.¹⁹³

Isto posto, é importante ressaltar que as instituições de apoio a crianças com deficiência, como a ACH, também fazem parte do processo de inclusão escolar, e compete a essas instituições oferecer um atendimento adequado e de qualidade, fornecendo subsídios a todos os seus e a todas as suas profissionais para estabelecer e aprimorar suas práticas pedagógicas inclusivas.

Ainda percebemos alguns profissionais nas escolas e instituições, a falta de sensibilidade em não reconhecer o potencial das crianças com deficiência, julgando como um ser incapaz de aprender. Esse tipo de pensamento contraria os que defendem a inclusão, seria mais sensato não fazer julgamentos precipitados, e sim interagir junto aos e as profissionais, que trabalham de forma inclusiva apoiando-os e apoiando-as com o intuito de buscar resultados voltados para as reais necessidades da criança, por meio de alternativas e formas diferenciadas que permitam uma nova maneira de olhar e pensar na instituição.

O principal valor que permeia, portanto, a idéia da inclusão é o configurado no princípio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa: a diversidade requer a peculiaridade de tratamentos, para que não se transforme em desigualdade social.¹⁹⁴

¹⁹³ MANTOAN, 2006, p. 39.

¹⁹⁴ ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINI, Eduardo José. **Educação Especial**: temas atuais. Marília: Unesp: Marília-Publicações, 2000. p. 2.

Desta fora a luta pela inclusão é um processo histórico que já atravessa décadas, tendo como marco vários documentos internacionais, assunto este abordado no capítulo que trata das Políticas Educacionais Inclusivas. Dentre esses documentos, encontra-se a Declaração de Salamanca, assim conhecida por ser resultado da Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em Salamanca, na Espanha, em 1994.

A partir desse documento, tornou-se claro o reconhecimento dos direitos da pessoa com necessidades educacionais especiais, o qual foi criado para apontar aos países a necessidade de políticas públicas e educacionais que venham a atender a todas as pessoas de modo igualitário, independentemente das suas condições pessoais, sociais, econômicas e socioculturais.

Apesar do grande aparato de documentos legais presentes na atualidade, colocar em prática a inclusão social e escolar ainda é uma tarefa desafiante, isso porque sua implementação extrapola o campo teórico e invade o campo da ação/execução. Este é o grande desafio, traduzir em ações tudo o que está definido nas leis. Annete Scotti Rabelo¹⁹⁵ considera que um dos grandes desafios está na elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos e todas, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhe as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Em primeiro lugar, faz-se necessária a clara compreensão sobre o que realmente significa inclusão, para que seja possível praticá-la. Nesse sentido, considera-se que a ideia de inclusão,

[...] fundamenta-se numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Isto significa garantia de acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo ou grupo social.¹⁹⁶

Promover a inclusão, garantindo acesso e oportunidades de aprendizagem a todos e todas, não é tarefa fácil. Na sociedade, vários fatores desafiam a inclusão, que vão desde as relações até a organização dos espaços físicos que, na maioria

¹⁹⁵ RABELO, Annete Scotti. Adaptação curricular na Inclusão. **Revista Integração**, Brasília: Secretaria de Educação Especial do MEC, a. 9, n. 21, 1999. p. 13.

¹⁹⁶ ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. p. 35.

das vezes, não são pensados a partir das necessidades das pessoas com limitações. Diante desses fatos, restringe-se o direito de ir e vir; cerceiam-se os direitos da pessoa humana, claramente definidos nas leis brasileiras, que têm como base a promoção da igualdade. No Plano Nacional de Educação¹⁹⁷, no capítulo referente à Educação Especial: “a educação inclusiva compõe uma nova prática educativa que necessita ser disseminada, pois se apresenta como uma alternativa pertinente à construção da cidadania segundo preceito constitucional”.

Na escola não é diferente, mesmo com todas as orientações legais que definem as diretrizes e os parâmetros educacionais, ainda há grande dificuldade de entendimento quanto à organização escolar voltada para a inclusão. Tais dificuldades observadas no dia a dia são muitas: nas relações interpessoais, metodologias, no currículo, na avaliação, na falta de estrutura física adequada para receber alunos/as com limitações. Esses são fatores desafiantes para a inclusão porque exigem preparo e conhecimento.

Quase que a totalidade das ações humanas exige algum tipo de conhecimento, às vezes superficial, outras vezes, aprofundado, oriundo da experiência pessoal, do senso comum, da cultura partilhada em círculo de especialistas ou da pesquisa tecnológica ou científica. Quanto mais complexas, abstratas, mediatizadas por tecnologias, apoiadas e modelos sistêmicos da realidade forem consideradas as ações, mais conhecimentos aprofundados, avançados, organizados e confiáveis, elas exigem.¹⁹⁸

Para atuar nas situações desafiantes da inclusão não seria diferente, dada a complexidade que envolve as diferenças. Diariamente o professor é colocado e a professora é colocada diante de situações e problemas que exigem dele e dela permanentes buscas pelo conhecimento. De acordo com Mantoan¹⁹⁹, “os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos seus processos de aprendizagem”.

Esse contexto da diversidade representa um dos fatores que mais desafiam a atuação do professor e da professora no contexto da inclusão e que podem repercutir em dificuldades para o professor, a professora e para as crianças.

¹⁹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994. p. 9.

¹⁹⁸ PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 2.

¹⁹⁹ MANTOAN, 2006, p. 58.

Tomando-se como referência a sala de aula, há de se reconhecer que não é fácil direcionar atendimento com qualidade a todas as crianças, que têm características peculiares e específicas, sem um preparo adequado.

Isso pôde ser constatado no relato da técnica de enfermagem da ACH: *“Antes de vir trabalhar aqui eu não conhecia a ACH, vim através da prefeitura, o primeiro encontro foi muito impactante, a gente fica emocionada porque não tem noção da dimensão do trabalho, do tamanho da casa e da quantidade de crianças que tem aqui dentro e dos problemas de cada um em relação à saúde”*. Como se vê, são situações que demandam suporte e auxílio ao e a profissional. Diante desses desafios, na ótica da educação inclusiva, a formação dos e das especialistas é parte integrante da formação geral dos e das profissionais, a quem cabe atuar a fim de reestruturar suas práticas para o processo de inclusão.²⁰⁰

Contudo, é necessário que os e as profissionais estejam dispostos a procurar uma qualificação específica para o trabalho com crianças especiais, o seu preparo é de extrema importância para atuar nas instituições, de maneira responsável. Espera-se que cada profissional desempenhe seu papel de forma adequada e promova, de fato, uma educação de qualidade, considerando a heterogeneidade de todos os envolvidos e todas as envolvidas no processo da inclusão. De acordo com Rosana Glat e Mario Lucio de Lima Nogueira²⁰¹, “se a intenção é garantir educação para todos, independentemente de suas especificidades, é necessário obter o domínio de habilidades no exercício de sua profissão”.

Apesar de a maioria das deficiências não afetarem o desenvolvimento cognitivo, as limitações advindas dessas deficiências requerem atendimentos específicos para garantir que a aprendizagem aconteça. No âmbito pedagógico, as adequações se dão por meio de metodologias apropriadas pensadas de acordo com as especificidades das crianças. Além disso, as adaptações de currículo devem basear-se nas reais necessidades destas.

²⁰⁰ FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação** - doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. p. 173.

²⁰¹ GLAT, Rosana & NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração**. Brasília: Ministério da educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002. p. 25.

No que se refere ao aspecto físico, as escolas também precisam ser planejadas arquitetonicamente para garantir acessibilidade e locomoção. Existem parâmetros que orientam a infraestrutura de uma escola inclusiva, com o objetivo de assegurar as condições de acessibilidade. Sobre esse tema, o Decreto 5.296/2004 esclarece:

[Deve ser assegurada ao aluno com deficiência] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.²⁰²

Cabe ao sistema, portanto, que mantém as unidades escolares, garantir as condições previstas, com as adaptações arquitetônicas, de acordo com as necessidades que se apresentam, em razão das particularidades e especificidades dos alunos e das alunas com deficiência.

Todavia, na realidade, observa-se que são raras as instituições que cumprem com uma ou outra norma de infraestrutura orientada pelo Decreto 5.296/2004. Isso significa que a maioria das escolas permanece fora do padrão adequado às necessidades dos alunos com deficiência, fator que atrasa e limita a inclusão.

Ademais, como já mencionado anteriormente, garantir o atendimento pedagógico e o fazer escolar é um dos grandes desafios para a inclusão. Isso porque a criança com deficiência, com suas particularidades, representa o desconhecido para o professor e a professora. Até o professor e a professora encontrarem o caminho adequado, há inúmeros percalços, que o e a levam, muitas vezes, a entrar em conflito com sua própria prática.

Nesse viés, a coordenadora da ACH destaca que *“já teve casos de crianças que não queriam ir pra escola porque a professora disse que elas não eram boas, porque moravam na ACH, pois o Conselho Tutelar deixou lá na casa porque alguma coisa de ruim tinham feito, e a deficiência que elas têm as impedem de aprender. Então a psicóloga e a freira foram na escola conversar com a equipe pedagógica e explicaram que as crianças estavam lá não porque queriam, e sim por uma necessidade, que os pais não tinham condições de ficar com elas, e se o aluno é*

²⁰² BRASIL. **Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2004. p. 45-46.

agitado na escola, esse comportamento não adquiriu na ACH, ele já tinha antes de vir morar lá. E muitas vezes a criança se comporta mal em decorrência da situação que está passando, e a deficiência não é motivo para ele não aprender”.

Sobre esse aspecto, Mantoan alerta que “a maioria dos professores e das professoras tem uma visão funcional do ensino e tudo que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado”.²⁰³ O professor e a professora não querem romper com sua rotina. E quando se vê frente a uma nova realidade sente-se desconfortável, pois se encontra diante de um desafio.

Assim, o professor e a professora precisam repensar sua prática para poder enxergar melhor o caminho a seguir, para que dê sentido a sua atuação. Nesse novo caminhar, terá que mudar sua concepção sobre o papel da criança, do ensino e da aprendizagem. Necessariamente, várias mudanças ocorrerão, dentre as quais, mudanças de princípios: “[...] princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação”.²⁰⁴

Dessa forma, o professor e a professora precisarão também adotar novos posicionamentos e condutas em relação a seus alunos e suas alunas, fazendo emergir uma relação de respeito que nem inferiorize o aluno e a aluna, nem o e a superprotejam.

A conduta do professor e da professora em relação ao aluno e a aluna serão determinantes para o autoconceito da criança, pois os sentimentos que um aluno e uma aluna têm sobre si mesmo e mesma dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor e a professora mantêm em relação a ele e ela. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno e uma aluna potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos.²⁰⁵

²⁰³ MANTOAN, 2003, p. 76.

²⁰⁴ SASSAKI, 1999, p. 42.

²⁰⁵ CUBERO, Rosario & MORENO, Maria C. (1995). Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros. In: CÉSAR, Coll, PALACIOS, Jesús & ÁLVARO, Marchesi (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva** (pp.250-260). Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

O fato é que, mesmo em condições adversas, escola, professores e professoras, demais profissionais da educação, pais e mães de alunos e alunas precisam permanentemente atribuir novo significado à escola, para que ela, de fato, se torne um ambiente para promover a superação de desafios e barreiras que dificultam a efetivação da inclusão.

4.5 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O grande desafio da inclusão é assegurar que todas as crianças tenham um espaço garantido nas escolas, e mais, que possam usufruir de situações de aprendizagem condizentes com suas peculiaridades. Não é uma tarefa fácil porque envolve um conjunto de condicionantes, dos quais a adequação da escola - os espaços, os ambientes, os recursos -, que devem ser acessíveis e responder à especificidade de cada aluno e aluna, no sentido de que ele e ela permaneçam no ambiente escolar e tenha sua aprendizagem concretizada.

As dificuldades da escola em garantir o seu propósito de ensinar repercutem diretamente nas crianças, que acabam sentindo muitas dificuldades. Essas dificuldades se transformam em barreiras que atrapalham a aprendizagem. São vários os tipos de barreiras, que vão desde as estruturas físicas, perpassam pelas atitudinais e envolvem também questões pedagógicas e metodológicas.

Apesar de a Lei 10.098, de dezembro de 2000, estabelecer normas de acessibilidade para as pessoas com deficiência, ainda existem muitos empecilhos que afetam esse público, tanto no que se refere à locomoção e mobilidade, como à acessibilidade e aos bens sociais.

No que consta na letra da lei, as construções arquitetônicas devem ser pensadas e preparadas para assegurar mobilidade e acesso aos diferentes locais, com autonomia e segurança. Para isso, as edificações, os passeios públicos, os transportes, os mobiliários e equipamentos devem ser projetados para garantir à pessoa com deficiência locomoção e uso dos equipamentos e bens públicos.

Na prática isso não ocorre. Na concepção dos espaços escolares ainda se utiliza como parâmetro o padrão de normalidade socialmente aceito, limitando o direito de ir e vir do cidadão, previsto na Constituição Federal, de 1988. Ainda existem muitos locais que não atentaram para a normativa da acessibilidade,

resultando em barreiras no acesso das pessoas com deficiência não só nos espaços escolares, mas em museus, shoppings, teatros, dentre outros.

A acessibilidade às pessoas com deficiência vai além dos espaços físicos, significa romper toda e qualquer forma de limitação que impeça a participação da pessoa na sociedade e restrinja seus direitos. Por isso, envolve várias esferas do fazer humano, como educação, lazer, esportes, cultura, internet, dentre outras. Negar esses direitos é negar cidadania.²⁰⁶

A partir desse ponto de vista, observa-se que existem duas esferas da acessibilidade, a arquitetônica e a social, garantidas em lei. Todavia, a pessoa com deficiência ainda enfrenta sérios problemas de acessibilidade, que limitam e impedem sua participação na sociedade. Sobre isso, a cuidadora da ACH afirmou: *“Aqui na ACH existe a acessibilidade para as crianças em toda a casa e nos transportes que levam elas para a escola, mas quando elas chegam lá, elas têm muita dificuldade em se locomover, principalmente os deficientes físicos, já teve caso de crianças caírem, dificultando o acesso em outros dias para irem para a escola”*.

No que se refere às barreiras arquitetônicas, são os obstáculos físicos que impedem a locomoção das pessoas com limitações, como a ausência de rampas, de corrimãos, de piso tátil, de elevadores nos ônibus, falta de banheiros adaptados e todas as condições que limitam a autonomia e a segurança do cidadão e da cidadã, ao transitar.²⁰⁷

No que concerne às questões sociais, pode-se afirmar que tudo o que provoca limitação à participação e ao usufruto dos bens e benefícios sociais são barreiras de acessibilidade social. Então, o não acesso à saúde, à educação, à cultura, às situações de lazer, ao esporte, ao mercado de trabalho e a outros benefícios sociais são considerados como barreira social. E a pessoa com deficiência diariamente vivencia essas situações limitantes.

²⁰⁶ GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal**: tudo a ver, 2006. p. 16. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

²⁰⁷ BITTENCOURT, Leonardo Salazar et al. Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2, Belo Horizonte, 2004. Anais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/educonl/arquivos/anais/congresso>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

Em relação à educação, é possível observar que ainda persistem barreiras de acessibilidade, tanto arquitetônicas como sociais, que limitam e afetam a participação dos alunos e das alunas com deficiência. De um lado, os espaços físicos das escolas ainda não estão completamente adaptados às necessidades dos alunos e das alunas. Por outro lado, a realização de atividades e a implementação de alguns programas pedagógicos não são acessíveis aos alunos e às alunas com deficiências.

Em se tratando do processo ensino-aprendizagem, existem outras situações que dificultam a inclusão das crianças com deficiência, de cunho atitudinal, pedagógico e comunicacional. Cada uma, em maior ou menor proporção, afeta a aprendizagem das crianças.

Com relação às dificuldades atitudinais, estão ligadas às relações interpessoais que envolvem duas ou mais pessoas e se caracterizam pela forma de tratamento desfavorável de uma pessoa em relação à outra. Esse tratamento desfavorável pode ser provocado pelas diferenças entre as duas pessoas, especialmente quando uma delas foge ao que se entende como padrão de normalidade socialmente definido e aceito.²⁰⁸

Ainda é muito comum a observação de comportamentos inadequados e preconceituosos, em relação às pessoas com deficiências; embora esses comportamentos sejam legalmente rejeitados e condenados, algumas pessoas ainda os praticam, por medo, por não saber lidar ou até mesmo por intolerância com o diferente.

Existem algumas classificações que especificam os níveis de discriminação e preconceito das pessoas. Júlio Romero Ferreira²⁰⁹ apresenta alguns deles: manifestação de discriminação explícita, que ocorre de forma aberta e visível a todos; discriminação velada, que é aquela que, nas entrelinhas e de forma subentendida, reforça o sentimento de inferioridade às pessoas com deficiência; discriminação negativa, que limita a participação social da pessoa com deficiência em razão de sua condição e, através de um tratamento diferenciado, menospreza a pessoa com deficiência; e a discriminação positiva, que sob a justificativa de

²⁰⁸ AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes. In: AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola**. SP: Summus, 1998. p. 21.

²⁰⁹ FERREIRA, 1993, p. 19.

exercício de igualdade, expõe os alunos e as alunas à realização de atividades as quais, devido sua condição limitante, não é possível realizá-las.

Observa-se que as crianças com deficiência ainda se veem envolvidas por várias situações que demonstram o quanto os processos de discriminação estão presentes nas relações escolares, transformando-se em elementos que dificultam e a efetivação da inclusão escolar e social.

Sobre as dificuldades nas relações interpessoais que afetam as crianças com deficiência, é possível afirmar que:

As barreiras atitudinais não se removem com determinações superiores. Dependem de reestruturações perceptivas e afetivo-emocionais que interfiram nas predisposições de cada um de nós, em relação à alteridade.²¹⁰

Por essa razão, faz-se necessário que haja mudança no pensamento e na forma individual de cada pessoa enxergar a deficiência e as pessoas com deficiência, isso se faz com preparo pessoal, com estudo sobre as deficiências e com a disposição de querer fazer o que é certo.

As barreiras atitudinais que interferem no processo de inclusão se constituem de diversas formas. Ana Abadia dos Santos Mendonça apresenta as diferentes maneiras como as relações interpessoais são afetadas no contexto escolar:

Ignorância: desconhecer a potencialidade do aluno com deficiência; **Medo:** ter receio de receber a um aluno com deficiência; **Rejeição:** recusar-se a interagir com a pessoa com deficiência; **Percepção de menos-valia:** avaliação depreciativa da capacidade, sentimento de que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte; **Inferioridade:** acreditar que o aluno com deficiência não acompanhará os demais; **Piedade:** sentir-se pesaroso e ter atitudes protetoras em relação ao aluno com deficiência; **Adoração do herói:** considerar um aluno como sendo "especial", "excepcional" ou "extraordinário", simplesmente por superar uma deficiência ou por fazer uma atividade escolar qualquer; **Exaltação do modelo:** usar a imagem do estudante com deficiência como modelo de persistência e coragem diante os demais; **Percepção de incapacidade intelectual:** evitar a matrícula dos alunos com deficiência na instituição escolar, não deixando que eles demonstrem suas habilidades e competências; **Efeito de propagação (ou expansão):** supor que a deficiência de um aluno afeta negativamente outros sentidos, habilidades ou traços da personalidade; **Estereótipos:** pensar no aluno com deficiência comparando-o com outros com mesma deficiência, construindo generalizações positivas e/ou negativas sobre as pessoas com deficiência; **Compensação:** acreditar que

²¹⁰ CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras de aprendizagem:** educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 77.

os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma minimizando a intensidade das atividades pedagógicas; **Negação**: desconsiderar as deficiências do aluno como dificuldades na aprendizagem; **Substantivação da deficiência**: referir-se à falta de uma parte ou sentido da pessoa como se a parte "faltante" fosse o todo; **Comparação**: comparar os alunos com e sem deficiência, salientando aquilo que o aluno com deficiência ainda não alcançou em relação ao aluno sem deficiência, colocando este em posição superior ao primeiro; **Atitude de segregação**: acreditar que os alunos com deficiência só poderão conviver com os de sua mesma faixa etária até um dado momento e que, para sua escolarização, elas deverão ser encaminhadas à escola especial, com profissionais especializados; **Adjetivação**: classificar a pessoa com deficiência como "lenta", "agressiva", "dócil", "difícil", "aluno-problema", "deficiente mental"; **Particularização**: afirmar, de maneira restritiva, que o aluno com deficiência está progredindo à sua maneira, do seu jeito, etc.; **Baixa expectativa**: acreditar que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos; prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular; **Generalização**: generalizar aspectos positivos ou negativos de um aluno com deficiência em relação a outro com a mesma deficiência, imaginando que ambos terão os mesmos avanços, dificuldades e habilidades no processo educacional; **Padronização**: fazer comentários sobre o desenvolvimento dos alunos, agrupando-os em torno da deficiência; conduzir os alunos com deficiência às atividades mais simples, de baixa habilidade, ajustando os padrões; **Assistencialismo** e superproteção: impedir que os alunos com deficiência experimentem suas próprias estratégias de aprendizagem, temendo que eles fracassem; não deixar que os alunos com deficiência explorem os espaços físicos da escola, por medo que se machuquem.²¹¹

Esse conjunto de atitudes exposto por Mendonça reflete a realidade de muitas instituições, sejam elas escolares ou não, e, de alguma forma, atingem crianças com deficiência, resultando em sérias dificuldades a serem enfrentadas por elas. Isso reforça o que nesta pesquisa busca-se demonstrar, a falta de preparo da instituição em receber e atender adequadamente às crianças com deficiência e as dificuldades dos profissionais por não possuírem o suporte necessário e a formação adequada para lidar com a inclusão.

De acordo com a cuidadora da ACH, *“a instituição oferece espaços amplos e agradáveis, porém falta mais experiência profissional para trabalhar com as crianças deficientes”*. Por este relato e observações feitas por esta pesquisadora *in loco*, percebe-se que a ACH possui ambientes agradáveis e adaptados às necessidades das crianças, porém há necessidade de alguns de seus funcionários e algumas de suas funcionárias serem mais bem preparados e preparadas para usar os recursos que a associação tem para tornar as atividades mais dinâmicas. Um exemplo são os

²¹¹ MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Escola Inclusiva: barreiras e desafios. **VII Encontro de Pesquisa em Educação. II Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos**. II Simpósio de Ética. Uberaba: Revista Encontro de Pesquisa em Educação, v. 1, n. 1, p. 4-16, 2013. p. 8-10.

laboratórios de informática e as salas de dança, que somente são ocupados quando vem algum membro da comunidade, como voluntário, utilizar com as crianças. Outra opção são as piscinas que existem, mas dificilmente são utilizadas, assim como, os parquinhos de diversão. Segundo a coordenadora, *“só tem duas fisioterapeutas e um professor de educação física; por haver muitas crianças, eles dizem que não dá tempo de utilizá-los”*.

Assim, em meio a vários recursos que a ACH disponibiliza, vê-se o descaso em não oferecer tais recursos para o lazer das crianças. Em conversa com a fisioterapeuta, ela relatou que não utiliza as piscinas porque *“não há pessoas preparadas para levar as crianças”*. E continua: *“Eu não tenho tempo de fazer reabilitação das crianças que precisam da piscina, pois as rotinas são definidas e não conto com a ajuda de outros colegas, e quando convenço eles de me ajudarem, dizem não ter habilidade para isso, no caso as cuidadoras e os técnicos”*. De acordo com Beyer²¹², os e as profissionais, por não possuírem informação suficiente, compreensão da proposta, formação adequada correspondente, técnicas didáticas e metodológicas e qualificação adequada, dificilmente executarão seu trabalho com zelo.

É preciso, desse modo, reconhecer que é um grande desafio para os e as profissionais atenderem às crianças com deficiências. Falta um olhar mais sensível, pois muitos e muitas profissionais apresentam certa resistência em lidar com essas crianças pela falta de experiência, ao ponto de solicitar à coordenação que os e as coloque em uma sala que não tenha crianças nessas condições, visto que eles e elas não conseguem se adaptar.

Ainda no âmbito educacional, existem outras dificuldades que afetam as crianças com deficiência, conforme foram citadas anteriormente, dentre as quais, as dificuldades na comunicação. Sobre esse aspecto, a professora disse que *“a ACH não possui nenhum profissional que saiba a linguagem dos surdos (LIBRAS); temos crianças aqui que precisam se comunicar, e nós temos dificuldades em entender o que elas estão falando, às vezes não estão se sentindo bem, e a gente fica fazendo gestos até adivinhar, e algumas escolas também não têm esses profissionais, aí fica mais difícil para nós ajudarmos as crianças nos deveres de casa”*. Essas situações

²¹² BEYER, Hugo Otto. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria, v. 2, n. 22, 2003. p. 13-44.

afetam especialmente as crianças surdas, que, por sua condição, muitas vezes não conseguem absorver o conteúdo repassado em sala de aula. O mesmo ocorre com as crianças cegas ou de baixa visão, principalmente, quando não possuem um aparato material que as auxilie na compreensão dos conteúdos expostos pelo professor e pela professora. A partir dessas reflexões, entende-se que:

[...] o processo de inclusão avança ao lançar um olhar para as pessoas com deficiência como interlocutoras que desafiam as instituições escolares a inovar suas concepções e práticas pedagógicas perante os processos de ensino e aprendizagem desses alunos.²¹³

Para o atendimento adequado à criança surda é imprescindível que seja por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); para isso, o professor e a professora também precisa dominá-la. Essa é uma garantia assegurada nas legislações que orientam o atendimento educacional às crianças com deficiência; mesmo assim, a falta desse conhecimento por parte do professor e da professora ainda se encontra no rol das dificuldades vivenciadas pelas crianças.

Assim como a LIBRAS é um requisito para assegurar a comunicação das crianças surdas, o sistema Braille também é fundamental na educação inclusiva, pois auxilia na comunicação das crianças cegas. De igual modo, a criança cega também é penalizada pelo desconhecimento dos professores e das professoras em relação a esse recurso didático, o que inviabiliza a comunicação escrita entre professor e aluno, professora e aluna.

Essas dificuldades contrariam as disposições legais que se apresentam na Constituição Federal, de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, que definem igualdade de condições de aprendizagem a todos os alunos matriculados e todas as alunas matriculadas na escola, devendo eles e elas gozarem de todos os benefícios disponíveis aos alunos e às alunas não deficientes.

Acrescenta-se o que dispõe a Lei nº 10.098, de 2000, em seu artigo 17:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldades de comunicação, para garantir-lhes

²¹³ FERREIRA, Maria Elisia Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 48.

o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.²¹⁴

É, portanto, responsabilidade do poder público criar estratégias para dirimir as dificuldades de comunicação entre professores e alunos, professoras e alunas com deficiência, no âmbito escolar. É necessário que as práticas pedagógicas garantam a comunicação eficiente entre todos os envolvidos e todas as envolvidas.

Ainda sobre a comunicação no contexto da inclusão, tem-se outro parâmetro orientador, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 2006, em Nova Iorque, e que, no Brasil, foi legitimada através do Decreto Legislativo nº 6.949/2009, que assim define:

[...] as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação. [como mecanismos de auxílio e suporte à comunicação das pessoas com deficiência].²¹⁵

O objetivo é que nenhum fator físico ou atitudinal impeça ou limite a comunicação necessária para a efetivação da aprendizagem. Garantir as condições adequadas para a comunicação no contexto da inclusão é uma responsabilidade do Poder Público, que deve manifestar-se nas ações pedagógicas das escolas.

Nesse sentido, a escola precisa criar estratégias para minimizar as dificuldades de comunicação, bem como precisa adequar-se pedagogicamente para remover barreiras pedagógicas que atingem a aprendizagem das crianças com deficiência, em vários aspectos. Em relação à dificuldade de comunicação, a professora da ACH relatou: *“Tenho muitas dificuldades para ensinar as crianças surdas e cegas, pois não tenho nenhum curso nesta área e, muitas vezes, acabo não ajudando como elas precisam, e sinto que elas ficam isoladas nas atividades, e contam que na escola, na sala de aula, seus professores agem assim também”*. Nota-se, por este relato, a necessidade de que a instituição, juntamente com toda sua equipe de profissionais, repense e se adapte em suas práticas, pois as crianças com deficiência estão lá e precisam de apoio e de valorização. É preciso dar a

²¹⁴ BRASIL. **Lei nº. 10.048**, de 08 de Novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

²¹⁵ BRASIL, 2006, p. 21.

verdadeira importância que elas merecem. Seguindo o pensamento de Marcos Mazzotta²¹⁶: “A educação especial está [...] baseada na necessidade de proporcionar a igualdade de oportunidades, mediante a diversificação de serviços educacionais, de modo a atender às diferenças individuais por mais acentuadas que elas sejam”.

As dificuldades pedagógicas determinam problemas de aprendizagem, o fracasso escolar, as retenções, a evasão escolar, dentre outros. Essas dificuldades estão ligadas às questões metodológicas, curriculares e de avaliação, tendo em vista que a escola ainda não conseguiu desenvolver integralmente a habilidade de trabalhar no contexto da diversidade.

Para atenuar as dificuldades pedagógicas vivenciadas pelas crianças com deficiência são necessárias várias medidas, dentre as quais: adaptação curricular, capacitação profissional continuada, adaptação de recursos de aprendizagem, readequação dos procedimentos avaliativos, dentre outros.

Aponta-se a adaptação curricular como passo inicial de melhoria nas condições de atendimento pedagógico a crianças com deficiência. O Ministério da Educação (MEC), através de um documento orientador, apresenta três níveis de adaptação curricular: (1) Projeto Político Pedagógico (currículo escolar); (2) Currículo da Classe, e (3) Currículo Individualizado. Em cada uma dessas esferas busca-se tornar o currículo o mais próximo possível da realidade do aluno e da aluna.

A flexibilidade e abertura do currículo devem caracterizar os processos de planejamento e desenvolvimento, objetivando racionalizar os recursos, de modo a permitir as adaptações curriculares às necessidades individuais dos alunos [...] [sabendo que isso] implica um currículo básico, no qual a administração educacional estabelece um marco de referência que garante um eixo comum para todos os indivíduos, mas oferece possibilidades de adaptação.²¹⁷

No que concerne às adaptações no Projeto Político Pedagógico, estão associadas à forma como se encontram a organização e o funcionamento escolar, os quais devem oferecer o suporte necessário para as crianças com deficiência, tanto na sala de aula como no atendimento individualizado.

²¹⁶ MAZZOTTA, Marcos José da Silva. **Fundamentos de Educação Especial**. São Paulo: Pioneira, 1982. p. 100.

²¹⁷ GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 21.

As adaptações relacionadas ao currículo de classe estão ligadas ao planejamento do professor e da professora, tanto no que se refere ao Plano de Curso, Plano de Unidade, como Plano de Aula.

As adequações curriculares constituem, pois possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável e possível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adequações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o aluno deve aprender, como e quando aprender, que formas de organização de ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem e como e quando avaliar o aluno.²¹⁸

Nesse âmbito das adaptações, as escolhas didáticas, metodológicas e avaliativas presentes devem ter como parâmetro o contexto da diversidade, criando a possibilidade de adequação, na medida em que as necessidades forem surgindo. Para atuar dessa forma, o professor e a professora precisam ter clareza sobre os reais objetivos educacionais, bem como, das competências e habilidades que pretende desenvolver. Agir dessa forma requer preparo profissional. Nesse sentido, a coordenadora da ACH expôs o seguinte: *“A gente queria muito que quando as crianças saíssem daqui, seja pela adoção ou de volta para sua família, fosse com uma aprendizagem boa, e sabendo se comunicar melhor do que quando chegaram aqui, por isso construímos o projeto político pedagógico (PPP), mas trabalhamos as ações com o que temos, adaptando-as, na medida do possível”*.

Diante da fala da coordenadora, nota-se que a equipe se preocupa com o planejamento das atividades desenvolvidas na instituição, por isso construiu o PPP, para trabalhar a aprendizagem das crianças, dentro das possibilidades, a partir de um parâmetro. O PPP é, portanto, um produto específico que reflete a realidade como ponto de partida nas ações e metas da instituição, “situada em um contexto mais amplo, que a influencia e que pode ser por ela influenciado. Em suma, é um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade”.²¹⁹ Mas, diante das dificuldades financeiras, que impedem a contratação de mais profissionais e a qualificação dos que já existem na instituição (ACH), a equipe não

²¹⁸ BRASIL. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Coordenação geral SEESP/MEC; ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

²¹⁹ VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003. p. 187.

consegue aplicar, em sua totalidade, as ações planejadas para atender às crianças de forma individualizada, de acordo com a peculiaridade de cada uma.

Prosseguindo, com relação às adaptações individualizadas do currículo, o foco da atuação dos e das profissionais deve voltar-se para as necessidades e especificidades de cada criança. Nesse sentido, metodologias, recursos didáticos e procedimentos avaliativos devem ser pensados de acordo com as condições específicas dessa criança. Por exemplo, a presença de uma criança cega representa a necessidade de uso do sistema de escrita Braille, bem como de outros materiais e suportes específicos que estimulem a aprendizagem.

Garantir um currículo acessível é um dos caminhos para garantir a aprendizagem, e isso é um dos requisitos essenciais para a inclusão. Tais medidas de adaptação são o que vão garantir que as dificuldades das crianças com deficiência sejam atenuadas, favorecendo uma aprendizagem significativa e produtiva. De acordo com Laude Erandi Brandenburg e Cristina Lückmeier²²⁰, uma sociedade na qual se respeita a diversidade étnica, ao mesmo tempo em que atende à maioria de suas necessidades, está dentro das características de uma sociedade inclusiva. Ainda existem muitas dificuldades a serem superadas e dúvidas a serem esclarecidas, mas entende-se que, para haver uma alteração quanto à estrutura escolar, adaptação curricular e preparação profissional, deverá acontecer, primeiramente, uma mudança de mentalidade.

Outra área de atuação, que deve receber atenção especial no sentido de minimizar as dificuldades das crianças com deficiência, é a formação continuada de professores, professoras e demais profissionais da educação, que prestam atendimento às crianças com deficiência. Essa necessidade se dá para oportunizar a estes os conhecimentos necessários para atuarem adequadamente no contexto da diversidade.

O que define o especial da educação não é a dicotomização e a fragmentação dos sistemas escolares em modalidades diferentes, mas a capacidade de a escola atender às diferenças nas salas de aula, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para

²²⁰ BRANDENBURG, Laude Erandi; LÜCKMEIER, Cristina. **A História da Inclusão X Exclusão Social na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2014. Disponível em: <<http://www.anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/download/1991/149>>. Acesso em: 05 set. 2019.

aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação das aprendizagens especiais).²²¹

Dessa forma, a escola [incluindo a atuação dos professores, das professoras e demais profissionais da educação], atendendo adequadamente suas crianças, de forma respeitosa e inclusiva, estará minimizando as dificuldades inerentes às deficiências, que, muitas vezes, aumentam quando o contexto escolar não é pensado com foco nessas crianças.

Observa-se que as mudanças necessárias, aqui apontadas, estão entrelaçadas para que haja adaptação curricular, adequada escolha dos recursos didáticos e metodologias de ensino e um bom planejamento das avaliações escolares. Faz-se necessário, ainda, que os professores e as professoras estejam permanentemente capacitando-se, bem como que a escola, continuamente, pense e repense sua prática.

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola.²²²

Somando-se à atuação da escola, faz-se necessário também a participação dos pais e das mães no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Pais, mães e professores, professoras, em parceria, conseguem pensar juntos e juntas em alternativas que podem diminuir as dificuldades das crianças.

Sobre a relação família e escola, compreende-se como:

Uma verdadeira parceria, como em qualquer relação próxima, implica respeito mútuo baseado em uma vontade para aprender com o outro, uma sensação de propósito comum, um compartilhamento de informação e, alguns acrescentariam, um compartilhamento de sentimentos.²²³

Os pais e as mães têm muito a contribuir com a escola, prestando informações sobre as características comportamentais das crianças com deficiência observadas no cotidiano familiar. Assim como a escola, munida de conhecimentos

²²¹ MANTOAN, 2001, p. 17.

²²² CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is.** 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 72.

²²³ MITLLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 213.

técnico-científicos, pode ajudar sobremaneira a família a compreender as limitações causadas pela deficiência, bem como as potencialidades de cada criança. Portanto, o trabalho em parceria, família/escola, contribui para o desenvolvimento da criança com deficiência, pois ambas (família/escola) constituem os dois ambientes favoráveis para o bom desenvolvimento e, por isso, devem interagir e colaborar de maneira mútua, com objetivos comuns e em sinergia com os e as profissionais que atendem a estas crianças.

5 CONCLUSÃO

Por meio desta pesquisa foi possível entender o lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento integral de crianças com deficiência da Casa da Hospitalidade, no Município de Santana/AP, com o intuito de propor ações para a superação dos problemas existenciais que as crianças apresentam em relação a si mesmas e ao ambiente em que vivem.

A pesquisa foi pautada em pressupostos teórico-metodológicos que possibilitaram à pesquisadora compreender que este tema precisa avançar nas discussões acadêmicas, bem como precisa de pesquisas futuras que deem continuidade ao estudo do tema “Espiritualidade”, sob o ponto de vista do cuidado.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa: *Compreender o lugar da espiritualidade no cuidado, no desenvolvimento e no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência*, este foi alcançado. Ficou claro que, apesar da ACH ser uma instituição religiosa, falta, porém, esclarecimento sobre como a espiritualidade pode ajudar no desenvolvimento das crianças, tendo em vista que esta possui uma finalidade mais ampla que a religião, referindo-se a conceitos que lançam um olhar para o ensinamento de valores e superação de conflitos.

De acordo com este propósito, verificamos que a espiritualidade não é direcionada ao cuidado e ao desenvolvimento das crianças, ou seja, não é tratada como uma ferramenta na superação de conflitos adquiridos pelas crianças antes e/ou depois de entrarem na Instituição, bem como aqueles vivenciados na escola.

Nesse sentido, tornou-se relevante avançarmos nos estudos sobre a espiritualidade e sua relação com a vida humana na busca de agregar valores para compreender a essência do ser e todas as possibilidades para transformar sua vida. Envolver a espiritualidade no cuidado permite-nos ser capazes de vencer as barreiras, criando um elo espiritual bastante forte na busca da superação, elevando o bem-estar mental e emocional, com equilíbrio e confiança.

Dessa forma, ficou claro que um dos grandes desafios da instituição é manter o cuidado integral às crianças. Segundo a coordenadora da ACH, o cuidado se refere à qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais, que ainda é deficitário devido à falta de experiência de alguns e também ao quantitativo

insuficiente de profissionais para a grande demanda de crianças, assim como a falta de especialistas, em áreas específicas, para atender às necessidades de modo particular.

Em relação à educação religiosa, verificou-se que a instituição não conta com uma professora de Ensino Religioso, tivemos que entrevistar uma professora da escola da qual algumas crianças estudam, fator que demonstra a ineficiência no trabalho com a espiritualidade junto às crianças.

Quanto à espiritualidade enquanto dimensão humana observou-se que faltam ações para trabalhar esse aspecto. Na ACH, as crianças, os funcionários e as funcionárias são tolhidos e tolhidas, ao expressarem o que pensam ou quando discordam de algo, e muito menos podem dar sugestões como forma de contribuir para a melhoria do ambiente, pois a administração da casa que as vezes tem dificuldades em aceitar opiniões que vão de encontro ao planejamento. Com isso, gera sentimentos contrários aos princípios da espiritualidade, que prega o bem estar do ser humano em seus aspectos físico e emocional, com um olhar de sensibilidade para com o outro e a outra.

As entrevistas deixaram evidente que não existe a prática da espiritualidade na dimensão do cuidado na ACH, pois não há um trabalho direcionado, nesse sentido, às crianças com deficiência, que dê a elas liberdade de mostrar suas potencialidades, na busca da superação de seus problemas, sobretudo, emocionais.

No que diz respeito às ações envolvendo a espiritualidade, elas acontecem de forma fragmentada, em dias de visita aberta à comunidade, por pessoas ligadas a diferentes religiões, que desenvolvem atividades com as crianças, tais como: brincadeiras, teatro, danças e, principalmente, conversas sobre a palavra de Deus e a leitura da Bíblia Sagrada. Já a ACH desenvolve ações ligadas apenas à música, ao teatro, a show de talentos, mas voltadas à espiritualidade não foram constatadas.

Os funcionários e as funcionárias da ACH declararam nas entrevistas que as crianças sentem a necessidade de um apoio maior em relação ao lado espiritual. Foi possível notar que há momentos em que elas se sentem tristes e angustiadas, sentem um vazio, necessitando de palavras de incentivo, de aconselhamento, de esperança para amenizar seus medos e sofrimentos. Nesse sentido, os e as profissionais não conseguem trabalhar por falta de experiência e formação, e

também por não haver momentos para o trabalho com a espiritualidade devido às suas exaustivas rotinas de trabalho.

A ACH tem em seu PPP todo o planejamento para o funcionamento da instituição, com rotinas específicas para cada funcionário, porém não há flexibilidade desse planejamento. Diante disso, torna-se inviável o trabalho com a espiritualidade na dimensão do cuidado.

Acerca da inclusão das crianças com deficiências acolhidas na ACH, no meio social e escolar, os resultados apontam que elas ainda sofrem com a falta de preparo das instituições escolares, que não oferecem as condições básicas para o atendimento das mesmas, além do despreparo de professores e professoras para lidar com a educação inclusiva. Vale ressaltar que durante o contato com as crianças, muitas se queixaram, dizendo que não queriam mais frequentar a escola. Segundo a professora do reforço, as atividades enviadas pela escola, como tarefa extracurricular, são longas e complexas, sendo que algumas crianças nem estão alfabetizadas.

Outro ponto revelado com a pesquisa é que a ACH não dispõe de professor e professora ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), para que as crianças possam ter um apoio em suas atividades escolares. A própria professora que trabalha com o reforço escolar desabafou dizendo que não pode ajudar as crianças como ela gostaria, pois o quantitativo de crianças é grande só para ela, e, além disso, ainda precisa participar das reuniões escolares. Segundo ela, o desafio maior é não poder trabalhar com atividades diversificadas relacionadas à ludicidade, jogos, recreação, as quais poderiam ajudar muito na aprendizagem das crianças, pelo fato de ela não ter liberdade para desenvolver tais atividades, já que tem que seguir à risca o planejamento da instituição.

Outro fator importante a destacar, é a ACH não possui professora de Ensino Religioso, tivemos que entrevistar a professora da escola em que a maioria das crianças estudam. Pois essa contribuição da professora em relação ao tema da pesquisa era necessária, para detalhar o contexto do assunto abordado.

Um dos grandes empecilhos em relação à inclusão na ACH é a falta de flexibilidade nas rotinas, e momentos em que se possa reunir com funcionários e

funcionárias com diálogos abertos, assim como a sensibilização para atender as sugestões destes quanto ao desenvolvimento das atividades.

Tendo em vista os aspectos estudados no que concerne à inclusão e às políticas educacionais envolvendo pessoas com deficiências, foi de suma importância perceber esses aspectos no funcionamento da ACH para o direcionamento de ações que possam contribuir com o desenvolvimento integral das crianças atendidas pela instituição.

Isto porque as legislações que definem direitos e oferecem garantias igualitárias a todos e todas se tornam inócuas, na prática, ao analisarmos o descumprimento de tais leis pelas instituições, muitas vezes pela falta de esclarecimento e vontade de aceitar e respeitar os direitos alheios. Ademais, para que a escola e as instituições que acolhem crianças com deficiência tenham boa infraestrutura, um corpo de funcionários e funcionárias, preparado e capacitado para atender ao ambiente da diversidade, os órgãos governamentais precisam cumprir com o seu papel em consonância com o que as leis determinam.

É senso comum que a maioria das instituições não está preparada para receber a criança especial, pois muitas são desprovidas de recursos e adaptações na infraestrutura dos prédios. No caso da ACH, a direção da casa relatou que segue todas as exigências previstas na lei da inclusão, mas, na realidade, foram detectados vários entraves enfrentados pela instituição, que precisam receber atenção especial. Vale ressaltar que a estrutura da ACH está adaptada para a acessibilidade, com salas equipadas para diversas atividades e recursos específicos, como, por exemplo, piscinas para o trabalho de reabilitação das crianças com deficiência física, porém muitos desses recursos não são utilizados pelos funcionários e pelas funcionárias, por causa da rotina determinada pela administração, que não inclui o uso desses recursos na programação. Com isso, a criança perde a oportunidade de melhorar sua saúde e de ter momentos de lazer.

Com base nessas considerações, foi possível perceber que a proposta espiritual da ACH apresenta muitas contradições, sobretudo entre o que os entrevistados e as entrevistadas pensam e precisam e o que realmente se pratica. Ficou evidente que a espiritualidade é desenvolvida apenas através de tradições

religiosas, durante as missas. Essa manifestação vai de encontro ao que Boff²²⁴ defende, a espiritualidade como forma de cuidado, como uma atitude de preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro e a outra. Para o autor, a experiência espiritual baseia-se numa experiência profunda, que transcende, não somente corpo e mente, mas valoriza todo o ser.

Em face deste cenário, a hipótese de pesquisa foi confirmada em parte, pois os e as profissionais da ACH reconhecem o valor da espiritualidade como forma de contribuir no enfrentamento e amenizar qualquer forma de exclusão, atribuindo bem-estar e satisfação às crianças, mas sentem dificuldades em trabalhar esses valores morais e éticos no sentido do cuidado em função da rotina inflexível de trabalho.

No que tange à inclusão, há um entendimento geral de que é um processo complexo, porque envolve uma infinidade de questões. Perpassa por questões de preconceito e estereótipos que marcam o ambiente em que a criança com deficiência se encontra, além das próprias limitações da escola ou da instituição na qual ela está inserida. Nesse sentido, entende-se que somente com a execução de ações pontuais, estabelecidas por meio de políticas públicas aplicáveis, será possível tornar a escola e as instituições de acolhimento, de fato, cumpridoras de seu papel, promovendo o desenvolvimento integral das pessoas, independentemente de suas limitações.

Nessa ótica, espera-se que a realização deste estudo possa contribuir com as futuras ações da ACH, no tocante ao cuidado das crianças. A título de sugestão, recomenda-se que a instituição possa criar uma rotina no trato da espiritualidade, para o enfrentamento dos conflitos pessoais das crianças, dos funcionários e das funcionárias. A espiritualidade ajuda a preencher a distância da família, presta acolhimento, alento para suportar as vicissitudes impostas pela rotina na casa.

Julgo pertinente também que a gestão da ACH trabalhe a espiritualidade com serenidade e imparcialidade, sem adentrar em alguma religião e suas doutrinas, que o objetivo seja ajudar as pessoas a viver de forma melhor, agregando valores e significados para sua existência. Esse trabalho deve partir de momentos de reflexão, do diálogo constante entre a gestão, os e as profissionais e as crianças, no intuito de

²²⁴ BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: ética do humano - compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

dar oportunidade a cada um de construir sua própria identidade espiritual para ter qualidade de vida.

Caminhando para o desfecho desta pesquisa, quero destacar o meu crescimento, enquanto pesquisadora e ser humano, durante o processo de desenvolvimento desta tese. Posso afirmar que todo o trabalho desenvolvido me possibilitou enveredar por um universo nunca antes por mim explorado. Falar sobre a espiritualidade como dimensão do cuidado foi uma tarefa árdua, porém gratificante, especialmente por envolver as crianças com deficiência da Casa da Hospitalidade, como a instituição é comumente chamada pela comunidade, que desde pequenas carregam no coração a falta de aconchego de uma família.

Não pensei que fosse me fascinar tanto pelo tema, o qual despertou em mim várias indagações e a necessidade de emitir opiniões sobre o sagrado, em ler a Bíblia como jamais esperei que fosse ler e interpretá-la para colocar em prática os objetivos propostos neste estudo.

Muitas vezes deixei de exercer o papel de pesquisadora para, como ser humano, ouvir as angústias e incertezas dos entrevistados e das entrevistadas, que aproveitavam o momento da entrevista para pedir uma palavra de conforto, de incentivo. Em relação às crianças, foi mais gratificante ainda, visto que, quando eu chegava à instituição, elas corriam e me abraçavam em busca de um carinho, de um afago; para elas, tornei-me uma espécie de guia espiritual. A despedida foi dolorosa, pois foram dias de convivência.

Por fim, quero encerrar estas considerações com a fala da coordenadora geral da ACH acerca do desenvolvimento desta pesquisa:

“De acordo com sua pesquisa, e através das reflexões e toda a abordagem exposta ao longo desses meses, agradeço muito a você por ter escolhido a ACH. Mas quero lhe dizer que foi muito bom, ao ponto de rever conceitos e colocar no planejamento ações e encontros de espiritualidade, pois nunca tínhamos atentado para isso, são essas contribuições que precisamos, pois estamos tão envolvidos com tanta coisa que temos que resolver no final do dia, em relação às crianças, à escola, à justiça, que ficamos cegos diante de algo que poderia melhorar muito para todos nós. Obrigada pela sua ajuda e pelo lindo trabalho desenvolvido, vamos tentar colocar na rotina esses momentos, porque já vi que este tema é bastante relevante

para ser trabalhado aqui na casa. Inclusive eu peço desculpas por algo que não foi contemplado em sua pesquisa, e a ACH está aberta para sua visita e contribuição em nossas ações futuras envolvendo a espiritualidade no cuidado”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Silvio Luiz Wolitz de. Holismo e espiritualidade cristã. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2002. **Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Teologia)**.

ALVES, Alda Judith. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 77, p. 53-61, 1991.

AMARAL, Lúgia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes. In: AQUINO, Júlio Groppa. **Diferenças e preconceitos na escola**. SP: Summus, 1998.

AMATUZZI, Mauro Martins. Desenvolvimento religioso: uma hipótese descritiva. In: MASSIMI, Marina; MAHFOUD, Miguel. (Org.). **Diante do mistério: psicologia e senso religioso**. São Paulo: Loyola, 1999.

AMESTOY DE SANCHÉZ, Margarita. La didáctica en la dimensión humana. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**. Ano 9 – nº 17 - Dezembro/2000.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINI, Eduardo José. **Educação Especial: temas atuais**. Marília: Unesp: Marília-Publicações, 2000.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

BEAZLEY, Hamilton. Meaning and measurement of spirituality in organizational settings: development of a spirituality assessment scale. Washington: George Washington University, 1997. **(PhD Dissertation)**.

BENTO, Rilma. A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar. **Dissertação**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo, SP, 2010.

BETO, Frei. **Fome de Deus**. São Paulo: Paralela, 2013.

BEYER, Hugo Otto. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria, v. 2, n. 22, 2003, p. 13-44.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2010.

BITTENCOURT, Leonardo Salazar, et al. Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitetônicas e exclusão social dos portadores de deficiência física. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**, 2, Belo Horizonte, 2004. Anais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/educonl/arquivos/anais/congresso>>. Acesso em: 03 jun. 2008.

BLANCO, Maria Rosa. Implicações educativas do aprendizado na diversidade. *Gestão em Rede* 38, **Edição Temática - Como realizar o ensino inclusivo**, 2002, p. 6-11.

BOFF, Leonardo. **Ecologia mundialização e espiritualidade**: a emergência de um novo paradigma. 3 ed., São Paulo: Editora Ática, 2000.

_____. **Espiritualidade, dimensão esquecida e necessária**. Disponível em: <<http://leonardoboff.eco.br/site/vista/outros/espiritualidade.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. **Espiritualidade**: um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

_____. **Espiritualidade**: um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

_____. **Meditação da Luz, o caminho da simplicidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. **Século XXI, século da espiritualidade?** Disponível em: <http://leonardoboff.com/site/vista/2001-2002/sec_esp.htm>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. **Tempo de transcendência**: o ser humano como um projeto infinito. Rio de Janeiro: Sextante, 1994.

BOFF, Leonardo; JEAN-YVES, Leloup et al. **Espírito e Saúde**. 2007. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2013/11/16/a-importancia-da-espiritualidade-para-a-saude/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

BRANDENBURG, Laude Erandi; LÜCKMEIER Cristina. **A História da Inclusão X Exclusão Social na Perspectiva na Educação Inclusiva**. 2014. Disponível em: <<http://www.anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/download/1991/149>>. Acesso em: 09 ago. 2019 e 05 set. 2019.

BRASIL. **Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente**. SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 19 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 4 Ed. Brasília: CORDE, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Coordenação geral SEESP/MEC. ARANHA, Maria Salete Fábio (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Lei n. 8.069,** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 16/7/1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 04 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº. 10.048, de 08 de Novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social nº 8742 – LOAS,** de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial.** Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. **Nova Lei da Adoção.** Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009. IPEA. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=5481>. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL. **Orientações para a elaboração do Plano Individual de Atendimento de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento.** Brasília, abril de 2017.

BRASIL. **Plataforma Brasil.** Disponível em: <<http://aplicação.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jst>>. Acesso em: 23 set. 2018.

BREITBART, William. Espiritualidade e sentido nos cuidados paliativos. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 41-57, 2003.

BURACK, Elmer Howard. Spirituality in the workplace. **Journal of organizational change management**, v. 12, n. 4, p. 280-292, 1999.

BUTZKE, Paulo Afonso. Espiritualidade. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando et al. (Eds.). **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: ASTE, 2008.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de Burnot e satisfação no trabalho: Um estudo com professores universitários. In: BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa (Org.). **Burnot: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CARNEIRO, Rogéria. Sobre a Integração de Alunos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

CARUSO, Samel. **Reflexões sobre os sentimentos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Centro Redentor, 2005. Disponível em: <<https://carusosamel.webnode.com.br/news/livro-reflex%C3%B5es-sobre-os-sentimentos-caruso-samel/>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CARVALHO, Marlene Araújo de; ALONSO, Myrtes. Formação continuada de professores e mudança na prática pedagógica. In: ALONSO, Myrtes. (Org.). **Prática docente: teoria e prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.

CARVALHO Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras de aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2 ed. Brasília: CNAS & CONANDA 2009.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. Tradução: Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Cristine Cardozo da et al. Qualidade de vida e bem-estar espiritual em universitários de Psicologia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 249-255, 2008.

CUBERO, Rosario & MORENO, Maria C. (1995). Relações sociais nos anos escolares: família, escola, companheiros. In: CÉSAR, Coll, PALACIOS, Jesús & ÁLVARO, Marchesi. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva** (pp.250-260). Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à diferença**: um reconhecimento legal. Educação em revista, Belo Horizonte, n. 15, 1999.

DALGALARRONDO, Paulo. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DE SOUZA, Maria de Lourdes de; SARTOR, Vicente Volnei de Bona; PRADO, Marta Lenise do. Subsídios para uma ética da responsabilidade em enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2005.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos: adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

DENT, Eric B.; HIGGINS, Maureen E.; WHARFF, Deborah M. Spirituality and leadership: An empirical review of definitions, distinctions, and embedded assumptions. **The leadership quarterly**, v. 16, n. 5, p. 625-653, 2005.

DEZORZI, Luciana Winterkorn. Diálogos sobre espiritualidade no processo de cuidar de si do outro para a enfermagem em terapia intensiva. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrado em Enfermagem. Porto Alegre - RS, 2006.

DONNELLON, Anne. **Liderança de Equipes**: Soluções Práticas para os Desafios do Trabalho. 3 ed. São Paulo: Campos/Elsevier, 2006. 131 p. (Pocket Mentor).

DUARTE, Cintia Peres; VELLOSO, Renata de Lima. Linguagem e comunicação de pessoas com deficiência intelectual e suas contribuições para a construção da autonomia. **Revista Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 2, p. 88-96, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4034>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DUCHON, Dennis; PLOWMAN, Donde Ashmos. Nurturing the spirit at work: Impact on work unit performance. **The leadership quarterly**, v. 16, n. 5, p. 807-833, 2005.

DUPRE, Louis. Spiritual Life and the Survival of Christianity: Reflections at the End of the Millennium. **Cross Currents**, v. 48, n. 3, p. 381-390, 1998. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=rh&AN>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FACION, Raimundo José. **Inclusão Escolar e suas Implicações**. Curitiba: Ibpex, 2008.

FERNANDES, Ana Raquel dos Santos. O diário enquanto instrumento regulador da interação social e do desenvolvimento das competências sociais. **(Dissertação de**

mestrado, documento policopiado). Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa, 2014.

FERRARO, Benedito. (2005). Espiritualidade da libertação em uma perspectiva cristã. In: AMATUZZI, Mauro Martins. (Org.). **Psicologia e Espiritualidade**. São Paulo: Paulus.

FERREIRA, Júlio Romero. **A exclusão da diferença: A educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1993.

FERREIRA, Maria Elisia Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOWLER, James W. **Estágios da fé: a psicologia do desenvolvimento humano**. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

FREIRE, Paulo. **Escola Cidadã**. Salto para o Futuro/TV Escola. Brasília: SEED/MEC, 1997.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. RODRIGUES, David. (Org). **Inclusão e educação** - doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e método I. **Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GIL, Marta. **Acessibilidade, inclusão social e desenho universal: tudo a ver**. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/martagil.php>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GLAT, Rosana & NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração**. Brasília: Ministério da educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.

GODOY, Hermínia Prado. Propostas de uma educação para a espiritualidade. **Revista interdisciplinaridade**, São Paulo. v. 1, n. 2, p. 72-83, 2012.

GOMES, Denise Mendes. Religiosidade como Fonte de Resiliência em Psicoterapia. In: BRUSCAGIN, Claudia; SAVIO, Adriana; FONTES, Fátima; GOMES, Denise Mendes. **Religiosidade e psicoterapia**. São Paulo: Roca, 2008.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUIMARÃES, Hélio Penna; AVEZUM, Álvaro. O impacto da espiritualidade na saúde física. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, supl. 1, p. 88-94, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a12v34s1.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HARRINGTON, William Jonh.; PREZIOSI, Robert C.; GOODEN, Doreen J. Perceptions of workplace spirituality among professionals and executives. **Employee Responsibilities and Rights Journal**, v. 13, n. 3, p. 155-163, 2001. OVERELL, Stephen. "Can work be soulful?" **Personnel Today**, p. 17, 2002. DUCHON, Dennis; PLOWMAN, Donde Ashmos. Nurturing the spirit at work: Impact on work unit performance. **The leadership quarterly**, v. 16, n. 5, p. 807-833, 2005.

HIGUET, Etienne Alfred. Saúde, cura e salvação no pensamento de Paul Tillich. **Estudos de religião**, São Bernardo do Campo, v. 16, p. 70-85, 2007. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sc/paultillich/artigo3.html>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5481>. Acesso em: 12 ago. 2017.

JAUPERÍ, Lázaro dos Santos. **Gente**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/jauperi/1986825/>>. Acesso em: 22 set. 2017.

JOSGRILBERG, Rui de Sousa. Ser e Deus - Como Deus é recebido, por Revelação, em nossa experiência? **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, n. 10, p. 55-72, 1995.

JUBILEU Extraordinário da Misericórdia: Retiro Espiritual guiado pelo papa Francisco por ocasião do Jubileu dos Sacerdotes. **Primeira Meditação**. Basílica de São João de Latrão - quinta-feira, 2 de junho de 2016. Disponível em: <francesco_20160602_giubileo-sacerdoti-prima-meditazione.html> Acesso em: 15 mar. 2019.

KANT, Emanuel. **Crítica da razão prática**. Lisboa: Edições 70, 1994.

KOENIG, Harold. **Handbook of religion and health: a century of research reviewed**. Oxford: University Press, 2001.

LÉVINAS, Emmanuel. **Difícil libertad: ensayos sobre el judaísmo**. Madrid: Caparros, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Elvira Souza. Currículo e desenvolvimento humano. In: MOREIRA, Antônio Flávio; ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo**. Brasília: Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nov. 2006.

LUCENA, Amália de Fátima; CROSSETTI, Maria da Graça de Oliveira. Significado de cuidar na unidade de terapia intensiva. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 2, p. 243-256, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? E como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo. Memnon Edições Científicas, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Ed. Summus, 2006.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús; (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação.** Trad. Fátima Murad, Porto Alegre: Artmed, 2004.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. **Etnografia e educação: conceitos e usos,** 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fcfr>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

MAZZOTTA, Marcos José da Silva. **Fundamentos de Educação Especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Escola Inclusiva: barreiras e desafios. VII Encontro de Pesquisa em Educação. II Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos. II Simpósio de Ética. Uberaba: **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v.1, n. 1, p. 4-16, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Sistema de Assistência Social, **Portaria SAS/MS nº 587**, de 07 de outubro de 2004, que determina a organização e a implantação de Redes Estaduais de Atenção à Saúde Portaria SAS/MS nº 587, de 07 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/hospitais-federais/719-institucional/secretarias/secretaria-de-atencao-a-saude-sas>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MITLLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MRENCH, Leny Magalhães. (Universidade de São Paulo). **A educação especial no Brasil.** São Paulo: Sarvier, 2000.

MURAD, Afonso. **Gestão e Espiritualidade: uma porta entreaberta.** São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. **Gestão e Espiritualidade.** Ed. Paulinas, 3 ed., 2009.

NAGY, Valéria. **Espiritualidade e preconceito.** Disponível em: <<https://espiritismoeconhecimento.wordpress.com/2013/05/27/espiritualidade-e-preconceito>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

NOVAIS, Lucimar Nascimento; FERNANDES, Marcio Luiz. Notas sobre os desafios da espiritualidade contemporânea: uma leitura a partir de Leonardo Boff. **Caderno Teológico da PUC- PR**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 40-57, 2015.

OLIVEIRA Maria Auxiliadora Monteiro (Org.) **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. Ed. Scipione, 2 ed. 2002.

OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 469-476, 2012.

OVERELL, Stephen. "Can work be soulful?" **Personnel Today**, 2002.

PEREIRA, Eliane Vecchi. **Representação social de família sob a ótica da criança e do adolescente abrigado: A voz da criança institucionalizada: representações sociais da família e abrigo**. São Paulo, 2006.

PERES, Julio. **Trauma e superação: o que a psicologia e a neurociência ensinam**. São Paulo (SP): Roca, 2009.

PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASEL, Antonia G. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v.34, supl. 1, p.136-145, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PESSINI, Leo. **Espiritualidade e arte de cuidar. O sentido da fé para saúde**. São Paulo: Paulinas, Centro Universitário São Camilo, Loyola, 2004.

PINTO, Cândida; PAIS-RIBEIRO, José Luiz. Construção de Uma Escala de Avaliação da Espiritualidade em Contextos de Saúde. **Arquivos de Medicina**, v. 21, n. 2, p. 47-53, 2007.

PIRES, Cecília. **Ética da Necessidade e outros desafios**. São Leopoldo UNISINOS, 2004.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Editora NAU. Rio de Janeiro. 2014.

PORTAL, Leda Lísia Franciosi. Espiritualidade: uma dimensão essencial na experiência significativa da vida. In: TEIXEIRA, Iázio Francisco Borges et al. (Org.). **Espiritualidade e qualidade de vida**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

POWELL, Lynda H.; SHAHABI, Leila; THORESEN, Carl E. Religion and spirituality: Linkages to physical health. **American Psychologist**, Washington, v. 58, n. 1, p. 36, 2003.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento escolar de alunos com necessidades educativas especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

RABELO, Annete Scotti. Adaptação curricular na Inclusão. **Revista Integração**, Brasília: Secretaria de Educação Especial do MEC, a. 9, n. 21, 1999.

RIPPEL, Valderice Cecilia Limberger; SILVA, Aline Maira da. Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Escola Regular. In: **1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia**. Uniãoeste: Cascavel, Paraná. 2003.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene (Coord.). **Acolhendo Crianças e Adolescentes**. 2 Ed. São Paulo: Cortez; Brasília DF; UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro/RJ: PUC-RIO, 2007.

ROCCA, Susana M. Resiliência: uma perspectiva de esperança na superação das adversidades. In: HOCH, Lothar Carlos; ROCCA, Susana M. (Org.). **Sofrimento, resiliência e fé: implicações para as relações do cuidado**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2007.

RÖHR, Ferdinand. Espiritualidade e educação. In: RÖHR, Ferdinand. **Diálogos em educação e espiritualidade**. Recife: Editora da UFPE, 2010.

SÁ, Elizabeth Dias de. **Educação Especial: construindo de espaços de formação**. Núcleo de Educação do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (CAPE). Belo Horizonte, MG. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/refeito.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SAAD, Marcelo; MASSIERO, Danilo; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. Espiritualidade baseada em evidências. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v.8, n. 3, p.107-112, 2001.

_____. Espiritualidade baseada em evidências. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 107-112, 2016.

SACCONI, Luiz Antonio. **Dicionário essencial de Língua Portuguesa**. São Paulo: Atual, 2005.

SANTARÉM, Robson Goudard. **Precisa-se (de) Ser Humano: valores na formação profissional**. Rio de Janeiro: Qualimark, 2004.

SANTOS, Andreia das Neves; GUIMARÃES, Daniela Domingues. Espiritualidade, saúde e o cuidado de enfermagem. Vitória: Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, 2011. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem)**.

SANTOS, Gean Carlos. A profundidade da vida. Interfaces e aproximação da teologia com as ciências da vida em relação ao paradigma ecológico de Leonardo

Boff. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. **Tese (Programa de Pós-Graduação em Teologia).**

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SELLI, Lucilda. Dor e sofrimento na tessitura da vida. In: PESSINI, Léo; BARCHIFONTAINE, Christian P. de. **Buscar sentido e plenitude de vida**: biótica, saúde e espiritualidade. São Paulo: Paulinas, Centro Universitário São Camilo, 2008,

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.12, n.4, p. 1942-1954, out./dez. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/9270/6932>> Acesso em: 15 jun.2018.

SILVA, João Bernardino da; SILVA, Lorena Bandeira da. Relações entre religião, espiritualidade e sentido da vida. **Revista Logos & Existência**: Revista da Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 203-215, 2014.

SILVA, Lorena Bandeira da. Percepção acerca do sentido da vida e espiritualidade e a partir do discurso do sujeito coletivo ateu. **Anais do V Congresso da ANPTECRE** - "Religião, direitos humanos e laicidade", Curitiba, v. 5, 2015.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; PICCIRILLO, Miguel Belinati. **Direitos fundamentais**: a evolução histórica dos direitos humanos, um longo caminho. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.phpn_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5414>. Acesso em: 16 abr. 2017.

SOBRINO, Jon. **Espiritualidade da libertação**: estrutura e conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SOLOMON, Robert C. **Espiritualidade para céticos**: paixão, verdade cósmica e racionalidade no século XXI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUSA, Rosália Beber. **Janelas para a vida**: espiritualidade para o cotidiano. Curitiba: Encontro, 1999.

SOUZA, Isabela. **O que são Direitos Humanos?** 2017. Disponível em: <www.politize.com.br/direitos-humanos-o-que-sao/>. Publicado em: 25 abril 2017. Atualizado em: 03 dez. 2018. Acesso em: 15 ago. 2019.

SOUZA, Waldir. A espiritualidade como fonte do saber sistêmico em bioética. **Revista Pistis e Praxis, Teologia Pastoral**. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 91-121, jan/jun, 2003.

_____. A espiritualidade como fonte sistêmica na bioética. **Revista de Teologia Pastoral**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 91-121, 2013.

STAMM, Maristela. Evolução do cuidado na enfermagem até o cuidado transdimensional: uma revisão de literatura. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 293-296, 2008.

STRECK, Gisela Isolde Waechter. **Adolescentes e religiosidade**: Aportes para o ensino religioso na escola. *Estudos Teológicos*, v. 46, n. 2, p. 60-73, 2006. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4602_2006/et2006-2d_gstreck.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

TERESCHUK, Mari Terezinha Soares. Caminho traçado pelos acadêmicos de Pedagogia a Distância – Coloniza – MT. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2007. **Monografia (Especialização em Educação a Distância)**.

TILLICH, Paul. **Teologia Sistemática**. 5 ed., São Leopoldo: Sinodal, 2005.

TORRES, Hideíde Aparecida Gomes de Brito; TORRES, Otávio Júlio. **Deus Conosco**: espiritualidade no cotidiano. São Bernardo do campo: EDITEO, 2009.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm>. Acesso em: 9 jun. 2018.

VALLE, João Edênio dos Reis. Religião e espiritualidade: um olhar psicológico. In: AMATUZZI, Mauro Martins. (Org.). **Psicologia e espiritualidade**. São Paulo: Paulinas, 2005.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (Coleção Primeiros Passos).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Plano de Ensino-aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lucia Maria Gonçalves de. (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2003.

VOLCAN, Sandra Maria Alexandre; GASTAUD, Marina Bento et al. Bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores em estudantes de psicologia: estudo transversal. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 12-18, 2006.

VOLCAN, Sandra Maria Alexandre et al. Relação entre bem-estar espiritual e transtornos psiquiátricos menores: estudo transversal. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 440-450, 2003.

WEBSTER, Robert Scott. An existential framework of spirituality for education. Gold Coast: Griffith University of Australia, 2003. **(Doctor's degree in Philosophy)**

WILBER, Ken. **Psicologia integral**: consciência, espírito, psicologia, terapia. São Paulo: Cultrix, 2002.

WILSON, John. Doing justice to inclusion. **European journal of special needs education**, v. 15, n. 3, p. 297-304, 2000.

WOLFF, Elias. **Espiritualidade do diálogo inter-religioso contribuições na perspectiva cristã**. 1 Ed. São Paulo: Paulinas, 2016.

ZOHAR, Danah; MARSHALL, Ian. **QS: Inteligência espiritual**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Viva Livros, 2012.

.

APÊNDICE A: TERMO DE CONCORDÂNCIA DA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Eu, *Maria Rita Paula da Silva*, aluna regularmente matriculada no Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, ***Doutorado em Teologia*** da Faculdades Est em São Leopoldo, RS, venho solicitar a autorização para coletar dados nesta instituição, para a realização de minha pesquisa, intitulada: “o lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento humano integral de crianças com deficiências na Casa da Hospitalidade no Município de Santana/AP, tendo como objetivo geral: Verificar qual é o lugar da espiritualidade no cuidado, no desenvolvimento e no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência, a partir das práticas desenvolvidas na Casa da Hospitalidade no Município de Santana/AP. Desde já agradeço a disponibilização, visto que a pesquisa contribuirá para o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem na referida instituição. Pelo presente termo de concordância declaro que autorizo a realização da pesquisa prevista na Casa da Hospitalidade, Município de Santana - AP.

Data: ____/____/____

Maria Rita Paula da Silva
(Pesquisadora)

Diretor(a) da Casa da Hospitalidade

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO E NO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA CASA DA HOSPITALIDADE NO, MUNICÍPIO DE SANTANA/AP

Nome da Pesquisadora: MARIA RITA PAULA DA SILVA

Nome do Orientador: PROF. DR. IURI ANDRÉAS REBLIN

Natureza da pesquisa: O sr. ou a sra. está sendo convidado ou convidada a participar desta pesquisa que tem como objetivo geral, verificar qual é o lugar da espiritualidade no cuidado, no desenvolvimento e no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência, a partir das práticas desenvolvidas na Casa da Hospitalidade no Município de Santana/AP. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 – item IV do Conselho Nacional de Saúde.

Participantes da pesquisa: dez (10) participantes no total. Sendo: uma Gestora, uma coordenadora e, (04) técnicas da equipe multidisciplinar, uma Psicóloga, uma Assistente Social, uma Cuidadora, uma Enfermeira uma Fisioterapeuta (2) professoras, uma de Ensino religioso e uma professora de escolaridade e reforço e uma freira que acompanham o processo de acolhimento.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o sr. ou a sra. permitirá que a pesquisadora aplique as entrevistas semiestruturadas, faça análise do conteúdo, bem como, divulgue seus resultados (sem referir o nome do ou da participante da pesquisa). O sr. ou a sra. tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Sobre as entrevistas: ocorrerão durante todo o mês de setembro de 2017. As entrevistas serão agendadas previamente, considerando a disponibilidade do entrevistado e da entrevistada. O roteiro de entrevistas será bastante amplo, procurando identificar os problemas que norteiam em torno da Casa da Hospitalidade As entrevistas serão gravadas em áudio com a autorização dos e das participantes.

Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Confidencialidade: todas as informações coletadas neste estudo servirão de base para estudo sobre o lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento humano integral de crianças com deficiência. A identificação das pessoas envolvidas será preservada no anonimato. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados. As gravações serão armazenadas ao longo de cinco (05) anos, de forma a preservar a confidencialidade, no escritório pessoal da pesquisadora, e após esse período, o material será destruído.

Benefícios: ao participar desta pesquisa o sr. e a sra. não terão nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o lugar da espiritualidade no cuidado e no desenvolvimento humano integral de

crianças com deficiência, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos através de comunicação oral em eventos nacionais e/ou internacionais, bem como em publicação de artigos em periódicos.

Pagamento: o sr. e a sra. não terão nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada serão pagos por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa e assino este em duas (02) vias de igual teor, permanecendo uma via comigo e outra com a pesquisadora.

Nome do ou da Participante da Pesquisa

Assinatura do ou da Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Local e data

TELEFONES / ENDEREÇO ELETRÔNICO

Pesquisadora: (96)-981372076 – (96)-991130909 – E-mail:
mrmariapaula@hotmail.com

Orientador: (51) 21111400 – E-mail: reblin@est.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa: Selenir Kronbauer - (51) 21111400 – E-mail:
selenir@est.edu.br

APÊNDICE C: ROTEIRO DE ENTREVISTA

FACULDADES EST PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA DOUTORADO EM TEOLOGIA

Roteiro de entrevista com os e as profissionais que trabalham na Associação Casa da Hospitalidade.

Prezado e Prezada informante,

Ao responder as perguntas abaixo você está participando do trabalho de pesquisa do Projeto de Tese de Doutorado de Maria Rita Paula da Silva, sob orientação do Professor Dr. Iuri Andréas Reblin, junto ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdades EST, em São Leopoldo-RS. Esta entrevista tem como objetivo a coleta de dados para a pesquisa de doutorado intitulada; **“O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO E NO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA CASA DA HOSPITALIDADE NO MUNICÍPIO DE SANTANA/AP”**, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdades EST, em São Leopoldo-RS. Solicito sua colaboração voluntária com respostas que possam contribuir para o objetivo desta investigação que é verificar qual é o lugar da espiritualidade no cuidado, no desenvolvimento e no processo de inclusão social e escolar de crianças com deficiência, a partir das práticas desenvolvidas na Casa da Hospitalidade no município de Santana/AP. Informo que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 – item IV do Conselho Nacional de Saúde. Além disso, esta pesquisa terá caráter sigiloso, garantido o seu anonimato por ocasião da divulgação dos resultados, cujos dados serão usados somente na área acadêmica e os mesmos serão guardados ao longo de cinco (05) anos em escritório pessoal da pesquisadora, de forma a preservar a confiabilidade, disponíveis somente aos participantes quando necessário, e após esse período, o material será destruído. Informo ainda que o trabalho final desta pesquisa será divulgado através de comunicação oral em eventos nacionais e/ou internacionais, bem como em publicação de artigos em periódicos. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Sua

contribuição nesta pesquisa também não traz complicações legais e nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. A qualquer momento você pode obter informações comigo e com o Comitê de Ética da Faculdade EST, em São Leopoldo-RS, situada na Rua Amadeo Rossi, 467, Morro do Espelho - São Leopoldo-RS - CEP: 93.030-220 - Telefone: (51) 2111-1419 - E-mail: walmor@est.edu.br

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ .Sexo: _____,
 Idade: _____, Cargo/Função _____
 _____, Escolaridade: _____.
 Macapá, AP, _____ de _____ de _____.
 Assinatura: _____.

2. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

2.1 A realização das entrevistas *semiestruturada* seguirá os seguintes tópicos de discussão:

- 1) O significado da espiritualidade no desenvolvimento das crianças que possuem deficiências e são abandonadas pelos seus pais e suas mães naturais;
- 2) Práticas referentes a espiritualidades que são feitas por parte da casa da hospitalidade;
- 3) A espiritualidade como dimensão do cuidado como forma de ajudar as crianças no aspecto moral, social e escolar;
- 4) O comportamento das crianças na Casa da Hospitalidade quando sentem a ausência de seus pais e suas mães;
- 5) Oferta de algum tipo de ajuda espiritual aos pais e as mães dos alunos acolhidos e das alunas acolhidas pela casa;
- 6) O sentimento de exclusão como consequência por serem deficientes e abandonados pela família;
- 7) A Casa da Hospitalidade promove reuniões ou encontros com os funcionários e as funcionárias para discutir e melhorar a aprendizagem das crianças e os conflitos;
- 8) As crianças necessariamente precisam seguir a religião da Associação Casa da Hospitalidade, por se tratar de um abrigo de religião católica

APÊNDICE D: TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Eu _____, CPF _____, RG _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Maria Rita Paula da Silva do projeto de pesquisa intitulado **“O LUGAR DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO E NO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA CASA DA HOSPITALIDADE NO, MUNICÍPIO DE SANTANA/AP”** a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento se houver necessidade sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências, tese final), em favor da pesquisadora da pesquisa, acima especificado, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

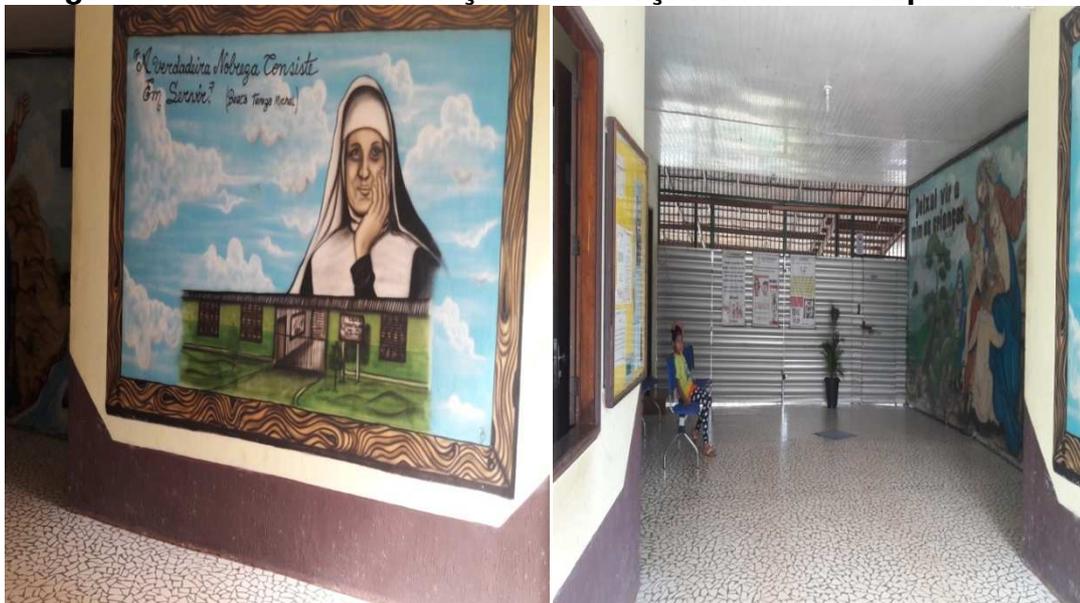
Santana-AP, ___ de _____ de 20____

Pesquisadora responsável pelo projeto _____

Sujeito da Pesquisa _____

APÊNDICE E: FOTOS DA CASA DA HOSPITALIDADE

Figura 3- Entrada da instituição Associação Casa da Hospitalidade



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 4- Corredores que levam aos casarões



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 5: Casa dos e das visitantes



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura6: Setor Lassat – Verde área dos e das Adolescentes.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 7: Setor Lassat Azul - Área dos adultos e das adultas



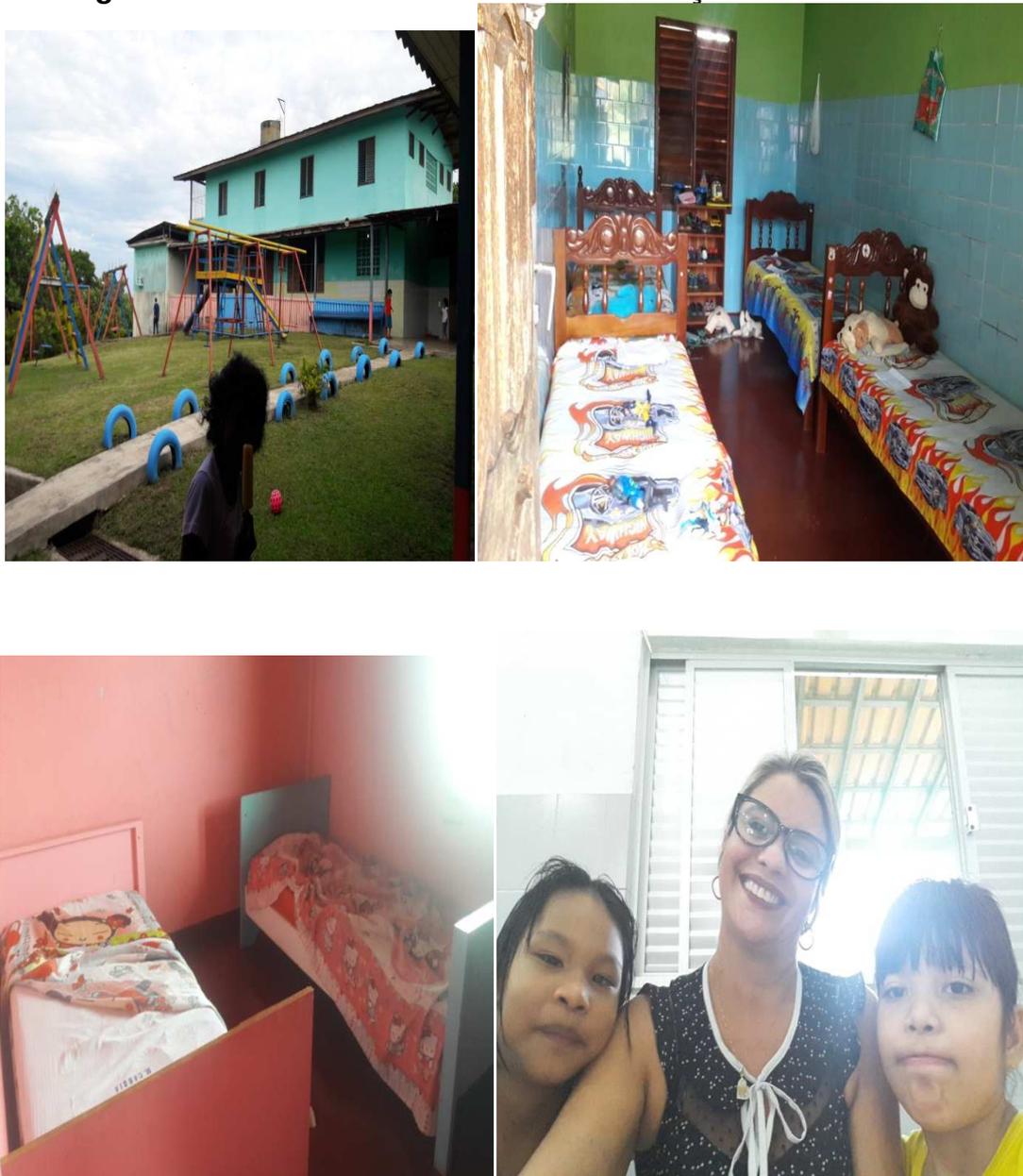
Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 8: Área de lazer dos adultos e das adultas.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura: 9- Setor Lassatinho- Área das crianças de 5 a 10 anos.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 10: Setor Madre Michel- Área das crianças que possui deficiências que não podem se locomover.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura:11- Refeitório das crianças.



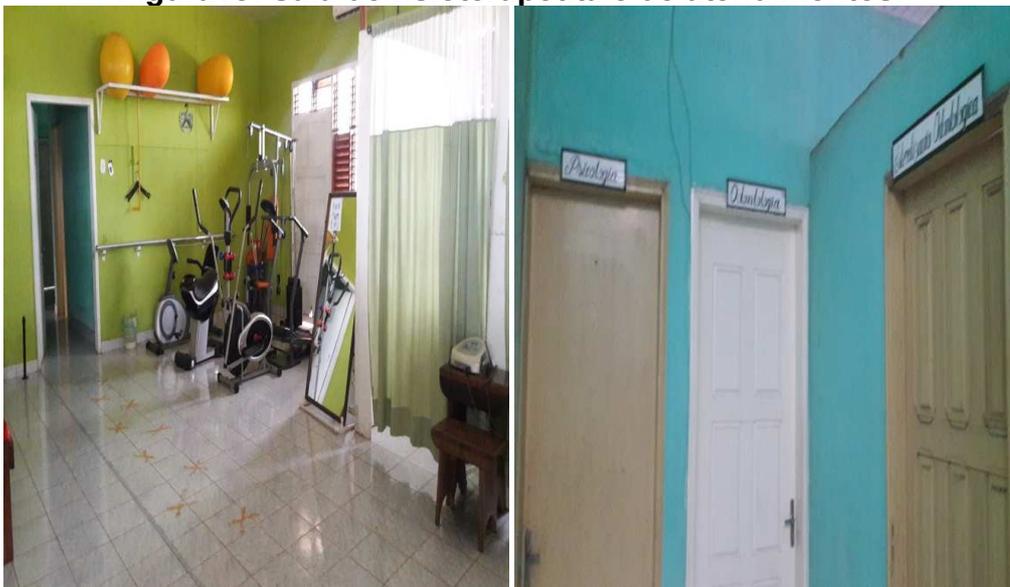
Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 12: Sala de televisão e Salão de atividades recreativas.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura13: Sala de fisioterapia e de atendimentos.



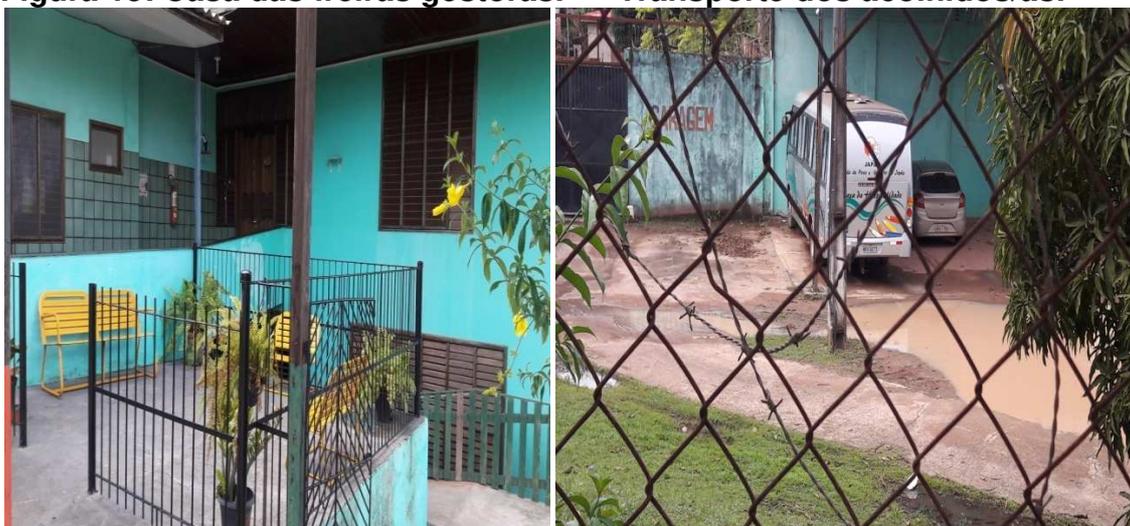
Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 14: Imagem da Capela Madre Michel.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura 15: Casa das freiras gestoras. Transporte dos acolhidos/as.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura: 16- Granja e lavanderia.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Figura: 17- pesquisadora em campo e corredor principal de entrada da ACH.



Fonte: Autora da pesquisa, 2018.